

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

***As rotas Jacobeias em Portugal: estudo e divulgação do caso alentejano.  
Proposta de Valorização– criação de um Museu Virtual e de um Centro de  
Interpretação***

*"Esta dissertação inclui as sugestões feitas pelo júri."*



Autor: Conceição Norberto

Orientador: Prof. Dr.<sup>a</sup> Antónia Conde

Co-Orientador: Prof. Doutor João Carlos Brigola

## ÍNDICE

Introdução .....	10
------------------	----

### 1ª Parte

1. Do conceito de peregrinação e suas origens: o caso de Santiago de Compostela .	17
1.1. Os caminhos de Santiago na Europa .....	20
2. O culto dos Portugueses a S. Tiago e as rotas de peregrinação a Santiago de Compostela em Portugal.....	26
3. A devoção e o culto a S. Tiago em Portugal.....	33
4. O Culto no Alentejo: distrito de Évora .....	38
4.1. Contextualização da área de estudo .....	38
4.2. Manifestações do Culto Jacobeu no distrito de Évora.....	42

### 2ª Parte

1. A Museologia e a valorização patrimonial: a Rota de Santiago no Alentejo .....	61
2. Proposta de criação do Museu Virtual.....	63
2.1. O Museu e as Novas Tecnologias .....	63
2.2. Nova Fronteira: o Museu Virtual .....	65
2.3. Programação do Museu Virtual.....	77
2.3.1. Documentos base .....	79
2.3.2. O acervo e Políticas .....	92
2.3.3. A espacialidade .....	110
2.3.4. Os públicos.....	112
2.3.5. A gestão .....	115
3. Criação de um Centro de Interpretação .....	118

4. Conclusão .....	123
5. Bibliografia.....	129
6. Anexos.....	145

Anexo I - Documentação relativa a vias romanas

Anexo II - Documentos cartográficos onde podemos identificar topónimos  
relacionados com o culto a S. Tiago e com as peregrinações

Anexo III - Imagens de Capelas/Igrejas de S. Tiago

Anexo IV - Documentos relacionados com actividades dedicadas a Santiago

Anexo V - Algumas imagens de S. Tiago e S. Roque do distrito de Évora

Anexo VI - Transcrição de documentos

## ÍNDICE DE MAPAS E TABELAS

### Índice de mapas

Fig. 1 - Carta das estradas e caminhos carreteiros principais, antigos e modernos, do Baixo Alentejo e Algarve.....	CXLV
Fig. 2 - Carta Itinerário ao Sul do Tejo.....	CXLVI
Fig.3 - Mapa das vias e povoações da parte sul de Portugal .....	CXLVII
Fig.4 - Mapa de vias romanas e localização de inscrições romanas.....	CXVIII
Fig.5 - Vias romanas .....	CXLIX
Fig.6 - Estradas romanas do Sul de Portugal.....	CL
Fig.7 - Localização e principais vias de comunicação das cidades marítimas lusitanas .....	CLI
Fig.8 - Povoações e vias de Portugal durante o Império Romano (séculos I a. C. e V d. C.).....	CLII
Fig.9 - Rede viária principal do "Portugal romano" .....	CLIII
Fig.10 - As vias romanas de Portugal.....	CLIV
Fig. 11 - Vias romanas de Portugal.....	CLV
Fig.12 - Principais vias e portos da Lusitânia.....	CLVI
Fig.13 - As vias romanas da Lusitânia.....	CLVII
Mapa 1 - Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio de Verno Alvaro Secco .....	CLIX
Mapa 2 - Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola / [João Teixeira Albernaz, I] .....	CLX

Mapa 3 - Extracto do Mapa de Portugal de Le Père Placide.....	CLXI
Mapa 4 - Província do Alentejo / sculp. Laurent.....	CLXII
Mapa 5 - Extracto de Regnum Portugalliae divisum in quinque provincias maiores e subdivisum in sua quaeque territoria una cum regne Algarbiae de Johann Baptist Homann.....	CLXIII
Mapa 6 - Mapa extraído da obra Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa. composta por D. Luiz Caetano de Lima.....	CLXIV
Mapa 7 - Extracto do mapa Regna Portugalliae et Algarbiae cum adjacentibus Hispaniae provinciis de Tobias Conrad Lotter .....	CLXV
Mapa 8 - Extractos do mapa Le royaume de Portugal de Gilles Robert de Vaugondy.....	CLXVI
Mapa 9 - Extracto do mapa Novissima Regnorum Portugalliae et Algarbiae descriptio de Frederick de Wit.....	CLXVII
Mapa 10 - Província do Alentejo. Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa,... João Silvério Carpinetti .....	CLXVIII
Mapa 11 - Regna Portugalliae et Algarbiae: cum adjacentibus Hispaniae provinciis, quibus in peculiari et minori mappa adjunctum est Brasiliae regnum de A. Vindelicor.....	CLXIX
Mapa 12 - Der Landschaft Alentejo südlicher Theil de Franz Joh. Jos. von Reilly .....	CLXX
Mapa 13 - Província do Alentejo. Atlas geográfico das províncias do reino de Portugal e Algarve .....	CLXXI
Mapa 14 - Extracto da Carta de Portugal com a divisão administrativa por districtos e concelhos de Emiliano Augusto de Bettencourt.....	CLXXII

Mapa 15 - Extracto do Chorographical map of the Kingdom of Portugal de James Wyld.....	CLXXIII
Mapa 16 - Atlas geografico das provincias do Reino de Portugal e Algarve .....	CLXXIV
Mapa 17 - Mapa geográfico da província do Alentejo e do reino do Algarve de Charles Bonnett .....	CLXXV
Mapa 18 - Provincia ecclesiastica di Evora nel regno di Portogallo .....	CLXXVI
Mapa 19 - Mapa dos arredores de Beja. Lisboa: Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos.....	CLXXVII

#### Índice de Tabelas:

Imagens de capelas/igrejas de S. Tiago .....	CLXXVIII
Imagens de Flyrs .....	CLXXXV
Imagens de S. Tiago e S. Roque .....	CLXXXVII
Imagem de S. Francisco no encontro com o peregrino a Santiago de Compostela .....	CLXXXIX

#### Índice de Documentos

Feira de S. Tiago.....	CXC
Privilégio do Hospital de Jerusalém .....	CXCI
Documento para a história das albergarias da cidade de Évora.....	CXCII
Extracto da obra Compendio & declaração da regra & estatutos da ordem militar de Santiago.....	CXCIV

Incidente de Gonçalo Borrinho, no trajecto de Castelo de Vide para Nisa, com peregrinos alemães que dirigiam a Santiago de Compostela.....	CXCVI
Capítulos especiais das Cortes de 1459 .....	CXLVII
Ao Cabido da see de Samtiaguo de Galiza priuilegio per que he mandado as justiças que nas cousas que por sua parte sse requerem lhe façam justiça em breue e aos tabeliaaes que lhe dem scripturas de seus requerimentos.....	CXLVIII

**RESUMO:** As peregrinações, entre elas a Santiago de Compostela, marcaram profundamente a sociedade europeia. Além das questões religiosas, os *caminhos de Santiago* originaram a criação de uma rede de infra-estruturas que permitiu o desenvolvimento de regiões e aglomerados urbanos. Para provar a importância desses *caminhos* no distrito de Évora partimos de uma abordagem aos testemunhos patrimoniais evocando S. Tiago (móveis e imóveis, materiais e imateriais), procurando, como objectivo da Dissertação de Mestrado, conceber um projecto para divulgação da informação recolhida. Assim, sabendo que a sociedade actual exige mais informação visual na compreensão do legado cultural, optámos pela criação de um Museu Virtual e de um Centro de Interpretação. Se os Museus Virtuais oferecem inúmeras possibilidades de acesso às manifestações culturais, possibilitando ainda a formação através de tecnologias aplicadas na educação, os Centros de Interpretação criam condições de acolhimento e visita adequadas, fornecendo informações essenciais na compreensão e valorização dos legados patrimoniais.

**Palavras-chave:** Peregrinações, Santiago de Compostela, S. Tiago, Peregrinações Jacobeias, Caminhos de Santiago no Alentejo, Museu Virtual e Centro Interpretativo.

**Title:** Routes Jacob in Portugal: study and dissemination of case Alentejo. Value proposition - creation of a Virtual Museum and an Interpretation Center.

**Abstract:** The pilgrimages, among them Santiago de Compostela, profoundly marked European society. In addition to religious matters, the Way of Saint James led to the creation of a network infrastructure that enabled the development of regions and urban areas. To prove the importance of these pathways in the district of Evora part of an asset with reference to testimonies S. James (movable and immovable, tangible and intangible), for such purpose the master's thesis, designing a project to disseminate the information collected. So, knowing that society is demanding more visual information



to understand the cultural legacy, we decided to create a Virtual Museum and an Interpretation Center. If the Virtual Museums offer many opportunities for access to cultural events and can therefore training through technologies applied to education, the Centers for Interpretation create conditions for the reception and visit appropriate, providing key information in understanding and appreciation of legacies.

**Key-words:** Pilgrimage, Santiago de Compostela, S. James, St James Pilgrimage, "Road to Santiago in the Alentejo, Virtual Museum and Interpretive Center.

## Introdução

Estudar o quadro das peregrinações jacobeias constitui hoje uma fonte inesgotável de conhecimento da Cultura Europeia. Em termos de historiografia europeia já muito se reflectiu sobre esta questão, no entanto, o renovado interesse pelo estudo das peregrinações a Santiago permite verificar que ainda há um grande desconhecimento de muitos aspectos relacionados com a peregrinação e os peregrinos. Relativamente a Portugal as investigações sobre os Caminhos de Santiago têm com frequência incidido a Norte do rio Douro. À medida que nos afastamos de Santiago de Compostela, a informação vai diminuindo, especialmente quando nos situamos a Sul do Rio Mondego e, mais ainda, do Rio Tejo. O relativo desconhecimento da rota Jacobeia no sul do território português pode ser explicado, em parte, pelo número reduzido de fontes documentais<sup>1</sup>, mas também pelos contextos históricos e socioculturais. De facto, se as marcas históricas eram aqui mais débeis, o ímpeto nacionalista levou, depois de 1640 com a Restauração da independência, a secundarizá-las ou mesmo a omiti-las (FALCÃO 2007). Contudo, o estudo dos caminhos de peregrinação possui fontes alternativas através das quais podemos chegar a um conhecimento mais aproximado das rotas usadas pelos peregrinos. Assim, podemos socorrer-nos de testemunhos vários: uns do domínio da cultura material; outros ao nível arquitectónico e plástico, que remetem para a esfera da história das artes visuais, mas com um conteúdo que ultrapassa o domínio estético; podemos ainda fazer uso da toponímia e da tradição oral, devendo cada fonte ser escrutinada de acordo com as metodologias da filologia histórica e da etno-história. A historiografia da última década do século XX tem vindo a debruçar-se sobre as peregrinações como uma forma de viver a fé, tão especialmente ligada à condição de *homo viator* e concretizada em redor de um local sagrado e das relíquias de um santo.

---

<sup>1</sup> As fontes escritas são muito mais reduzidas comparativamente com o que acontece noutras áreas do norte, até pela cronologia relativamente tardia da organização da Igreja na zona sul do território português.

Das rotas do Centro da Europa, de França e de Itália, se fez a estrada de Santiago. São conhecidas as vias tomadas por italianos e borguinhões, assim como os itinerários do noroeste de França, do maciço central e sudoeste. O que se passou em Portugal foi praticamente desconhecido até aos trabalhos de Mário Martins, Veríssimo Serrão e Baquero Moreno a que se acrescentam Carlos Alberto Brochado de Almeida, Manuel M. Costa Pereira, António Cruz, Manuel Gomes Dias, Manuel Inácio Fernandes da Rocha, Manuel Ferreira da Silva, José Marques, José Mattoso entre muitos outros.

Em Portugal a atenção dos investigadores centrou-se principalmente na região setentrional o que, visto de uma perspectiva abrangente, acaba por remeter este fenómeno de peregrinação para uma escala regional. Na realidade, os caminhos portugueses ultrapassam o quadro de Entre-Douro-e-Minho, do Noroeste Peninsular e das Beiras. Efectivamente, eles cobriram todo o território português.

Apesar do manancial de fontes referidas tem passado praticamente despercebida aos investigadores/historiadores a verdadeira realidade dos caminhos que atravessaram o sul de Portugal, nomeadamente no que respeita ao Alto Alentejo. Em suma, existe um manancial de informações que importa ter em conta. Estas permitem olhar os caminhos de Santiago a Sul de Portugal como um conjunto de itinerários e dão a noção de uma rede peninsular muito eficiente para a circulação de pessoas, bens e serviços. Importa salientar que a invocação de S. Tiago, independentemente da existência dos caminhos, era muito popular (o que fica demonstrado, por exemplo, pela existência de igrejas que tem como padroeiro S. Tiago). Assim, a popularidade do santo era muita nesta região, induzindo a movimentos peregrinatórios. Esta popularidade está ligada à devoção, que, por sua vez, encontrava nos caminhos e na deslocação a Compostela uma maneira de se materializar.

Apesar das circunstâncias, influências e condicionantes que desde sempre existiram no Alentejo é um facto que as populações desta região encontram na fé cristã as raízes da sua cultura e da sua vida individual, familiar e colectiva. Facto facilmente constatado ao visitar as diferentes comunidades e ao olhar para a sua forma de viver. Bastará recordar as procissões dos Passos, as festas de Nossa Senhora, as visitas aos santuários, as missas dos Defuntos, etc. Em 1983 o Arcebispo de Évora, D. Maurílio, afirma “é certo que, a par daquela expressiva religiosidade, se nota uma grave carência de formação catequética.” (1983: 249) As razões históricas justificam: A expulsão dos jesuítas no séc. XVIII, a expulsão dos religiosos e religiosas no séc. XIX (1834), a perseguição à Igreja em 1911 e nos anos subsequentes com a confiscação de bens. Apesar do enumerado o Povo Alentejano é um Povo de Fé. O Senhor Jesus da Piedade é um caso típico e notável de religiosidade popular.

Quer pela riqueza quantitativa quer, acima de tudo, pela qualidade que revestem, as fontes que utilizamos constituem, indiscutivelmente, um manancial privilegiado para o estudo da realidade jacobea no Sul de Portugal. Um dos problemas maiores com que nos defrontámos ao longo da investigação foi a carência de estudos semelhantes para outros “percursos jacobus” em Portugal que nos permitissem comparações esclarecedoras, facto este parcialmente ultrapassado pela qualidade, quantidade e diversidade das fontes utilizadas<sup>2</sup>.

Em relação às expressões utilizadas ao longo deste trabalho achamos conveniente clarificar que ao longo dos tempos se utilizaram diversas expressões: “San’ Iago”, “San Jacob” ou “Sanctus Iacobus”. “Iago” é a derivação do nome grego com o qual o nomeavam no Novo Testamento: “Iacobos”. Por sua vez, este nome grego deriva do hebraico “Iacob”. Optámos por utilizar a denominação S. Tiago sempre que nos

---

<sup>2</sup> Não esquecendo o caminho já percorrido por diversos investigadores sobre a realidade jacobea em Portugal e os contributos colhidos na bibliografia estrangeira.

referimos ao apóstolo S. Tiago Maior, por sua vez quando nos referirmos à cidade ou caminhos utilizaremos a expressão Santiago. Da expressão latina Sanctus Jacobus surgiram os adjectivos jacobeo ou jacobeu, frequentemente encontrados em referências a aspectos ou características do Caminho de Santiago. A expressão rota Jacobea ou Jacobeu será aplicada no nosso trabalho para referências ao Caminho e ao seu património.

Para esta investigação foi trabalhada a documentação (testemunhos materiais e imateriais) relativa a confrarias, misericórdias, albergues, hospitais, capelas, igrejas das diferentes localidades directamente ou indirectamente relacionada com a temática e que integram este estudo. Também foi efectuado um levantamento bibliográfico sobre as teorias existentes acerca do Museu Virtual e de Centros de Interpretação, para além de constatar na prática quais os possíveis efeitos destes dois elementos na sociedade.

E foi precisamente esta temática que, de acordo com as informações recolhidas, nos propomos caracterizar, fundamentalmente em duas vertentes distintas, mas complementares: 1ª parte (relacionada com a investigação efectuada sobre a temática jacobea) e a 2ª parte (divulgação do património através da concepção/programação do Museu Virtual e criação do Centro de Interpretação). Como seguramente se adivinha, a estas duas vertentes apontadas correspondem capítulos pelos quais se divide esta dissertação. Assim, como perspectiva inicial, optámos por elaborar uma primeira parte onde (a despeito das dificuldades decorrentes da amplitude da temática) nos pareceu fundamental arriscar uma breve síntese da evolução das peregrinações, principalmente centrada no impacto desta realidade na sociedade, assim como do culto de S. Tiago. Pretende-se, em última análise, ao optar por este enfoque, tornar mais clara a importância das peregrinações e das rotas de peregrinação no quotidiano das pessoas. Depois, desenvolvendo as rotas referidas no capítulo anterior, focámos a nossa atenção no impacto que elas tiveram na nossa área de estudo, o distrito de Évora.

A partir deste momento, entramos numa outra dimensão, correspondendo à 2ª parte: o projecto de preservação e divulgação das rotas/percursos da Peregrinação Jacobea no Sul de Portugal, mais concretamente do distrito de Évora, através da criação do Museu Virtual e do Centro de Interpretação. Neste contexto, surgem questões como as das vantagens e desvantagens do Museu virtual e qual a vantagem da criação de um centro de interpretação.

A opção de “criação” do Museu Virtual prende-se com as inúmeras possibilidades de acesso a manifestações e criações culturais que este tipo de equipamento museológico permite, criando experiências únicas do âmbito digital que justificam a sua concepção, ao mesmo tempo que complementam de forma relevante as possibilidades de formação com a utilização de tecnologias informáticas aplicadas no âmbito da educação. E o centro de interpretação pela sua acessibilidade física e intelectual dispõe de meios para que o visitante se possa informar de todas as ofertas que dispõe no âmbito patrimonial e cultural. Um projecto inovador que, tirando partido das novas tecnologias, poderá relançar um conjunto patrimonial e a vivência que podemos ter dele.

Termina este estudo com um apêndice documental no qual se integra a transcrição de excertos de vários diplomas que pensámos serem elucidativos de algumas realidades apontadas ao longo do trabalho<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> “Regra: statutos: edificações: da ordem de Santiago”; “Privilegio do Hospital de Jerusalem, onde se mantinham romeiros pobres, se criavam órfãos e enjeitados, e se faziam outras obras de piedade”; “Feira de S. Tiago”; entre outros.

Esta pesquisa permitiu-nos conhecer a realidade dos caminhos jacobeus no Alentejo. No entanto, deveremos ter sempre em conta a natureza dos próprios documentos. Queremos com isto dizer que os documentos se assumem, antes de mais, como uma imagem da realidade jacobea. Desta forma, todo o manancial informativo teve de ser devidamente analisado e confrontado entre si, a fim de estabelecer um maior grau de credibilidade dos possíveis percursos. Os limites da investigação estiveram marcados pelos documentos que permitiam traçar as linhas de um possível percurso, uma vez não é possível determinar com exactidão os caminhos, apenas existem diversos testemunhos materiais (igrejas, capelas, ...) e imateriais que permitiram confirmar esta possibilidade.

A estratégia metodológica adoptada para o Projecto de divulgação das Rotas Jacobeias no Alentejo passou por diferentes fases. Enumero de seguida os procedimentos seguidos para a investigação do tema:

- Levantamento de topónimos relacionados com o culto a S. Tiago;
- Levantamento iconográfico;
- Levantamento documental de existência de hospitais e albergarias;
- Identificação de igrejas e capelas que tiveram ou têm como orago S. Tiago;
- Análise documental de cartografia, corografias, ...;
- Identificação de famílias que possuem no brasão de armas a vieira (através da consulta do armorial lusitano<sup>4</sup>) (ZUQUETE 1987), análise da sua possível ligação a caminhos de Santiago, através da consulta de nobiliários impressos, genealogias manuscritas entre outras;
- Testemunhos de viajantes da época (importante para delinear percursos e saber as condições de hospedagem);
- Análise de estudos realizados acerca das vias romanas e medievais da região do Alentejo.

---

4 Neste livro é referida a história genealógica, os locais de origem, as armas, os ascendentes e descendentes de algumas das famílias mais representativas de Portugal.

Depois do levantamento efectuado, procedemos à análise dos dados recolhidos. Esta análise permitiu, como já foi referido, a reconstituição do traçado das peregrinações jacobeias.

Numa segunda fase, procedemos à preparação dos documentos para a concretização do Projecto Museu Virtual. Inicialmente fizemos um levantamento de bibliografia relacionada com a temática e posteriormente realizámos a programação do museu virtual.

Da orientação por essas grandes linhas resultou um estudo e uma proposta de âmbito regional, mas não de perspectivas regionalistas. As fontes utilizadas permitem dar a conhecer a realidade dos caminhos que atravessaram o sul de Portugal, nomeadamente no que respeita ao Alto Alentejo. Elas permitem olhar os caminhos de Santiago a Sul de Portugal como um conjunto de itinerários dando a noção de uma rede peninsular muito eficiente para a circulação de pessoas, bens e serviços.

Este trabalho que propõe a criação de um Museu Virtual e de um Centro de Interpretação é obviamente uma achega para a divulgação e estudo das rotas jacobeias no Sul de Portugal. Um contributo para solidificar e aprofundar os estudos sobre os itinerários jacobeus no Alentejo que, uma vez iniciado o curso de Mestrado em Museologia, nos inspirou para a nossa dissertação sobre esta temática encontrando soluções para divulgar em termos museológicos este património.



## **1. Do conceito de peregrinação e as suas origens: o caso de Santiago de Compostela**

A peregrinação, (do latim *pregrinatione*) jornada realizada por um devoto de uma dada religião a um lugar considerado sagrado por essa mesma doutrina, é uma das mais antigas tradições religiosas da humanidade. Desde as mais antigas civilizações, até às sociedades modernas, podemos observar um movimento contínuo de peregrinos que se deslocam da sua terra de origem à procura de uma experiência que lhes permita transcender do quotidiano e encontrar forças místicas ou reviver simbolicamente, mesmo que seja por alguns momentos, a utopia de uma comunhão com as suas divindades ou com seus semelhantes (TURNER 1978).

Ao longo da sua história, a Igreja criou um berço cultural onde a peregrinação teve um papel fundamental. As peregrinações surgem socialmente como um itinerário de conjunto. O Peregrino faz o seu trajecto em conjunto e, sobretudo, dá-se conta (mesmo se o faz individualmente) que a sua memória se refresca no contacto com os seus companheiros e no simples confronto com a hospitalidade dos outros. Do ponto de vista antropológico, a peregrinação é a descoberta do outro diferente, do mundo diferente, do espaço diferente, da organização ritual da vida diferente. Tudo isto subjaz ao fascínio de um ponto de chegada – um santuário, uma ermida, uma catedral, uma cidade santa (LIMA 2001:434-435). A peregrinação surge desta forma como síntese de uma procura.

As peregrinações cristãs enraízam-se na antiga tradição das jornadas para a Terra Santa, que provavelmente começou nos primeiros séculos da nossa era (NOLAN 1989). Como têm demonstrado diversos autores, a história do cristianismo no Ocidente é indissociável das peregrinações, especialmente após o século IV, quando se introduz o culto às relíquias dos mártires e santos (BROWN 1981; HUNT 1982; JENKINS 1950). Esta tradição, no entanto, em todos os lugares em que se implantou, mesclou-se com os

costumes e aspectos locais, conformando a cultura e configurando diferentes sistemas de valores (TURNER 1978; NOLAN 1989; EADE 1991).

A partir do século IX a cristianização europeia vai fixar o seu olhar em Santiago de Compostela, quando o Bispo Teodemiro reconhece um antigo túmulo como sendo o do Apóstolo S. Tiago, o Maior. A história das peregrinações para este lugar começa desde que se espalha a notícia da descoberta do túmulo apostólico (MARTINS 1957).

Antes da independência de Portugal a vida religiosa, essencialmente na zona norte, era orientada por prelados residentes na Galiza e estimulada por doações régias. O culto aos santos era já bastante intenso, sobressaindo o de S. Tiago, especialmente após a notícia do aparecimento do seu túmulo.

A devoção a S. Tiago rapidamente se estendeu no norte de Portugal. Este fenómeno histórico de longa duração constituiu um poderoso elo de ligação entre Portugal e Santiago de Compostela (MARQUES 1992: 11). Existem variadíssimas manifestações históricas, de marcas ou sinais inequívocos do impacto provocado pela devoção e peregrinação: doações régias à Igreja de Compostela, Votos de S. Tiago. De facto, a invocação do Apóstolo estava por toda a parte – numerosos topónimos e nomes de igrejas o atestam. A proximidade de Santiago de Compostela com a fronteira portuguesa permitiu que as relações piedosas dos portugueses com o santuário fossem contínuas.

Assim como no norte também no Sul de Portugal existem inúmeras demonstrações do culto Jacobeu, com especial relevância para os padroados das paróquias e pequenas capelas devocionais construídas em honra do Santo padroeiro dos peregrinos. De facto, a existência de hospitais<sup>5</sup>, albergarias<sup>6</sup>, conventos, mosteiros<sup>7</sup>, vendas, pousadas, de

---

<sup>5</sup> Ao falar de hospitais é necessário ter em conta que as suas funções eram bastante heterogéneas, podendo confundir-se com as de albergaria, asilo e hospital para pobres e viandantes, incluindo

freguesias que têm como orago S. Tiago e igrejas a ele dedicadas; capelas públicas<sup>8</sup>, nichos, imagens, inscrições e devoções particulares a Santiago; caminhos velhos, pontes e barcas de passagem; invocações de Santos que se ou relacionam com o culto das peregrinações e outros santuários de romaria; toponímia, lendas, tradições, romeiros, ... permitem delinear possíveis percursos/caminhos que acabavam por levar o peregrino a Santiago de Compostela. Para além de constatarem a importância deste culto no território português. A igreja, desde os primeiros tempos, promove o culto dos lugares santos e fomenta as peregrinações aos seus lugares mais sagrados. Santiago de Compostela foi (e é) um dos grandes centros da cristandade que mobilizou inúmeros peregrinos.

---

peregrinos ou romeiros de santuários. Como refere Fortunato de Almeida (2003) a fundação de uma albergaria ou hospital foi considerada durante a Idade Média obra de caridade. Facto que é bem explícito na análise de testamentos e outros documentos. Sendo difícil separar ao longo deste período, a albergaria do hospital. As suas atribuições confundem-se. Basicamente o termo latino "*hospitalis*" tinha um significado mais amplo, preenchia o triplice significado de albergaria, asilo e hospital.

<sup>6</sup> Também elas exerceram um papel importante no apoio logístico aos peregrinos (MARQUES 1992).

<sup>7</sup> Mosteiros que tinham uma função assistencial bastante desenvolvida e da qual beneficiaram os peregrinos (MARQUES 1992).

<sup>8</sup> Importa referir as Capelas-Abrigo que tinham sempre as portas abertas e onde se podia dormir e abrigar-se quem quisesse. Este tipo de capela tem sempre grades no arco do cruzeiro a vedar a capela-mor e o altar do Santo. Algumas parecem ter tido mesmo camas (MIRANDA 1942). No Alentejo existem notícias da existência de capelas deste género e permitiam a pernoita de peregrinos.

## **1.1. Os Caminhos de Santiago na Europa**

O Caminho de Santiago entrou na história há doze séculos, quando foram encontrados os restos mortais do apóstolo S. Tiago, na actual cidade de Santiago de Compostela. Na sequência desta descoberta o rei Alfonso II ordenou a construção de uma igreja sobre a sepultura do apóstolo, que rapidamente se transformou no principal foco de peregrinação do Ocidente. Era o começo das peregrinações Jacobeias.

A partir deste momento, milhares de peregrinos foram traçando rotas distintas em direcção a Santiago de Compostela. Os caminhos espalham-se por toda a Europa e vão entroncar aos caminhos franceses que posteriormente se ligam aos espanhóis, com excepção das várias vias do Caminho Português, que têm origem a sul, e do Caminho Inglês que vinha do norte.

Entre as várias rotas, delineadas desde a Idade Média, destacam-se: Caminho Francês; Caminho Aragonês; Caminho da Prata ("Via de la Plata"); Caminho Primitivo; Caminho do Norte; Caminho Português (com vários percursos); Caminho da Ria de Arousa; Caminho Inglês; Caminho de Finisterra (O Caminho de Finisterra une Santiago de Compostela e o Cabo Finisterra) (EDUARDO 2004; MARTINS 2001; MENDES 2005).

De todos os caminhos o mais conhecido era o chamado Caminho Francês pelo qual chegavam a maior parte dos viajantes europeus. Os seguidores do Caminho Francês entravam na Espanha por Roncesvalles ou Somport, dois ramais que, passando por Pamplona e Jaca, respectivamente, convergiam para localidade navarra de Puente la Reina, para a partir dali seguirem por Estella, Logroño, Burgos, Fromista, Sahagún,

León, Astorga, Ponferrada, Villafranca del Bierzo e Puerto Marín, até entrar em Santiago pela Porta do Caminho.

Apenas os Caminhos Inglês, Francês (absorve a maioria dos caminhos vindos do continente europeu que se dirigem a Santiago de Compostela) e Português chegam a Santiago de Compostela. Os outros vão-se juntando a estes três durante o percurso.

De facto, os peregrinos podiam seguir diversos trajectos, no entanto um monge francês, Aymeric Picaud, no séc. XII, organiza o Códice Calixtino<sup>9</sup>, no qual fixou uma rota e uma mitologia do caminho: itinerário, relíquias, milagres, conselhos (ALVAREZ 2002). O fluxo de peregrinos aumentou e a importância do Caminho foi tanta que surge, no séc. XII, o primeiro registo oficial sobre peregrinos e também o primeiro guia turístico de que se tem notícia: o Códice Calixtino. Santiago de Compostela tornou-se o entroncamento de todas as Nações e idiomas. Como símbolo desta realidade temos a *Prosa Sancti Iacobi Latinis Grecis et Ebraicis Verbis* – Prosa de S. Tiago com palavras latinas, gregas e hebraicas (MARTINS 1957: 107). Desde o séc. XII que cresce o mito alimentado por muitos autores, desde a idade média até à actualidade (ALVAREZ 2002).

No século XI, as ordens religiosas (primeiro, os monges de Cluny e depois os do Cister) criaram uma infra-estrutura assistencial ao longo da Rota Jacobea, em que as ordens militares, templários, cavaleiros de Malta e cavaleiros de Santiago, se encarregavam de garantir a segurança dos peregrinos (CHARPENTIER 1971). As construções românicas,

---

<sup>9</sup> O *Codex Calixtinus*, compilado entre 1139 e 1173 sob o nome do papa Calisto II, foi possivelmente redigido por humildes escribas ou monges que pertenciam à ordem de Cluny (DAVID 1946). O *Codex Calixtinus* editado em 1944 contém 5 livros. O primeiro contém textos litúrgicos, hinos, prosas e outras peças. O segundo, os Milagres de S. Tiago. O terceiro, a Transladação de S. Tiago. O quarto, a história de Carlos Magno e de Roldão. O quinto, intitula-se o *Guia do Peregrino*.

primeiro, e góticas, depois, surgem ao longo do caminho, transformando-o na mais importante rota cultural da Europa. Com a chegada dos cluniacenses, o Caminho começa transformar-se numa rota turística, um caminho para as elites, pessoas intelectualmente evoluídas, mas também de viajantes de todos os lugares da terra. Os monges de Cluny vão estabelecer-se ao longo dos caminhos de Santiago, onde fundaram mosteiros, ergueram igrejas, estabeleceram refúgios, hospícios e outras casas ou instituições de assistência (ROCHA 1993). Chegaram todo o tipo de pessoas, doentes em busca de milagre e o caminho foi-se transformando num conjunto dos milagres. Ao mito de cidade sagrada que era Córdoba para os árabes, opõe-se o mito da cidade cristã e cria-se uma grande cidade política e sagrada, como Santiago de Compostela (SÁNCHEZ DRAGÓ 1999).

No final do século XI, o Caminho já estava perfeitamente definido e constituía uma rota importante, não só de carácter religioso, mas também de intercâmbios culturais e económicos. No percurso, pontes eram erguidas, velhas calçadas romanas ganhavam reparos enquanto se multiplicavam construções de mosteiros e hospitais.

A tradição jacobea começou no século IX, mas só foi institucionalizada em 1122 quando o Papa Calixto II decretou o perdão para todo aquele que peregrinasse a Santiago. Desta forma, a peregrinação a Santiago de Compostela, de indubitável importância a partir do fim do século XII, era correntemente imposta como penitência dos pecados na Europa Ocidental<sup>10</sup> (RENOUARD 1956). Efectivamente, durante a

---

<sup>10</sup> LO QUE SE GANA CADA DIA POR LA BULA ES, “*Veinte y feis Indulgencias plenarias. Noventa y vn mil trecientos y fefenta y cinco años de Indulgencia. Veinte y tres mil ciento y fetenta y quatro Quaretenas de perdon. Doze terceras partes de los pecados, y remifsion de todos los pecados. Los miércoles fe faca vna Anima de Purgatorio. Haziendo la Vifita de los cinco Altares todos Domingos del año, fe gana lo mifmo q fi fe vifitaffen los Santos Lugares de Ierufalen, y Santiago de Galicia. Tomando dos Bulas fe gana efto doblado, y fe puede abfoluer por ellas dos vezes en el año a culpa ey pena.*” B. P. E. Cota: N. Res. 426

Idade Média, as peregrinações assumiram um aspecto significativo na paisagem europeia, quando as estratégias políticas e a devoção intercambiaram objectivos e motivações. A figura do peregrino cristão, a pé, faz parte de um quadro místico, onde a fé e as penitências conviveram com os perigos e a necessidade de ocupar regiões, defendendo-as de invasores. Para isso, ocorreram a ampliação do culto aos santos, a multiplicação de festas e das romarias para visitar templos, relíquias e sepulcros.

A rede de caminhos europeus conduzia a Santiago de Compostela tanto monarcas como plebeus; ermitãos, prelados, rainhas e grandes damas, com simples cortejos ou sós, burgueses, comerciantes, monges, artesãos e camponeses, a pé ou a cavalo. Nos caminhos que levavam a Compostela desenvolveram-se povoações, construíram-se mosteiros, igrejas, hospitais e albergarias onde os peregrinos podiam pernoitar, descansar e dispor de alimentação, bebida e até mantimentos para a continuação da viagem (ROCHA 1993).

Do século XII ao XIV, o Caminho de Santiago viveu a época de maior esplendor. Posteriormente começou a decadência, provocada pelas catástrofes que assolaram a região, sobretudo a Peste Negra, e as numerosas guerras que ocorreram no continente europeu. No século XVI, o crescimento do protestantismo e as guerras de religião, assim como a ocultação dos restos do apóstolo durante quase 300 anos para evitar que caíssem em mãos de piratas ingleses, vem acentuar o processo de decadência que se verificava nas peregrinações Jacobeias. O processo culminou no século XIX com praticamente o desaparecimento das peregrinações. Com efeito, as crónicas de 25 de Julho de 1867 revelam que havia cerca de 40 peregrinos na cidade de Compostela (ALVAREZ 2000/2002).

Em 1878 o Papa Leão XIII confirmou a autenticidade dos restos do apóstolo, o que encorajou um lento ressurgir das peregrinações, que só um século depois voltariam a recuperar o auge através do turismo religioso. Os grandes investimentos realizados no

caminho a partir dos anos 80, do séc. XX, para fomentar o turismo religioso, partindo das paisagens e da presença de um importante legado cultural e arquitectónico, tiveram uma rápida resposta. Novamente, milhares de peregrinos, chegados de todo o mundo voltavam a transitar pelos caminhos que conduziam a Santiago.

Em 1982, João Paulo II converteu-se no primeiro Papa a visitar Santiago de Compostela. Em 1984 o padre Elias Valiño Sampedro empreendeu uma série de trabalhos, organizando congressos e efectuando a sinalização do Caminho de Santiago com flechas amarelas desde França até Compostela. Em Espanha realizou uma série de trabalhos recuperando e limpando caminhos “perdidos”. O Padre Elias foi também o idealizador e criador das Associações dos Amigos de Santiago de Compostela (ARDITO 2005) (PÉRICARD-MÉA; MOLLARET 2006).

Em 1987, o Conselho da Europa atribuiu ao Caminho de Santiago o título de “Primeiro Itinerário Cultural Europeu” e, mais tarde, no ano de 1993, a Unesco destacou a importância e a transcendência do Caminho de Santiago ao declará-lo Património Cultural da Humanidade, e dois anos depois o Conselho da Europa outorgou a distinção de Primeiro Itinerário Cultural Europeu ao Caminho.

Assim, mil anos depois das primeiras peregrinações, políticos e empresários resgataram o testemunho da tradição para traçar uma estratégia de marketing, o Xacobeo 93, com uma oferta diversificada (com referências históricas, culturais e religiosas), conseguiram atrair à cidade de Santiago mais de 7 milhões de visitantes. Em 1999 mais de 10 milhões de pessoas visitaram Santiago, facto que se repetiu em 2004, no primeiro Ano Santo do terceiro milénio. O Ano Santo Compostelano ou Ano Jacobeo é celebrado sempre que a festividade de Santiago Apóstolo ocorre num domingo. O ano de 2004 foi a 118ª ocasião em que ocorreu um Ano Santo Compostelano, e o próximo será em 2010.



Este Caminho da piedade e de cultura foi um elemento decisivo na formação do espírito europeu mediante o intercâmbio de formas de vida. Hoje é evidente que o estudo e a revitalização dos Caminhos de Santiago se inserem num programa de conhecimento mútuo de diferentes povos da Europa. De facto, nas últimas décadas voltou a ganhar protagonismo, sendo convertido num itinerário espiritual e cultural de primeira ordem.

## **2. O culto dos Portugueses a S. Tiago e as rotas de peregrinação a Santiago de Compostela em Portugal**

Em Portugal os escassos estudos realizados sobre a rede de comunicação medieval demonstram que as vias assentavam sobre uma tríplice infra-estrutura de meios de comunicação: terrestres, fluviais e marítimas (MARQUES 1996: 487). As vias terrestres continuavam a ter por base as redes traçadas por romanos e muçulmanos (GIL 1997: 14).

As principais vias de comunicação eram percorridas pela população e pelos peregrinos de S. Tiago, dentro do território nacional, que afluíam aos santuários portugueses, convertidos em centros de peregrinação interna. Assim, a devoção a S. Tiago ia-se manifestando ao longo da viagem, em visitas a essas capelas e santuários: “era uma preparação para a vivência espiritual que se esperava ter em Compostela” (ABREU 1993: 31). Estes caminhos portugueses, que também podemos considerar «de S. Tiago», porque são parte integrante dessa rede viária que do extremo sul de Portugal ia crescendo e ampliando, orientavam-se para a fronteira com a Galiza (MARQUES 2006: 246). Ao observar alguns mapas da Europa sobre os caminhos que conduziam a Santiago verifica-se, com natural estranheza, que, em relação a Portugal, país fronteiriço com Espanha, apenas, estava assinalado o caminho de Coimbra a Compostela, certamente, evocando as duas peregrinações da Rainha Santa Isabel, quando há documentação relativa à presença de outros monarcas portugueses, desde os Condes Portucalenses – D. Henrique e D. Teresa – até D. Manuel I, que aí se dirigiu como peregrino, em Dezembro de 1502, sendo conhecidas as doações feitas ao Apóstolo e à sua igreja; e sabe-se também que, se na vinda, seguiu pelo litoral, concedendo privilégios e dádivas, de que os exemplos mais característicos são a ajuda material e as orientações dadas sobre as obras da igreja Matriz de Vila do Conde (CRUZ 1970) e no

regresso, a partir de Valença, inflectiu para Ponte de Lima e Braga, rumando depois para o Porto<sup>11</sup>.

Tal como muitos autores, o Conde de Almada na sua obra “A Caminho de Santiago” afirma que não existe um caminho para Santiago fixo e imutável: " ... mas sim muitos caminhos mais ou menos procurados ao longo dos tempos" (ALMADA 2000: 9).

Na realidade, historicamente, o Caminho Português de Santiago não tem um ponto de início definido, tendo antes muitos caminhos que variam de acordo com o ponto de origem geográfica do peregrino e que, à medida que se vão aproximando da fronteira norte de Portugal (Caminha-Tui) se vão unindo (MARQUES 2006). Assim, a Peregrinação portuguesa a Compostela nunca deu origem a um caminho unificado. Os caminhos para Santiago<sup>12</sup> eram muitos, embora se possam definir algumas vias principais. O troço principal era a estrada de Lisboa – Valença, por Santarém, Tomar, Coimbra, Porto, Barcelos ou Braga e Ponte de Lima. A este troço vinham dar outros

---

<sup>11</sup> No regresso, D. Manuel I escreveu de Valença ao Cabido de Braga, solicitando-lhe o seu acolhimento da sua comitiva, sem que isso representasse qualquer quebra nos privilégios que, eventualmente, tivessem em relação à aposentação. Arquivo Distrital de Braga, *Cartas do Cabido*, livro 1, n.º 37: - «*Dayam Chamtre Dynydades Cónegos e Cabydo nos El Rey vos enviamos muito saudar. Porque nos teemos detrymynado de hir por esa cidade e folgaryamos que o apousentamento de nossa Corte esses poucos diasque hy avemos d'estar se fizesse com todo descamsso e o mais sem fadiga que podesse vos rogamos que comvosquo e asy a clerizia dessa cidade vos prazaallguns ospedes de vosso prazer e vomtade e em muyto prazer e serviço ho receberemos de vos. E ysto nam prejudicara a vossos prevylegios se nisto os teemdes. Scripta em Valença de Mynho a XXIII de Novembro de 1502.* (Sumário, em rodapé): *Emcomenda ao Dayam Chantre e Cabido de Braga que queyram tomar alguuns ospedes de seu prazer e vontade e que nam prejudicara a seus prevylegyos se nysso os tem'(...)*». Falta uma palavra final, por desaparecimento do suporte.

<sup>12</sup> As vias de acesso à Galiza, desde o período Romano eram muitas, bastando recordar as opções que se impunham fazer para sair do nó viário que era a antiga Bracara Augusta. Por outro lado, a composição dos itinerários variava muitas vezes com os interesses dos peregrinos ou as conveniências de momento dos peregrinos.

itinerários importantes. De referir o que vinha da Beira Interior, por Guarda, Trancoso, Lamego ou Viseu, passando o Douro em Mesão Frio (GIL 1997: 15). Para além dos eixos “principais” de peregrinação, há que reconhecer a existência de algumas variantes, de eixos intermédios de ligação e de caminhos secundários que completavam a rede de itinerários Jacobeus. Por exemplo, junto ao Guadiana, existia uma via terrestre que ligava Beja a Tavira, uma outra que unia Beja a Faro, passando por Almodôvar e Loulé. Lagos e Ferreira do Alentejo estavam também ligados, sendo que de Ferreira do Alentejo saíam duas vias: uma tomava a direcção de Évora e outra no sentido Alcácer do Sal e de Setúbal (MORENO 1986).

Partindo de uma abordagem da toponímia<sup>13</sup> do distrito de Évora e dos testemunhos materiais e documentais que chegaram até à actualidade, na qual o nome do apóstolo surge como ponto signifiante de referência, daremos uma achega para a cartografia das rotas jacobéias nesta região. Tendo consciência da dificuldade em definir uma região, pois este conceito engloba não só uma dimensão geográfica, mas também social, política, cultural, jurídica e económica.

No que respeita à zona que nos interessa, os estudos de Mário Martins, Veríssimo Serão e Baquero Moreno apontam para um caminho interior, seguindo paralelo à fronteira, desde Viseu até Évora, ligando no seu percurso Covilhã, Castelo Branco, e, já no Alentejo, Nisa, Alpalhão, Crato, Alter do Chão, Fronteira, Estremoz e Évoramonte<sup>14</sup>.

---

<sup>13</sup> É ponto assente, como refere Margarida Garcez Ventura (2003), que nenhuma designação é arbitrária ou abstracta, basta o facto de existir uma toponímia que ostente o nome de Santiago, para termos a certeza da existência de algo relacionado com o apóstolo: um templo, um caminho tomado pelos peregrinos de Santiago que partiam dessa localidade ou que por aí transitavam.

<sup>14</sup> Mário Martins (1957) *Peregrinações e Livros de Milagres na nossa Idade Média*. Lisboa: Edições Brotéria. Joaquim Veríssimo Serrão (1973) *Os caminhos portugueses de Santiago – séculos XII-XVI*. Sep. dos Anais da Academia Portuguesa de História. II série. Vol 22. Lisboa. Humberto Baquero Moreno (1986) *Vias Portuguesas de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*. Revista da Faculdade de Letras do Porto, 2ª série, vol. III, Porto pp.77-89.



Fonte: MORENO, Humberto Baquero (1986), *Vias portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*. Porto: Revista da Faculdade de Letras.

Ficam por assinalar os troços secundários, ou seja, alguns acessos a vilas e lugares. Importa referir os estudos efectuados recentemente por Francisco Bilou<sup>15</sup> sobre a rede viária em Évora. Estes irão reforçar grande parte das nossas afirmações.

Ainda neste âmbito devem-se ter presentes as preocupações manifestadas por muitas pessoas que nos seus testamentos destinavam algum contributo para as obras de construção ou reparação de pontes, em território português ou mesmo galego, dádivas que, em última instância, se podem assemelhar a doações pias, destinadas a facilitar aos peregrinos a travessia dos caudalosos rios ou, simplesmente, pela dimensão espiritual inerente a estes actos de solidariedade cristã, cujos efeitos reparadores esperavam receber no dia do Juízo, confiados nas promessas bíblicas de que a esmola extingue os pecados tal como a água apaga o fogo e de que pela distribuição caritativa de bens próprios temporais poderemos merecer bens celestes eternos<sup>16</sup>. Perfeitamente articuladas com os caminhos, muitas vezes, suprimindo a falta de pontes e fazendo as suas vezes, temos de recordar as barcas de passagem, havendo também algumas designadas *barcas por Deus* ou *por amor de Deus*, que deviam estar sempre prontas para passar, gratuitamente, quem aí chegasse (MARQUES 2006). Mas os caminhos, à medida que o número de peregrinos aumentava, iam-se definindo e consagrando como caminhos de peregrinação e passaram a ser enriquecidos com estruturas de apoio, como albergarias ou hospedarias e hospitais, espalhados ao longo de todo o Reino. A criação e manutenção destas instituições, como expressão de caridade cristã, no exercício das obras de misericórdia, respondiam, de certo modo, aos ensinamentos do capítulo XI do livro V do *Codex Calixtinus* quanto à obrigação de acolher os peregrinos de S. Tiago, fossem eles ricos ou pobres.

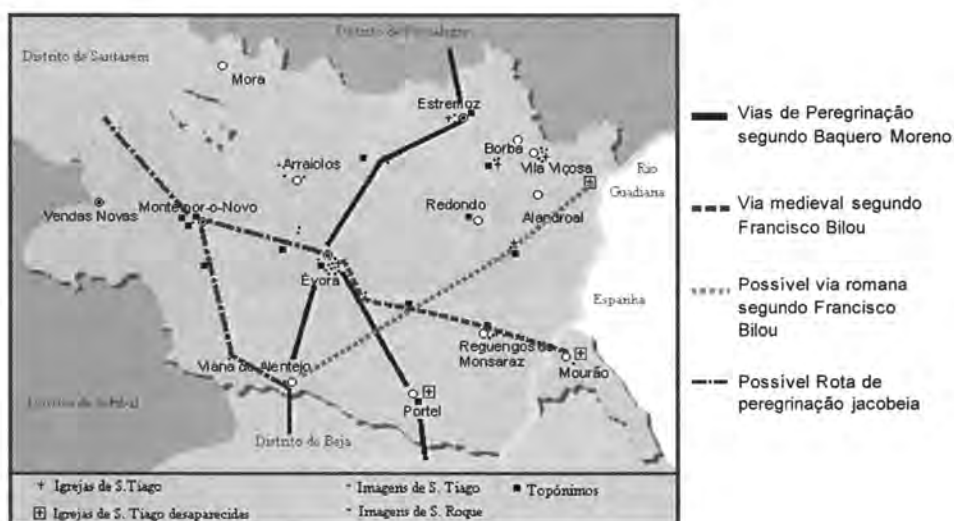
---

<sup>15</sup> Francisco Bilou (2005) O Sistema Viário Antigo da Região de Évora. Évora: Edições Colibri.

<sup>16</sup> *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Edição crítica pelo P.e Avelino de Jesus da Costa (1965). Tomo I, p. 245.

Com base em todos estes elementos toponímicos e materiais, foi possível detectar, com alguma segurança, uma via que saía de Évora em direcção a Montemor-o-Novo que seria uma das mais importantes, uma via ligando Mourão e Reguengos de Monsaraz a Évora passando por S. Mancos e uma outra ligando Viana do Alentejo, S. Manços, S. Tiago Maior (Alandroal) e Juromenha. Aqui também encontramos instituições de assistência e alguma regulamentação jurídica dirigida aos peregrinos (SOUSA 1990) (PINHO LEAL 1875) (ESPANCA 1957).

Como podemos constatar no mapa que se segue, os testemunhos jacobeus confirmam a existência das vias atrás referidas:



De facto, a devoção a S. Tiago ia-se manifestando ao longo da viagem, em visitas a capelas onde a imagem do Santo era venerada: “era uma preparação para a vivência espiritual que se esperava ter em Compostela” (ABREU 1993: 31).

### 3. A devoção e o Culto a S. Tiago em Portugal

A origem e difusão do culto de S. Tiago radica numa tradição lendária, segundo a qual S. Tiago Maior teria vindo evangelizar a Espanha<sup>17</sup>, tendo depois regressado à Palestina. Após a sua morte, dois discípulos seus tê-lo-iam trazido para sepultar na Galiza. Colocaram o seu corpo degolado num barco, que “veio suavemente até as praias galegas” (ABREU 1993: 16). Aqui, a “arca marmórea” contendo o cadáver veio a ser descoberta em Amaia (Galiza) no ano de 830.

A lenda cresceu a partir de 860, até ficar registada por escrito na *Historia Compostelana*. Aí se aduz como prova da autenticidade da sepultura e das relíquias o facto de S. Tiago “ter sido chamado a socorrer o vacilante exército cristão” que em 844 se debatia contra os Mouros proporcionando uma estrondosa vitória aos cristãos. A partir deste momento S. Tiago foi encarado como o protector das lutas da reconquista. No século XII a mistificação deste Santo alimentou não só o seu culto mas também a prestação agrária conhecida por “votos de Santiago”, que os lavradores pagavam em determinadas medidas de pão e do melhor vinho à Igreja de Santiago de Compostela (MARTINS 1993).

---

<sup>17</sup> A tradição do apostolado de S. Tiago na Espanha aparece pela primeira vez na versão latina do texto bizantino do *Breviarium Apostolorum*. Essa versão remonta ao século VII e não foi composta em Espanha. É essa versão que alimenta Isidoro de Sevilha (Do nascimento e da morte dos Padres, 71), ainda no século VII, mas a passagem que encontramos na obra de Isidoro também é uma interpolação, talvez do final do século VIII, e remete, portanto, a alguém que reelaborou seu texto (CARRACEDO FRAGA 2005) (OLIVEIRA 1968).



Os historiadores muçulmanos expressavam grande admiração pela grandiosidade do culto a S. Tiago. Segundo a *Historia Compostelana*<sup>18</sup> teriam perguntado: “*Quem é este, tão grande e valente, a quem inúmeros cristãos de aquém e além Pirinéus acorrem, para rezarem junto dele?*” ao que lhes foi respondido “*Este é S. Tiago, apóstolo de Nosso Senhor e Salvador, irmão do apóstolo João Evangelista e, ambos eles, filhos de Zebedeu; e o seu corpo se conserva sepultado nas terras da Galiza. (...)*” Tal era o esplendor e a grandiosidade das peregrinações a Santiago que os muçulmanos as comparavam com as suas a Meca, não apenas pelo número de peregrinos, mas também pela fé que passaram a respeitar (ABREU 1993: 17-18). Exemplo de tal respeito é-nos dado por Almançor que conquistou a “*orgulhosa cidade de S. Tiago*” arrasando tudo, porém fez respeitar o Túmulo do Santo Apóstolo, onde colocou guardas para o defenderem (MARTINS 1957).

Desde tempos remotos que o povo, tal como os governantes, tinha grande apego ao apóstolo. Santiago de Compostela, localizada perto da fronteira portuguesa, permitiu que as relações piedosas dos portugueses com o santuário fossem contínuas. Muitos bispos iam lá peregrinar, com uma longa comitiva (MARTINS 1957: 116-117). As pessoas humildes não se afastavam dos caminhos ao ponto de afirmarem: “S. Tiago da Galiza // É um cavaleiro forte // Quem lá não for em vida // Há-de ir lá depois da morte”.

---

<sup>18</sup> *De rebus gestis D. Didaci Gelmírez, primi Compostellani Archiepiscopi, Historia Compostellana* ou *História Compostelana* é um manuscrito em latim, redigido a partir de 1109, dentro do círculo do primeiro bispo e depois, a partir do ano 1120, do do arcebispo de Santiago de Compostela, Diego Gelmírez. A obra pretendeu registar os feitos realizados por Gelmírez para engrandecer a Sé Apostólica e dá uma perspectiva, dos sucessos que aconteceram no seu tempo, constituindo-se numa fonte historiográfica de grande valor ao transcrever documentos históricos no próprio texto. A "História Compostelana" abrange o período entre os anos 1100 e 1139 e está repartida em três livros (REILLY 1969: 78-85).

A influência das peregrinações compostelanas foi profunda na alma portuguesa. Como prova dessa influência temos estes versos: “A gritar vai uma alma, // a gritar que se perdia, // a caminho de Santiago // a cumprir a romaria” (MARTINS 1928: 152).

A força dessa motivação acabou por ficar expressa em documentos oficiais. Em 1097, o conde D. Henrique confirmava à Igreja de Compostela a posse da Correlhã<sup>19</sup>, em terras de Ponte de Lima, em honra do glorioso patrono.

Não são muitos os relatos de peregrinação a Compostela nos caminhos portugueses. O mais completo é o do padre Confalonieri. Apesar dos relatos das peregrinações serem de importantes personagens, como a Rainha Santa Isabel e do rei D. Manuel I de Portugal, importa referir que foram em peregrinação a Santiago de Compostela pessoas de todas as condições e monarcas de toda a cristandade. Estes documentos permitem delinear alguns percursos de peregrinação a Compostela, no entanto e como já foi referido existem outros elementos a ter em conta para a delineação de rotas.

Com base no anuário católico de Portugal de 2007, o culto a S. Tiago ocupa o segundo lugar no culto oficial prestado aos diversos apóstolos. Com efeito é patrono de 187 paróquias, sendo no distrito de Évora patrono de 4 paróquias. Além destas contadas, a partir do Anuário Católico, existiram outras que foram extintas e tinham o mesmo orago. Facto que comprova que desde muito cedo o culto a S. Tiago se arraigou na devoção dos portugueses.

---

<sup>19</sup> Durante o reinado de D. Ordonho II foi doada a Santiago a Vila da Correlhã (LOPES FERREIRO 1899: 85-87). Sendo esta possessão confirmada sucessivamente até ao séc. XV. Sabe-se das relações da Correlhã com Santiago, principalmente, através de fontes narrativas como a Historia Compostelana, mas também através de um documento pontifício em 1110 onde confirma à igreja de Santiago uma série de possessões incluindo a “villa da correlhã” (VEITES 1970:3).

Em termos iconográficos, considera-se que S. Tiago tem duas invocações básicas: a de peregrino e guerreiro, contudo também encontramos a representação de S. Tiago como evangelizador entre outros tipos. Assim pode-se encontrar as representações de S. Tiago Evangelizador; S. Tiago Peregrino de Manto; S. Tiago Peregrino em Traje de Caminho; S. Tiago Sentado; S. Tiago Peregrino Ante a Virgem; S. Tiago Guerreiro a Cavallo; S. Tiago Cavaleiro a Pé; S. Tiago Peregrino a Cavallo (GIL 1997).

Retenhamos por agora algumas considerações acerca do tema apresentadas por dois dos autores credenciados no assunto: Para José Marques (1993: 298), apesar do culto ao irmão do apóstolo preferido de Jesus se encontrar espalhado por todo o território português, existe um profundo contraste quer iconográfico quer em termos de número de vias entre norte e sul de Portugal. Carlos Gil (1997) considera que a característica iconográfica nortenha é centrada na figura de S. Tiago Peregrino e a iconografia do sul centra-se fundamentalmente na de S. Tiago Combatente, em virtude de nesta região estar implantada a ordem Militar de Santiago, com a casa-mãe em Palmela, que durante séculos travou duras lutas contra o infiel. Este último tipo, o mais difundido no Sul de Portugal, recorda a lenda da sua aparição na batalha de Clavijo, em 834, triunfando sobre os Mouros.

Não se pode afastar, como hipótese, que a existência de templos dedicados ao Apóstolo nesta região signifique mais do que a presença do santo interveniente na luta contra os mouros, cuja memória se perpetuou na lenda do rei Ramiro. Com efeito, está provada a relação entre a devoção a S. Tiago Peregrino e a S. Tiago Cavaleiro. Esta relação manifesta-se através da obrigatoriedade da fundação de albergarias e hospitais nos Caminhos de Santiago, consignada na Bula de instituição da Ordem, em 1175<sup>20</sup>

---

<sup>20</sup> Alguns estudos realçam a implantação das ordens militares nos Caminhos de Santiago (CASTRILLO MAZERES 1992) (RODRÍGUEZ-PACAVEA MATILIA 1992).

Em relação ao número de vias/itinerários existentes no norte versus sul, argumento utilizado por José Marques, não podemos omitir a estrutura urbana e a organização do território particular que sempre existiu no sul de Portugal. Assim, e como refere Fortunato de Almeida (2003), todas as circunstâncias condicionam e contribuem para a fixação de determinados caracteres na vida dos povos e determinam aspectos históricos e particulares.

De facto, a iconografia centrada na figura de S. Tiago demonstra a ligação do Alentejo com Compostela através do culto, da devoção, dos votos e fundamentalmente da realidade da peregrinação. É importante também salientar que a iconografia Jacobea, em Portugal, é vasta. Sendo que nem toda se relaciona com a peregrinação é contudo sinal dela. Actualmente ainda se pode constatar a existência de uma homogeneidade e lógica em todo o caminho, subsistindo os valores arquitectónicos, artísticos e toponímicos do tema Jacobeu.

## **4. O culto no Alentejo: distrito de Évora**

### **4.1. Contextualização da área de estudo**

É incontornável que o meio geográfico determina a vida dos povos. As condições do meio geográfico actuam como agentes internos na vida dos povos e determinam aspectos históricos particulares, mas também “a forma e a evolução das sociedades procedem de filiações complexas, frequentemente alteradas pela vontade livre do homem, e estão sujeitas a variantes acidentais, já derivadas do influxo externo [...]” (ALMEIDA 2003:17). Assim, e como refere Orlando Ribeiro (1987), “O território de um povo não é um simples dom da natureza, senão uma porção de espaço marcado pela sequência das gerações que, no decurso do tempo, sofreu os embates das mais variadas influências. Uma combinação original e fecunda de dois elementos: Território e Civilização.”

A história medieval portuguesa está intimamente ligada às actividades e campanhas militares. O reino afirmou-se e definiu-se através da guerra e foi também através dela que garantiu a sua sobrevivência como formação política independente.

Na história da Reconquista portuguesa a instabilidade marcou a vida das comunidades fronteiriças portuguesas, ao longo dos séculos XI e XII, e ainda durante a centúria seguinte. Nos finais do século XIII, os confrontos estavam intimamente ligados à intenção de consolidar o território conquistado e de o ir alargando para sul. As condições políticas resultantes da assinatura do tratado, de Alcanices, no ano de 1297, que definiu praticamente os limites fronteiriços do reino português, ditaram uma nova estratégia militar.

A partir daqui a Coroa preocupar-se-ia sobretudo em defender a integridade do seu território, razão pela qual adoptaria uma estratégia diplomática assente numa política de boas relações com os outros reinos peninsulares, a começar naturalmente por Castela. Durante o reinado de D. Fernando (1367-1383) esta estratégia de prudência cederia lugar a uma política de agressividade e conquista. Este projecto conduziu Portugal a uma estratégia militar de contenção, virada essencialmente para a consolidação das fronteiras (MONTEIRO 1999: 172-173).

O fenómeno religioso português apresenta como aspecto matricial um domínio exclusivo, de longa duração, por parte da Igreja Católica. Em Portugal, como na Espanha, a identidade nacional foi forjada ao longo do processo da reconquista cristã contra os mouros e reafirmada nos tempos áureos das descobertas além-mar. A presença da Igreja Católica fez-se sentir ao nível da própria organização espacial do território, dividido de acordo com critérios eclesiásticos hierarquizados (CRUZ 1992: 222), que iam do episcopado, de abrangência nacional, à paróquia local.

Por outro lado, o Alentejo tornou-se na Idade Média um grande centro de romarias e de passagem de rotas de peregrinação e N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Orada<sup>21</sup>, Santa Catarina<sup>22</sup> e N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> da Boa Nova<sup>23</sup> são testemunhos de um tempo em que as peregrinações a Santiago

---

<sup>21</sup> Na Capela de Nossa Senhora da Orada foram efectuados trabalhos arqueológicos que comprovam a eventual existência de um antigo albergue de caminho com funções assistenciais aos romeiros que por lá passavam.

<sup>22</sup> A Ermida de St.<sup>a</sup> Catarina de Monsaraz, com charlota fortificada e ameada, constitui um marco de segurança dos viandantes e peregrinos que passavam por esta zona. Situada junto da antiga via romana-medieval, a ermida, à imagem e semelhança do que acontecia com tantas outras, sobretudo na região Norte do país, era um baluarte na defesa e protecção dos romeiros (CORREIA 1992: 242)

<sup>23</sup> A Capela da Boa Nova, situada na freguesia de Terena, concelho de Alandroal. As referências históricas a este santuário remontam ao século XIII, nas Cantigas de Santa Maria, do Rei Afonso X de Castela, existem algumas composições dedicadas a Santa Maria de Terena.

desempenhavam uma função vital da vida terrena, ao mesmo tempo que asseguravam o Paraíso na vida extraterrena (CORREIA 1992).

Juntamente com Roma e Jerusalém, Compostela era um dos três grandes locais de peregrinação medieval. Os conflitos que frequentemente se geravam entre os reinos da reconquista ibérica ou mesmo entre cidades episcopais (como exemplo, a disputa da primazia entre Braga e Compostela) poderiam abrandar o fluxo de peregrinos: serão breves falhas nessa corrente de devotos, pois somente no século XVI o santuário de Nossa Senhora de Guadalupe<sup>24</sup> irá concorrer com Santiago, mesmo para fiéis das zonas fronteiriças do centro e sul de Portugal (VENTURA 2003: 176).

No Alentejo e Algarve os confrontos entre muçulmanos e cristãos foram mais activos no início do século XIII. Após a “Reconquista”, alguns castelos são doados à Ordem Religiosa Militar de Santiago que terá uma grande influência no Sul de Portugal.

Para os reis cristãos da Idade Média, por mais pecadores e violentos que fossem, a religião fazia parte da sua vida. Deus e os seus santos, mesmo para os reis, eram sempre um recurso mais imediato e os grandes protectores para os males do corpo e do espírito. E, por isso não deixavam de rezar por si e pelos seus. Para isso faziam peregrinações à Terra Santa, a Roma, a Santiago de Compostela e a outros lugares santos espalhados pela cristandade. Dentro dos seus reinos, não raras vezes, aproveitavam as suas viagens

---

<sup>24</sup> O culto mariano é muito antigo, ele remonta, essencialmente, à época de Constantino a partir do séc. IV. No nosso país, este culto insere-se na própria realidade histórica. Na Idade Média, nos tempos de luta este culto teve grande relevância. Alguns reis para comemorar determinadas batalhas mandavam construir edifícios religiosos em honra e louvor da virgem. A propagação deste culto deveu-se à tradição e à cultura popular (GRAÇA 2000: 56).

de governação para visitar os santuários mais famosos e invocar os santos mediadores, que a devoção do seu povo sentia próximo (GERALDO 1996).

As principais vias de comunicação eram percorridas pela população e pelos peregrinos de S. Tiago, dentro do território nacional que afluíam aos santuários portugueses, convertidos em centros de peregrinação interna. Estes caminhos portugueses também considerados «de S. Tiago», porque eram parte integrante dessa rede viária que do extremo sul de Portugal ia crescendo e ampliando e orientavam-se para a fronteira com a Galiza (MARQUES 2006).

A nossa área de estudo, a Região do Alentejo, mais concretamente, o espaço que corresponde ao distrito de Évora integra as seguintes localidades: Alandroal, Arraiolos, Borba, Estremoz, Évora, Montemor-o-Novo, Mourão, Portel, Redondo, Reguengos de Monsaraz, Vendas Novas, Viana do Alentejo, Vila Viçosa e Mora.



## 4.2. Manifestações do Culto Jacobeu no distrito de Évora

No percurso em direcção ao norte, passa-se por caminhos que cruzam bosques, aldeias e cidades históricas. O Caminho é enriquecido pela presença de diversos elementos que acompanham o peregrino na sua jornada. Alguns desses testemunhos encontram-se nalgumas localidades do distrito de Évora e, aliados a outros vestígios, podem comprovar a peregrinação a Santiago de Compostela: como é o caso das Vieiras.

A representação mais significativa de moluscos na heráldica incide, com toda a justiça, na classe dos bivalves e mais concretamente em alguns pectinídeos, ligados às peregrinações a Compostela.

*Pecten maximus* ou *Pecten jacobeus* pouco significado têm para os heraldistas para quem estas espécies são vieiras e ... apenas vieiras. Na heráldica, mostram sempre a sua face convexa. Dois motivos teriam contribuído, em grande parte, para que as vieiras tivessem um papel tão importante na heráldica: Com a peregrinação que era feita na Idade Média ao túmulo de S. Tiago Maior, em Compostela, em que cada peregrino costumava levar consigo uma valva de vieira, provavelmente apanhada na imensidão da costa galega, onde a espécie era abundante. Essa concha, durante a caminhada, seria utilizada para matar a sede. Finda a peregrinação, a vieira também regressava, como recordação e, em caso de doença de um familiar ou amigo, lá era emprestada com toda a devoção para que a milagrosa cura se operasse. (SILVA 2001: 38).

A importância do Culto de S. Tiago tornou-se também evidente em termos heráldicos (SEQUEIRA 1981). De facto, muitas famílias adoptaram a vieira e outros símbolos jacobeus nos seus brasões de armas (BRAGA 2002: 242). Algumas dessas famílias

foram: Abasto, Barbosa, Pimenta, Pimentel, Rego, Rocha, Sequeira, Velho, Vieira, Vogado, César, Calça, Barradas, Camelo, Calheiros, Calvo, Ramirez, entre outras.

Nos Caminhos que levam ao Santuário de Compostela, como já referimos, encontram-se capelas e ermidas onde os peregrinos param para orar e neles prestar culto. Nestes espaços, também encontramos elementos iconográficos relacionados com as peregrinações Jacobeias: como imagens de S. Tiago, S. Roque entre outras.

Em relação à iconografia relativa a S. Roque sabe-se que a mesma tem uma relação como as romagens e com as peregrinações. Conta a lenda que S. Roque nasceu em Montpellier a mediados do século XIV; e depois de repartir os seus bens, dirigiu-se a Roma. S. Roque peregrino, ou melhor, romeiro, e que tal como todos os que se deslocavam aos grandes centros de peregrinação, durante o seu percurso, visitou vários santuários. São Roque<sup>25</sup> é geralmente representado em trajes de peregrino, por vezes com a vieira típica dos peregrinos de Compostela, e com um longo bordão do qual pende uma cabaça.

Apresentamos nas tabelas que se seguem as diversas localidades onde podemos encontrar imagens de S. Roque e S. Tiago.

Imagens de S. Roque – Distrito de Évora			
Concelho	Freguesia	Local	Descrição
Évora	Nª Sª da Graça do Divor	Ermida Nª Sª de Guadalupe	Fresco no tecto da sacristia

---

<sup>25</sup> S. Roque para além de protector dos leprosos, apresenta por vezes a especificidade de protecção de Peregrinos (CARVALHO 2001).

Évora	Santo Antão	Igreja de S. Tiago	Na sacristia políptico em carvalho do séc. XVII
Évora	Santo Antão	Igreja Paroquial de St.º Antão	Pintura em tela de S. Roque. Esta igreja teve capela com invocação a S. Roque (actual capela N.ª S.ª da Saúde)
Évora	S. Pedro	Igreja de S. Francisco	S. Roque de armação roca séc. XVIII (vários nichos)
Évora	Sé	Ermida de S. Roque (a 4km da cidade integrada numa quinta)	Imagem em madeira policromada séc. XVII
Évora	Sé	Convento N.ª S.ª do Carmo	Na capela de S. Roque imagem séc. XVIII?
Évora	Sé	Mosteiro de S. Bento de Castris	No coro fresco de S. Roque
Arraiolos	S. Pedro da Gafanhoeira	Igreja de St.ª Clara	Na capela-mor imagem de S. Roque (madeira dourada)
Estremoz	Evoramonte	Ermida de S. Sebastião	Frescos
Estremoz	St.ª André	Convento de S. Francisco	S. Roque
Reguengos de Monsaraz	N.ª S.ª da Lagoa	Igreja Matriz de St.ª Maria do castelo ou N.ª S.ª da Lagoa	S. Roque (alt.65cm) séc. XVII?
Vila Viçosa	N.ª S.ª da Conceição	Convento das Chagas de Cristo	Tabuinhas séc. XVIII
Vila Viçosa	N.ª S.ª da Conceição	Real Convento de N.ª S.ª da Esperança	[14 nichos com os santos penitentes] S. Roque
Total:	13 Imagens de S. Roque		

Fontes: *Inventário Artístico de Évora*, recolha “in loco”, informação oral.

Imagens de S. Tiago – Distrito de Évora			
Concelho	Freguesia	Local	Descrição
Alandroal	S. Tiago Maior	Igreja Paroquial de S. Tiago	S. Tiago apóstolo de madeira repintado mas ainda de carácter seiscentista.
Arraiolos		Convento de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Assunção	Na Capela-mor. (Azulejos?) S. Tiago Maior
Arraiolos	Santa Ana do Campo	Igreja Paroquial	Na Sacristia. S. Tiago imagem de Terracota colorida de reminiscências setecentistas (alt. 1,00m)
Borba	S. Tiago de Rio de Moinhos	Igreja Paroquial de S. Tiago (fundada no último terço séc. XIII)	Encimando a portada marmórea da Sacristia, vê-se uma pintura de óleo sobre tela de feitura popular, muito repintada, representando Santiago combatendo os moiros, ricamente emoldurada a ouro e talha de lóbulos (alvares séc. XVIII). Na consola lateral a imagem de Santiago de madeira estofada do séc. XVIII (alt. 1,00m)
Estremoz	Evoramonte	Ermida de S. Marcos (a 3km da Vila)	Na banqueta S. Tiago do séc. XVII. De lenho dourado de 40cm
Estremoz	St <sup>a</sup> André	Convento de S. Francisco	Na sacristia primitiva tem o quadro de S. Francisco de Assis no encontro com o peregrino de Santiago de Compostela [trabalho oficial lisboense, de arcaizante carácter, talvez de olarias de Policarpo de Oliveira Bernardes]
Estremoz	St <sup>a</sup> André	Igreja de S. Tiago	S. Tiago (desapareceu)
Évora	Santo Antão <sup>26</sup>	Igreja de S. Tiago	Na fachada principal efígie equestre-guerreira de S. Tiago, em baixo relevo. Altar-mor escultura de S. Tiago, barroca de madeira estofada e policromada, dos primeiros anos

<sup>26</sup> Santiago é uma extinta freguesia urbana da cidade. Foi a 2<sup>a</sup> freguesia a ser fundada, sabe-se documentalmente que já existia em 1302. Segundo a tradição, a sua fundação terá ocorrido logo a seguir à reconquista. Em 1840 foi extinta e anexada a St<sup>o</sup> Antão.

			do reinado de D. João V (Alt. 1,10m). Na parede do lado nascente uma pintura sobre tábua, com a figuração de S. Tiago aos Mouros, obra do séc. XVII, de factura popular
Évora	Santo Antão	Paço dos Morgados de Manedos	S. Tiago combatendo os mouros, pintura a óleo sobre tábua do último terço do séc. XVI e do ciclo oficial eborense do estilo maneirista, procedente da Igreja de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Purificação.
Évora	S. Pedro	Confraria da St <sup>a</sup> Casa da Misericórdia	S. Tiago peregrino, obra popular e curiosa por figurar nela uma fonte monumental que foi seguramente, inspirada no Chafariz da Praça do Giraldo (séc. XVII)
Montemor-o-Novo	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Vila	Igreja Paroquial da extinta freguesia de S. Tiago	No desaparecido retábulo estavam a virgem e o menino e Santiago apóstolo [ver se existem vestígios de S. Tiago]
Mourão	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> das Candeias	Ermida N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> dos Remédios	Nicho lateral a rainha St <sup>a</sup> Isabel de Aragão e Santiago Peregrino de madeira policromada
Reguengos de Monsaraz	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Lagoa	Igreja Paroquial de Santiago Maior	S. Tiago [peça guardada no Museu de Arte Sacra da Matriz]
Reguengos de Monsaraz	S. Pedro do Corval	Igreja Paroquial de S. Pedro	Numa capela colateral a imagem S. Tiago peça de lenho estofado do séc. XVII (alt.96 cm) oferta de uma devota da freguesia
Viana do Alentejo	S. Salvador (Alcaçovas)	Palácio Fragoso-Barahona	Na sala guarda-se uma bandeira-grimpa de torre e lâmina pintada com a cena de S. Tiago Combatendo os Mouros [peça recolhida de uma torre destruída, presumivelmente da paroquial de S. Tiago de Escoural]
Viana do Alentejo	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Anunciação	Convento de Jesus	Existia uma imagem de S. Tiago
Vila Viçosa	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Conceição	Ermida de S. Tiago (desconhece-se a sua fundação mas o edifício actual não	S. Tiago de factura popular e do séc. XVI (embora retocado) (Alt.1,15m). Retábulo pintado a óleo sobre tela de S. Tiago na batalha de Clavijo,

		será anterior ao séc. XV)	empunhado tríplice espada, obra de artista anónimo, provavelmente do ciclo eborense de seiscentos e da tipologia tenebrecista, com moldura da época avivada por ornatos florícolas, dourados (Alt.2,60 x 1,95m)
Vila Viçosa	Nª Sª da Conceição	Real Convento das Chagas	Na Capela de S. Tiago existe um quadro em tela com Nª Senhora, S. Tiago e S. João Evangelista
Total:	24 Imagens de S. Tiago		

Fontes: *Inventário Artístico de Évora, recolha "in loco", informação oral.*

A assistência em Portugal remonta aos primeiros tempos da nacionalidade. Surgem e proliferam por todo o país um grande número de instituições de caridade, de piedade e de auxílio aos necessitados, aos peregrinos e romeiros em trânsito para os lugares sagrados (GUSMÃO 1958).

As primeiras albergarias de que há notícia devem-se às nossas rainhas. É à rainha Dona Teresa, mulher do conde D. Henrique que é atribuída a fundação da primeira instituição desta natureza – a de Mesão Frio. Segui-lhe o exemplo a rainha Dona Mafalda, mulher de D. Afonso Henriques, fundadora da albergaria de Canavezes. E desde então estes estabelecimentos de caridade foram-se espalhando pelo país e quase sempre com protecção régia (GUSMÃO 1958: 23).

Ao longo do séculos XIV e XV foram-se criando hospedarias por todo o país, numa afirmação de progresso económico e social que, exigindo e facilitando as relações de indivíduos de diferentes origens as tornava, por isso, mais intensas. Nos locais onde não existiam hospedarias os viajantes ficavam em casas particulares (GONÇALVES 1988).

Também era vulgar existirem junto aos mosteiros, como dependências deles, hospitais para tratamento dos doentes e albergarias para se recolherem pobres e peregrinos. Algumas albergarias foram fundadas e dotadas por generosidade dos príncipes e nobres, mas a maioria era da iniciativa dos mosteiros e estavam a seu cargo e de membros do clero. Em todo caso, pertencia ao clero a administração dos hospitais e albergarias, e até os bens destes institutos eram para todos os efeitos considerados como bens eclesiásticos (ALMEIDA 2003).

Desde os fins do século XV e durante o século XVI, multiplicaram-se e reorganizaram-se em Portugal muitas instituições de beneficência. A tendência dominante era para restringir a difusão da acção beneficente e concentrá-la em estabelecimentos de maiores dimensões e melhor organizados (ALMEIDA 2003<sup>1</sup>: 281). Este facto pode ser comprovado na tabela que identifica as albergarias e hospitais que existiram no espaço que actualmente corresponde ao distrito de Évora. Albergarias e hospitais aqui identificados situam-se cronologicamente entre o século XII e XVIII:

ALBERGARIAS E HOSPITAIS <sup>27</sup>		
Concelho	Freguesia	Informação adicional
Alandroal	Nª Sª da Conceição	A igreja da Misericórdia teve Hospital e albergue (Reinado de D. Manuel)  Ermida de S. Bento tinha hospedaria de peregrinos séc. XVI
	Terena	Possuía uma hospedaria no séc. XVIII.

<sup>27</sup> Na Idade Média, os hospitais ou albergarias acolhiam no mesmo espaço doentes e peregrinos. Apenas com a reforma da assistência ocorrida nos hospitais, estas instituições passaram a constituir apenas um lugar de tratamento criando-se espaços particulares para receber os peregrinos (ARAÚJO 2003: 341- 409).

	Juromenha	Teve Hospital
Arraiolos	Vila	Hospital do Espírito Santo séc. XV
	Vimeiro	Hospital e Albergaria do Espírito Santo séc. XIII  Albergaria de St <sup>a</sup> Maria de Jerusalém e Albergaria do Corpo de Deus séc. XIII. Foram posteriormente anexadas.
Borba	Sr. <sup>a</sup> das Neves	Hospital do séc. XVI
Estremoz	St <sup>o</sup> André	Hospital e Albergaria de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> dos Mártires séc. XIV. Foi posteriormente anexada à Santa Casa da Misericórdia
	St <sup>a</sup> Maria	Ermida de N <sup>a</sup> Sr. <sup>a</sup> dos Mártires teve hospital e albergaria
	Évoramonte	Hospital da Misericórdia
		Hospital de S. João de Deus séc. XII
	Veios	Ermida de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> de Mileu tinha anexa hospital de peregrinos que no séc. XVI foi anexada à Santa Casa da Misericórdia  Hospital da Misericórdia séc. XVI
Évora	Rua do Felteiro, do Tinhoso (actual rua da Moeda)	Hospital de Jerusalém (posteriormente anexado ao hospital do Espírito Santo)
		Albergaria de S. Bento séc. XII
		Albergaria de N <sup>a</sup> S. <sup>a</sup> dos Remédios localizada na rua do Raimundo séc. XVI/XVII
	St <sup>o</sup> Antão	Hospital e Albergaria do Corpo de Deus de S. Antonino (anterior ao séc. XVI)
	Junto á porta de Avis	Hospital de S. Bartolomeu
		Albergaria de S. João de Jerusalém séc. XII
		Hospital da Trindade (incorporado posteriormente no Hospital do Corpo de Deus da Sé)



		Hospital de S. Francisco (incorporado posteriormente no Hospital do Corpo de Deus da Sé)
		Hospital de S. Bento (incorporado posteriormente no Hospital do Corpo de Deus da Sé)
		Hospital de S. Gião
		Albergaria de Santa Susana
		Albergaria de S. Miguel
		Albergaria dos Mouros
		Hospital de Corpo de Deus da Sé
		Hospital do Espírito Santo séc. XVI (1595)
	S. Mamede	Albergaria dos ouelheiros séc. XIV
		Hospital de St.ª Catarina
		Albergaria de S. Salvador séc. XIV (anexado posteriormente ao Hospital de Jerusalém)
Montemor-o-Novo	Cabrela	Igreja de St.ª Casa da Misericórdia tinha albergaria de peregrinos séc. XVIII
		Albergaria de S. André séc. XIV;  Albergaria do Espírito Santo séc. XIV;  A junção destas duas albergarias deu origem no séc. XVI ao Hospital do Espírito Santo e St.ª André (destinado a recolher enfermos e peregrinos)
	Stª Maria do Bispo	Convento de S. João de Deus (actual Matriz) no séc. XVII tinha albergaria para pobres e peregrinos  Ermida de Stª André instituída para fins assistenciais de peregrinos e enfermos com albergaria presumivelmente do reinado de D. Dinis
	Lavre	Hospital de Nª Sª da Luz ou da Misericórdia

		Hospital de Stº André
Mora		Nª Sª de Brotas possuía hospedaria de peregrinos séc. XVI
	Cabeção	Igreja da Misericórdia séc. XVI?
Mourão	Nª Sª da Luz	Igreja Paroquial
Portel	Nª Sª da Lagoa	<p>Hospital do Espírito Santo séc. XIV. No séc. XVI foi anexado à Santa Casa da Misericórdia</p> <p>Ermida de Nª Sª da Saúde teve anexa uma albergaria de Peregrinos e Enfermos (Pinho Leal)</p> <p>Ermida de Stº Estevão teve uma albergaria de peregrinos (séc. XVIII foi jubilada pela Bula Apóstolica de 17-II-1749 e agregada à arquiconfraria da Caridade, Roma)</p> <p>Ermida de S. Pedro possuía albergaria de peregrinos</p>
Redondo	Nª Sª da Anunciação	<p>Hospital da Santa Casa da Misericórdia – instituído no séc. XV como albergaria</p> <p>Igreja de Nª Sª do Monte possuía hospedaria de peregrinos</p>
	Monteito	Igreja do Espírito Santo
Reguengos de Monsaraz	Nª Sª da Lagoa	Hospital do Espírito Santo e Casa da Misericórdia séc. XVI
Viana do Alentejo	Nª Sª da Anunciação	<p>Albergaria de Nª Sª da Graça séc. XIV</p> <p>Santuário de Nª Sª de Aires possuía hospedaria de peregrinos</p>
	S. Salvador (Alcaçovas)	<p>Ermida de S. Geraldo segundo a tradição teve albergaria de peregrinos</p> <p>Na rua da parreira existiu mais uma albergaria</p>
Vila Viçosa	S. Bartolomeu	Hospital Real do Espírito Santo séc. XV
		Santa Casa da Misericórdia séc. XVI

		Estas duas instituições posteriormente foram anexadas
	St.ª Ana de Bencatel	Ermidas dísticas de S. Pedro e N.ª S.ª das Mercês

Fontes: ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES (2000) Inventário artística de Portugal [Documento electrónico]. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. - 1 CD-ROM. BEIRANTE, Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha, (1995) Évora na Idade Média. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. ARAÚJO, Maria Marta Lobo (2003) O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna in Cadernos noroeste. Serie História 3, 20 (1-2). Sousa, Bernardo Vasconcelos e (1990) A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

O hospital de Jerusalém teve grande número de doações, pois entre os organismos seus congéneres, na cidade de Évora, ele foi preterido na contemplação de legados pios. Atente-se na súmula CXCII, do Livro de Acenheiro, onde se declara numa doação que os seus doadores procedem assim “[...] sabendo que o Hospital de Jesuralem desta / cidade deuevora hera majs caridosa cousa da cidade / desmolas e albergar pelegrinos [...]”.

Os fins que se propunha a Santa Casa da Misericórdia de Évora, assim como outros institutos de caridade, eram os da aplicação das obras da Misericórdia, tanto as espirituais como as corporais, segundo o que se estabelece no início do compromisso: “E pois o fundamento desta sancta confraria e jrmandade he conprir as obras de Misericordia he necessário de saber as dictaas obras as quaes sam xiiij – s – sete spirituaes e seis corporaes”. As espirituais: “ A primeira he ensinar os sinprezes / A segunda he dar bom concelho a quem o pede / A terceira he castigar cõ caridade os que erram / A quarta he cõsolar os tristes descõsolados / A quinta he perdoar a quem nos errou / A sexta he sofrer as jnjurias cõ paciência / A sétima he Rogar a deus pellos viuos e pelos mortos. As corporais: “A primeira he remir captiuos e visitar os presos / A segunda he curar os enfermos / A terceira he cubrir os nuus / A quarta he daar de comer

aos famintos / A quinta he daar de beber aos que ham sede / **A sexta he daar pousada aos peregrinos** e pobres / A sétima he enterrar os finados<sup>28</sup>. Em relação ao preceito número cinco poderemos considerá-la implícita na quarta, lembrando, todavia, que nos regimentos das antigas albergarias e hospitais ela estava prevista, quando se determinava que ao peregrino se desse, ao ser recebido, água quanta quisesse, além de lenha, para se aquecer e cama, para dormir (GUSMÃO 1958: 153). No que se refere ao preceito número seis, este foi sem dúvida a base que presidiu às primeiras albergarias no solo português e a todos os primeiros estabelecimentos de caridade, que referimos para Évora e o seu distrito.

Em relação às medidas de assistência para a cidade de Évora, D. Afonso V estabelece o **Regulamento dos Hospitais e Albergarias da Cidade de Évora**, que representa uma tentativa de sistematização de princípios em matéria de administração hospitalar. Para além de estabelecer certas orientações, mandava que as pequenas albergarias, que não pudessem cumprir os fins para que tinham sido criadas, se anexassem a outras maiores, que garantissem a sua sustentação<sup>29</sup>. Usando este princípio, de fusão de hospitais e albergarias de pequenos rendimentos, que não podiam cumprir o que seus estatutos e compromissos impunham, D. João II fundirá os de Lisboa, autorizado pelos diplomas pontifícios, competentes, de 1479 e 1485 (GUSMÃO 1958). Também D. Manuel

---

<sup>28</sup> Todas as referências ao Compromisso são feitas pelo texto publicado por Gabriel Pereira em **Documentos Históricos da Cidade de Évora**.

<sup>29</sup> Esta medida foi também ordenada em 1382 pelo Bispo de Évora, D. Martinho. Este ordenara a anexação das albergarias de S. Bento, de S. Francisco e da Trindade, ao Hospital do Corpo de Deus da Sé, por não se poderem sustentar pelos seus próprios recursos [Documento: Regimento dos Hospitais e Albergarias de Évora por D. Afonso V (Torre do Tombo, livro IV, fl. 160-161)]. Outro exemplo de anexação, este não determinado superiormente mas espontaneamente pelos seus confrades, ocorreu também em Évora com a albergaria do Salvador, que em 1391 se anexou ao Hospital de Jerusalém [Documento: Anexação da Albergaria de S. Salvador ao Hospital de Jerusalém (pergaminhos do Hospital de Jerusalém, fl. 19 V; Auto de Posse da Albergaria de S. Salvador ao Hospital de Jerusalém (pergaminhos do hospital de Jerusalém fl. 20)]. Livro da Fazenda do hospital D'Évora novamente feito e ordenado por Balthesar de Faria Severim, Chantre e Conégo na Sé d'Évora no ano de 1602, fls. II-IV, do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora, nº 6 (PEREIRA 1998).

conseguirá esta fusão, primeiro em relação a Évora, Coimbra e Santarém, por Breve de Alexandre VI de 1499<sup>30</sup> e em relação a todos os hospitais menores do país, pela bula do mesmo pontífice, de 1501 (CARVALHO 1949: 255-257).

As peregrinações a Santiago foram de tal modo importantes que, além das estalagens, houve também barcas de passagem desde o final do século XV, e sobretudo itinerários, os quais permitiram valorizar certas localidades, criar estradas e locais de acolhimento para os viandantes e visitar Santuários menores (BRAGA 2002: 236). Importa também salientar que o grande número de peregrinos Jacobeus, originou a construção de várias igrejas e ermidas em homenagem a Santiago e influenciou a toponímia de algumas localidades.

De facto, muitas povoações devem o seu nome e boa parte da sua prosperidade precisamente à ligação à devoção de S. Tiago Maior, assim como, à passagem dos peregrinos, que tinham nas igrejas e ermidas um santuário complementar no seu itinerário para Compostela e dispunham de outras infra-estruturas de acolhimento. A Ordem Militar de Santiago, que recebeu extensos territórios na região após a Reconquista, tomou também a seu cargo a protecção e o apoio espiritual aos peregrinos<sup>31</sup>, cuja circulação significava riqueza e importância política e religioso, mas exigia também assistência.

Os nomes das ruas das localidades expressam a história local através dos séculos. Algumas designações estão estritamente relacionadas com o tema em estudo. Na cidade de Évora, nos séculos XIII e XIV a simples designação de S. Tiago constituía um

---

<sup>30</sup> Arquivo Nacional Torre do Tombo – Bulas, Maço 16, nº8.

<sup>31</sup> Regra: estatutos: edificações: da ordem de Santiago. B.P. Évora Res 45; António Pereira (1659) Compendio & Declaração da Regra & Estatutos da Ordem Militar de Santiago. Coimbra: Na officina de Manoel Dias. B.P.Évora N. Res. 823

topónimo e era facilmente reconhecido (CARVALHO 2004: 58). No século XV, encontramos a primeira referência a uma Rua de S. Tiago<sup>32</sup> cujo traçado, segundo Afonso de Carvalho, deverá corresponder ao arruamento que conserva na actualidade a mesma designação. No século XVI, a actual Rua Nova também foi designada por Rua de S. Tiago<sup>33</sup>, assim como Rua Nova de S. Tiago<sup>34</sup>. Na segunda metade do século surge na cidade uma outra Rua de S. Tiago<sup>35</sup> que se localizava na freguesia de S. Mamede. O Terreiro de S. Tiago alterou a sua designação para *largo* em 1869 e, em 1910 passou a designar-se Largo de Alexandre Herculano (CARVALHO 2004:58). No entanto, na actualidade ainda é muitas vezes designado como largo de S. Tiago, talvez devido à sua proximidade com a Igreja de mesma invocação.

Importa referir que a cidade de Évora tinha uma freguesia denominada de S. Tiago. Foi a segunda freguesia a ser fundada, sabe-se documentalmente que já existia em 1302. Segunda a tradição a sua fundação terá ocorrido a seguir à reconquista. Em 1840 esta freguesia foi extinta e anexada à freguesia de Santo Antão (FONSECA 1728). Para além da freguesia a cidade de Évora chegou a ter uma Feira de S. Tiago<sup>36</sup>.

Para além da cidade de Évora também actualmente é possível encontrar uma toponímia que ostente o nome de Santiago nas outras localidades do distrito em questão. Em Reguengos de Monsaraz encontra-se a rua de S. Tiago, nesta localidade existiu, em tempos, a freguesia de S. Tiago Maior<sup>37</sup>. Em Montemor-o-Novo<sup>38</sup> a Freguesia de

---

<sup>32</sup> Arquivo da Sé, C E C 4-XVII, fl.9 n/r.

<sup>33</sup> Arquivo Distrital Évora, Fundo Arquivo da Câmara, L. 134, fl CCXXVIIj (verso).

<sup>34</sup> Arquivo Distrital Évora, Fundo Arquivo da Câmara, L. 70, fl. 127v.

<sup>35</sup> Arquivo Distrital Évora, Arquivo Paroquial, Évora, S. Mamede, L. 1 fl.21v.

<sup>36</sup> Arch. Mun. Ebor., Coll. Rivara, Torre do Tombo, Livro 1º de D. Affonso III, fol.133v.

<sup>37</sup> As notícias mais antigas referentes a esta Paróquia remontam ao ano de 1310. Sabe-se que a Freguesia pertenceu ao Concelho de Monsaraz e que, aquando da extinção do mesmo, passou para o de Reguengos de Monsaraz. A Freguesia foi extinta na segunda metade do século XIX e anexada à Freguesia de Monsaraz. ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES (2000) Inventário artístico de Portugal [Documento electrónico]. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. - 1 CD-ROM.

Santiago do Escoural e umas das portas da Cidade designam-se de Portas de Santiago. Também em Portel encontramos a Rua e o Largo de S. Tiago. No Alandroal encontra-se a Freguesia de Santiago Maior. Em Borba a Freguesia de Santiago de Rio de Moinhos. Em Estremoz o Bairro de Santiago, hoje integrado na freguesia de St.º André e as festas em Honra de S. Tiago que se realizam a 28, 29 e 30 de Julho. Também o mês de Julho é popularmente designado como de S. Tiago<sup>39</sup>.

Existem outros topónimos<sup>40</sup> que podem reforçar e comprovar a existência de rotas e a passagem de peregrinos, como é o caso do topónimo Venda. No actual distrito de Évora conseguimos identificar inúmeras vendas: a Venda do Redondo (1708 e 1763); Vendinha (1808); Vendas Novas (1754-1863); Venda do Duque (1644- 1843); Venda de Patalim (1700-1843); Venda das Bruceiras (1644); Venda Dalagea (1700-1843); Venda da Silveira (1700-1843). Muitos destes topónimos foram identificados em documentos cartográficos.

Deverá esclarecer-se que este território possuía diversos templos dedicados a S. Tiago: testemunhos da devoção popular ao santo, muito provavelmente consequência das peregrinações ao seu túmulo. Alguns destes testemunhos chegaram até aos nossos dias:

<b>IGREJAS DE S. TIAGO</b>
----------------------------

<sup>38</sup> A actual Igreja Paroquial da cidade está localizada na extinta freguesia de S. Tiago (freguesia de N.ª S.ª da Vila).

<sup>39</sup> Existem alguns ditos populares que referem S. Tiago: Dia de S. Tiago [25 de Julho] vai à vinha e acharás bago. No S. Tiago pinta o bago. Pelo S. Tiago na vinha acharás bago, se não for maduro será inchado.

<sup>40</sup> Os topónimos como Pousada, Pousadouro, Paço, Albergaria, Hospital, Parada, Paradela, Paradinha, Mosteiro, convento, forno, Ponte, Porto, Barca, indicavam ao peregrino algumas vantagens e apoios, obrigando-os às vezes a desviar-se ao lado, seja para pousar, parar, ser tratado, passar o rio na ponte ou na barca.

(localização)		
Concelho	Freguesia	Fundação/Propriedade
Alandroal	S. Tiago Maior	Séc. XVI/Igreja Católica
Borba	S. Tiago de Rio de Moinhos	Séc. XIII, edifício actual séc. XVII/Igreja Católica
Estremoz	Santo André	Séc. XVII/Igreja Católica
Évora	Santo Antão	Séc. XVI/Igreja Católica
Montemor-o-Novo	Nª Sª da Vila	Séc. XVII/Município de Montemor-o-Novo (actual centro interpretativo do castelo)
Reguengos de Monsaraz	Nª Sª Da Lagoa	Séc. XIII, edifício actual séc. XVII/Igreja Católica (actual casa da Cultura)
Vila Viçosa	Nª Sª da Conceição <sup>41</sup>	Desconhecida, edifício actual séc. XV/Igreja Católica

CAPELAS DE S. TIAGO DESAPARECIDAS		
(referências documentais)		
Concelho	Freguesia	Informação adicional
Alandroal	Juromenha	Sabe-se documentalmente, que no ano de 1279 existia uma capela denominada de S. Tiago
Mourão	Dentro da cerca medieval	Igreja de S. Tiago que se perdeu com a guerra da restauração 1640
Portel	Freguesia de Nª Sª da Lagoa	Existiu até 1810 uma ermida de S. Tiago

---

<sup>41</sup> Ermida de Santiago.



	(no actual largo de S. Tiago)	
--	-------------------------------	--

No mapa que se segue podemos observar a dispersão de algumas das manifestações relacionadas com o culto jacobeu encontradas no distrito de Évora:



Actualmente, no distrito de Évora estão identificadas 10 igrejas de S. Tiago<sup>42</sup> e 39 imagens relacionadas com o culto a S. Tiago. Na sequência desta investigação conseguimos identificar 24 imagens (escultura, pintura,...), 16 invocadoras de S. Tiago Peregrino<sup>43</sup> e 8 de S. Tiago Mata Mouros. Para além destas identificamos 1 quadro de S.

<sup>42</sup> Aqui estão incluídas todas as capelas, inclusive aquelas das quais apenas chegaram até nós referências documentais.

<sup>43</sup> A imagem que se encontrava na Igreja de S. Tiago (Estremoz) está desaparecida.

Francisco de Assis no encontro com um peregrino de Santiago de Compostela (Estremoz), 1 quadro de S. João de Deus lavando os pés a um peregrino (Montemor-o-Novo), um Retrato de D.<sup>a</sup> Inês Helena de Lima como peregrina de Santiago<sup>44</sup> datado de 1733 (Museu de Évora), um retrato de Cavaleiro de Santiago (em miniatura) datado do séc. XVI (Museu de Évora) e 13 imagens de S. Roque<sup>45</sup>. Em Reguengos de Monsaraz na igreja Matriz se encontram 2 sinos com a gravação: “ESTE SINO HEI DE S. TIAGO 1779”; “FESCE.ESTE.SINO.EM S.TIAGO SENDO P.OR MANOEL QVNQUEIRO DA GUERRA. P. ANNO. DE. 1798”<sup>46</sup> Pode-se, desta forma, afirmar que o actual distrito de Évora possui mais testemunhos iconográficos de S. Tiago Peregrino facto que comprova que as peregrinações também aqui tiveram muita importância.

---

<sup>44</sup> Segundo identificação proposta de Túlio Espanca (1969) este desenho retrata D. Inês Helena de Lima, esposa de Vieira Lusitano, como peregrina de Santiago, tendo sido o modelo de base que serviu para uma gravura aberta pelo espanhol Felipe Diogo de Castro, realizada em 1733. O desenho representa um busto feminino com o corpo virado à direita e o rosto à esquerda. Tem a cabeça coberta por um toucado com uma vieira, motivo que se repete na manga esquerda das suas vestes bastante largas. Traz o bordão de peregrino.

<sup>45</sup> São Roque é geralmente representado em trajes de peregrino, por vezes com a vestimenta típica dos peregrinos de Compostela, e com um longo bordão do qual pende uma cabaça.

<sup>46</sup> Informação retirada do Inventário Artístico de Évora realizado pelo Túlio Espanca.

## **2ª Parte**

## **1. A Museologia e a valorização patrimonial: a Rota de Santiago no Alentejo**

Como já foi referido, as investigações sobre os Caminhos de Santiago em território português têm com frequência incidido a Norte do rio Douro. No entanto, os caminhos portugueses ultrapassam o quadro de Entre-Douro-e-Minho, do Noroeste Peninsular e das Beiras.

Com base no manancial de fontes pretende-se divulgar a verdadeira realidade dos caminhos que atravessaram o sul de Portugal, nomeadamente no que respeita ao Alentejo interior, mais concretamente o distrito de Évora. Estas informações permitem olhar os caminhos de Santiago a Sul de Portugal como um conjunto de itinerários e dão a noção de uma rede peninsular muito eficiente para a circulação de pessoas, bens e serviços.

O objectivo deste projecto é partir de todas as informações disponíveis e conceber um plano que permita preservar, divulgar e discutir as rotas/percursos da Peregrinação Jacobea no Sul de Portugal. Esse plano passa por potenciar um projecto de salvaguarda e valorização patrimonial através da concepção e programação de um Museu Virtual e, posteriormente, pela criação de um Centro de Interpretação localizado estrategicamente com o objectivo de divulgação e salvaguarda do património jacobeu.

A opção pela proposta de um Museu Virtual prende-se com as inúmeras possibilidades de acesso<sup>47</sup> a manifestações e criações culturais que este tipo de equipamento

---

<sup>47</sup> Ao museu virtual apontam-se como potencialidades, a anulação das condicionantes de tempo e espaço no acesso ao museu, o alargamento do campo da comunicação, pelo aumento de uma linguagem computacional nova na criação de artefactos virtuais e a possibilidade de aparecimento de produtos

museológico permite, criando experiências únicas do âmbito digital que justificam a sua concepção, ao mesmo tempo que complementam de forma relevante as possibilidades de formação com a utilização de tecnologias informáticas aplicadas no âmbito da educação. Por outro lado, a criação de um Centro de Interpretação tem como objectivo ser um apoio físico para explicitar ao visitante, ao peregrino e ao turista o significado deste património e facilitar a compreensão da herança cultural e ambiental, ao mesmo tempo possibilitar uma atitude receptiva relativamente à conservação do património jacobeu.

---

resultantes da interacção entre design e tecnologia. O museu virtual situa-se num plano muito favorável, face ao conjunto de acontecimentos sociais, económicos e tecnológicos. A informação museológica surge, neste ambiente, sobredotada da mais valia que a própria tecnologia confere, a intersecção das telecomunicações e informática. Estas tecnologias permitem a disponibilidade permanente e a possibilidade de uma actualização constante da informação. Ao apropriar-se delas, o museu virtual traz, assim, vantagens claras para o espaço da museologia.

## **2. Proposta de Criação do Museu Virtual**

### **2.1. O Museu e as Novas Tecnologias**

O avanço científico e tecnológico a que assistimos na última década do século XX e com mais fulgor no presente século tem se reflectido em todas as áreas, não ficando alheia a realidade dos Museus. Estes são convocados a ser instrumentos de divulgação de conhecimentos utilizando para isso os recentes avanços científicos e tecnológicos com o objectivo de os tornar meios eficazes de comunicação com o público. Segundo Hernández (1998) as novas tecnologias são utilizadas nos museus com o objectivo principal de interagir com o público.

Na década de setenta e oitenta começaram a popularizar-se na sociedade as novas tecnologias audiovisuais. Os museus não ficaram à margem deste fenómeno e começaram a implantar o uso do cinema, da rádio, da fotografia e, sobretudo do vídeo como elementos didácticos de primeira ordem no contexto de exposições e programas educativos.

A grande aceitação de todas estas técnicas audiovisuais por parte do pessoal educativo do museu não é de estranhar. Segundo Molly Harrison o museu é primordialmente visual e, em consequência, as técnicas de interpretação deveriam ser também visuais. Estas técnicas, segundo a autora, deveriam ser recursos ou suportes para o visitante compreender melhor uma exposição, e não substituí-la. O desenvolvimento da informática permitiu a utilização de materiais interactivos, complementos de apoio educativo aos visitantes (PASTOR HOMS: 2004).

Como refere Inmaculada P. Homs (2004) os bons materiais audiovisuais podem facilitar aos educadores a sua tarefa educativa, já que podem servir como introdução, ambiente ou contextualização dos objectos expostos.

Os recursos audiovisuais mais utilizados no museu antes do “boom” informático foram basicamente três: as projecções de diapositivos projectadas com som, o vídeo e as películas.

De facto, os recursos audiovisuais tiveram desde o início aceitação por parte dos museus, mas a grande revolução veio pela mão das novas tecnologias da informação e da extraordinária expansão da Internet<sup>48</sup>, que implicou um complemento inovador e muito poderoso para a educação no Museu. Como afirma Hoopes (1997) “Internet e World Wide Web”, proporcionaram um novo meio de comunicação digital, transformando radicalmente a relação entre o museu e sua audiência.

---

<sup>48</sup> Entre a vantagem deste tipo de materiais pode citar-se a incorporação em bases de dados, bibliografias especializadas, imagens fixas ou em movimento, vídeos, apresentações inovadoras ou exposições virtuais.

## **2.2. Uma Nova Fronteira: O Museu Virtual**

O surgimento dos sistemas de comunicação digitais através de redes de computador, e especificamente a Internet, estão a criar um novo modelo de apresentação e acesso a museus. Surgem, portanto, as questões de como utilizar o ambiente virtual como meio educacional, e quais os tipos de aprendizagem mais adequadas para a Internet. Alguns museus formulam perguntas como: Que efectividade educativa tem verdadeiramente um museu virtual? A Visita virtual de um visitante tem maior ou menor influência na sua aprendizagem do que a experiência de visitar um museu real? A observação de reproduções diminui a experiência/aprendizagem do visitante? (PASTOR HOMS 2004).

De todas as discussões que cercam o conceito do museu virtual, uma das que mais questões desperta é a possibilidade de se ter uma experiência significativa visitando este tipo de museu. Embora os meios digitais e as redes de comunicação possam ampliar e dar novos significados à informação que um museu proporciona ao seu público, a questão da suplantação ainda é muito forte para ser esquecida. Ou seja, o museu virtual deveria proporcionar experiências autênticas no seu domínio, mas sem aspirar à autenticidade do objecto real.

As experiências virtuais e as simulações também teriam um importante papel no museu virtual. Importa fazer uma distinção entre as demonstrações, que têm como objectivo a ilustração de conceitos, os elementos de avaliação, como podem ser as questões de múltipla escolha, aleatórias ou adaptativas e a experimentação propriamente dita, com a manipulação de parâmetros e a visualização interactiva por parte do utilizador.



A questão das experiências virtuais supõe uma mudança de paradigma, da transferência de informação em contraposição ao espírito investigador. Assim, as simulações, devido às suas características de utilização da multimédia, de resposta instantânea ao utilizador, de interactividade e de animação, oferecem benefícios cognitivos aos aprendizes, devido ao envolvimento de mais sentidos no processo de aprendizagem, à redução da carga de manipulação mental, às tarefas cognitivas relacionadas com processos ou com visualizações de estruturas em três dimensões e à redução do ruído.

O tradicionalismo e a ausência de experiências realmente inovadoras podem levar a acreditar que os museus estão a perder uma oportunidade única de experimentar, inovar e, possivelmente, redefinir o seu papel e a sua missão.

Por outro lado, o conceito de museu virtual abre inúmeras possibilidades de acesso a manifestações e criações culturais que nem a escola nem os textos podem resolver devido às suas limitações, ao mesmo tempo que complementam de forma relevante as possibilidades de formação que tanto as salas de aula como os textos podem promover.

De facto, a Internet possibilita aos museus interagir de forma globalizada, alterando a noção de tempo e de espaço, ou seja, o museu na online nunca encerra.

Na Internet é possível abrir mão da exposição tridimensional tradicionalmente usada pelos museus como forma de divulgação de seu acervo, criando novas perspectivas de apresentação do mesmo. Além disso, a Internet possibilita visitas virtuais, podendo atrair mais público para a visita “real”, ou seja, além de ser um cartão de visitas do museu, esta possibilita o acesso ao património de uma forma mais ampla (HENRIQUES 2004).

O site também pode servir para fins publicitários<sup>49</sup>, para viabilizar a consulta de dados de exposições que já aconteceram ou ainda exibir reproduções de documentos que não se encontram disponíveis ao público na sede física da instituição. No entanto, a característica que fundamentalmente distingue este tipo de endereço electrónico dos demais é a sua ênfase em criar uma réplica do museu físico no ambiente virtual da Internet. No site também é possível visualizar os objectos que estão em exposição no estabelecimento museal, muitas vezes em simulações tridimensionais, o que contrasta fortemente com as publicações dos meios de comunicação tradicionais que, no âmbito das imagens, quase sempre desvinculam as obras de arte dos seus contextos originais. O museu pode, desta forma e em alguns casos, acabar por ser o assunto mais promovido do domínio electrónico, em detrimento dos seus serviços.

Assim, como ocorre no “museu no mundo virtual”, num site caracterizado como “verdadeiramente interactivo” pode haver referências directas aos programas que acontecem na sede da instituição, como representações virtuais do seu edifício e exposições, mas este tipo de domínio vai além da simples produção de réplicas do ambiente material no ciberespaço. O endereço electrónico pode funcionar como complemento ou extensão dos serviços que são oferecidos no estabelecimento museal que o mantém. Os seus conteúdos oferecem novas experiências ao público (PIACENTE 1996).

Jackson (1997) considera que a World Wide Web mudou o relacionamento entre o museu e o público de maneira irreversível. Segundo o autor, os museus agora podem estreitar o contacto e sustentar um diálogo mais produtivo com seus utilizadores.

---

<sup>49</sup> Forma de angariação de fundos, mecenato, ...

A maior diferença que o website “verdadeiramente interactivo” apresenta é a grande quantidade e variedade de informações que ele é capaz de transmitir. Por esta razão alguns teóricos acreditam que o modelo mais elaborado do domínio electrónico confere ao centro museal uma nova identidade (SABBATINI 2002).

Especialistas em museologia integram os website na mesma categoria dos impressos comerciais, referindo-se a eles como “catálogos on-line”. Pierre Lévy <sup>50</sup> difunde um pensamento oposto, ao reclamar que os profissionais não estão a explorar suficientemente o potencial da hipermédia para aperfeiçoar os serviços museológicos.

Para Anna Lisa Tota (2000), os museus virtuais *online* são, na sua maioria, aproximações imperfeitas dos museus físicos. Segundo Pierre Lévy o que é comumente chamado de museu virtual nada mais é do que um catálogo na Internet *“Os «museus virtuais», por exemplo, não são muitas vezes senão maus catálogos na Internet, enquanto que o se «conserva» é a própria noção de museu enquanto «valor» que é posta em causa pelo desenvolvimento de um ciberespaço<sup>51</sup> onde tudo circula com fluidez crescente e onde as distinções entre original e cópia já não têm evidentemente razão de ser.”* (LÉVY 2000: 202).

A questão levantada é importante, na medida em que a discussão sobre os museus virtuais ainda é incipiente. Lévy nesta afirmação dá uma pista de como os especialistas

---

<sup>50</sup> Um dos mais famosos teóricos contemporâneos entusiastas das tecnologias informatizadas. Pierre Lévy defende que as redes de computadores aumentam a capacidade cognitiva dos seus utilizadores, o que faz da Internet, portanto, um instrumento de desenvolvimento social sem precedentes.

<sup>51</sup> De acordo com Pierre Lévy no seu livro *Cibercultura*, mais do que a infra-estrutura material que o mantém, o ciberespaço abrange todo o universo oceânico de informações resultante da interconexão mundial dos computadores, e até mesmo os seres humanos que nele navegam e o alimentam.

poderiam trabalhar a questão dos museus virtuais, discutindo a própria noção de valor e de conservação de património. Nesse sentido, a maioria dos museus virtuais está mais preocupada em apresentar e justificar a sua faceta virtual através de representações, do que utilizar as potencialidades que a Internet oferece para a interacção com o utilizador.

Lévy sugere que, em vez de se procurar reproduzir exposições clássicas no meio virtual, o melhor seria conceber percursos personalizados constantemente reelaborados pelas navegações colectivas.

Segundo Maria Luísa Bellido Gant (2001), os museus transformaram a Internet num espaço para a apresentação de boletins, folhetos e catálogos, facilitando a divulgação de suas actividades.

Maria Piacente (1996) considera que existem três tipos de website: o tipo de site que se limita a cumprir a função de instrumento de marketing da instituição, trazendo informações básicas, como a sua história, objectivos, fotos das instalações, horários de atendimento, valores de ingressos e endereços de contacto. O tipo de “museu no mundo virtual” definido por representar o museu físico no ambiente virtual, e conter um maior teor de informação sobre sua sede, colecções e serviços. Apoiando-se em bases de dados mais interactivas, neste caso a visita às instalações materiais da instituição é recriada on-line. Em último lugar Piacente apresenta o website “verdadeiramente interactivo”, onde podem existir reproduções que ocorrem na sede física do centro museal como as observadas na categoria “museu no mundo virtual”, mas desta vez o endereço electrónico dispõe de certos elementos que envolvem os visitantes em actividades de alto nível de interacção, em experiências que não são viabilizadas numa convencional visita ao museu.

A navegação pelo website proporciona um sentido de descoberta e envolvimento semelhantes aos fomentados nas instalações da instituição. Segundo Sabbatini (2002) este tipo de recurso pode ir mais além através de simulações de processos que somente são possíveis no terreno virtual, mediante técnicas convergentes de multimédia interactiva.

Outra questão que se coloca é como a Internet é usada pelos museus. Mais do que um veículo de comunicação, esta permite uma maior interacção com o público, mas também com os especialistas. Além de ser usada como uma ferramenta de marketing, a Internet possibilita a montagem de redes de conexão entre várias instituições afins e com objectivos convergentes. Este uso pode ser feito através de listas de discussões, fóruns, rede de comunicação, etc., pois a Internet possibilita uma troca de experiências entre os profissionais dos museus de forma mais rápida e consistente. Neste sentido, a troca de informações e discussões sobre temas no âmbito da museologia pode ser feita através da Internet.

Outras formas de uso da Internet são as colaborações multi-institucionais. Neste caso, a instituição responsável pelo projecto convida outras instituições a participarem com conteúdos específicos, criando “exposições” permanentes na rede. Um exemplo disso é o Museu Virtual de Arquitectura Gótica Mediterrânica<sup>52</sup>, que coloca em circulação na rede, imagens inéditas inseridas em visitas virtuais aos monumentos de maior interesse de arquitectura gótica. Estas visitas virtuais efectuam-se através de fotografias panorâmicas, galerias fotográficas e vídeos. Simultaneamente é possível consultar

---

<sup>52</sup> Gothicmed é um projecto apoiado pelo Programa Cultura 2000 da União Europeia e coordenado pela Secretária Autónoma da Cultura da Generalitat Valenciana (Espanha). Participam igualmente as seguintes instituições: Directorate of Byzantine and Postbyzantine Monuments (Grécia), Arsenale di Palermo –Sicília (Itália), Hipocausto (Portugal), Internacional Tourism Institute (Eslovénia) e Instituto Cervantes (Espanha). Também instituições como Museus, Universidades e Institutos colaboram neste projecto.

online textos com imagens e desenhos redigidos por especialistas na matéria que são colocados à disposição da comunidade<sup>53</sup>. O resultado é uma exposição de conteúdos culturais e patrimoniais de vários países. Este tipo de colaboração é de fundamental importância, pois permite que se use a Internet no seu melhor: criando laços virtuais com outras instituições. Infelizmente, a maioria das instituições ainda não viu a potencialidade de utilizar a Internet para este tipo de colaboração inter-institucional. Para estas instituições, a Internet serve apenas como um grande painel para afixar suas informações institucionais, e não como uma ferramenta de troca e entrelaçamento de referências patrimoniais.

Ainda há pouca discussão teórica sobre os museus virtuais. Segundo Weiner Schweibenz (1998) o conceito de museu virtual está em constante construção e por se tratar de uma temática ainda muito nova na museologia, não há um consenso em relação ao que é considerado museu virtual e o que seria apenas um site de museu.

O museu virtual permite a dessacralização da arte, do objecto sensível, mas não deve, afirma Deloche (2001), fazer do museu um depósito de arte. Para este autor, o museu tem uma dupla função: comunicar e analisar, pois o museu é um lugar privilegiado de experiências sensoriais. Em relação à questão do museu virtual, Deloche afirma que o museu é um templo da imagem, utilizando o conceito de museu paralelo, ou seja, o museu virtual é aquele que existe na virtualidade, quase como um substituto, um museu sem lugar e sem paredes. No entanto, para ele, não há incompatibilidade entre o museu virtual e o físico.

---

<sup>53</sup> A organização salienta, no entanto, que o Gothicmed não substitui a visão e o disfrute directo da arquitectura gótica mediterrânea, mas incita à sua visita. Importa referir, que no âmbito deste projecto foi realizada uma exposição itinerante (“real”) que se encontra patente até dia 8 de Abril no Convento dos Remédios em Évora.

Para outros autores<sup>54</sup> o museu online, sendo uma vertente virtual de um museu físico, não é um museu substituto. Ele pode ser um museu complementar, pois pode existir fisicamente e ter uma vertente virtual. Consequentemente, o museu online pode ser tão ou mais eficaz quanto o museu físico, mas não o substituirá, é sim uma nova perspectiva de interacção com o património.

O museu virtual é uma espécie de um museu imaginário porque ao mesmo tempo que trabalha com a reprodução, prioriza o uso da imagem como referência patrimonial. Deste modo, e como afirma Battro (1999) “*El museo virtual es mucho más que poner fotos en Internet de las reservas, colecciones permanentes y muestras temporarias. Se trata de concebir un museo totalmente nuevo*”.

Desta forma, entende-se o museu virtual como um espaço de mediação. É um museu paralelo e complementar que privilegia a comunicação como forma de envolver e dar a conhecer determinado património.

Em relação ao conceito do museu virtual é preciso esclarecer que este tipo de museu pode ter duas configurações: a vertente virtual de determinado museu físico, que pode ser outra dimensão do museu físico e os museus essencialmente virtuais<sup>55</sup>; neste caso, a existência de um museu virtual não pressupõe a existência de um museu físico. No primeiro caso, os museus virtuais são complementos do museu físico, pois podem trabalhar as acções museológicas de forma diferente nas duas vertentes. Neste sentido, o processo museológico é muito enriquecedor, pois o público terá duas abordagens diferentes do mesmo património: uma abordagem presencial e uma abordagem remota.

---

<sup>54</sup> Como Sabbatini, Battro, entre outros.

<sup>55</sup> Como é o caso do Museu Virtual de Arquitectura Gótica Mediterrânea. Assim como um museu real o museu virtual terá que assegurar novas exposições, programas, promoções e actividades para garantir a repetição das visitas.

Segundo a concepção de Hoptman (1992) na cultura ocidental os Museus são os guardiões da informação, assim ao terem disponível essa informação através da Internet podem criar novas audiências para os mesmos.

O conceito de acesso público é um dos principais factores que permitem a imersão da tecnologia web, porque possibilita que o público em geral tenha acesso à informação dos museus, mais além dos edifícios físicos. De facto, através do desenho de páginas web, muitos museus elaboraram visitas virtuais às suas exposições, incorporando imagens gráficas junto a detalhadas descrições e explicações sobre elas, assim como permitindo ligações hipertextuais a objectos relacionados.

Para Jackson e Bazley a Internet promove o acesso aos mais extraordinários recursos para a aprendizagem e é potencialmente o mais poderoso auxílio para o processo educativo, mas o seu uso para objectivos educativos necessita de ser bem estruturado e gerido<sup>56</sup> (SABBATINI 2002).

De uma forma geral, as ferramentas disponíveis vão influir tanto na forma como no conteúdo dos projectos educativos realizados por um museu virtual, entre as estratégias didácticas, situadas dentro de um contexto sócio-cultural mais amplo, que determinam a oferta educativa, por um lado, e por outro, a forma de como esses recursos se utilizam.

---

<sup>56</sup> De forma que a criação do Museu Virtual não contribua para a redução da procura do Museu Tradicional.



Entretanto e para que os museus virtuais na sua missão educativa evitem a cópia dos museus tradicionais, ou pelo menos as suas deficiências, a apresentação da informação também deve ter em conta as distintas formas de como as pessoas aprendem (DURBIN 2003).

Quando o visitante virtual tem um interesse particular sobre um tema, algumas páginas web oferecem a possibilidade de acesso a motores de busca que, mediante a introdução de uma ou várias palavras-chaves, permitem obter a informação desejada. A exposição virtual permite ao visitante deambular, sem as imposições físicas de uma exposição real. A página web indica, de forma imediata, que objectos estão à sua disposição.

Para além das exposições virtuais, através da Internet pode-se ter acesso a outros recursos como: actividades online que permitam a autoaprendizagem e/ou utilizar-se em contextos educativos formais ou não formais (ex: jogos interactivos de perguntas e respostas, ...); materiais educativos para imprimir (ex. fichas de trabalho, dossiers para professores, ...); oportunidades para interagir com outros utilizadores; proporcionar informação detalhada sobre o museu e seus recursos; dar oportunidade de participar (PASTOR HOMS 2004).

Como salienta Sabbatini (2004) as experiências educativas online podem ser mais significativas do ponto de vista educativo, se tiver em conta que as actividades dos museus e centros virtuais estão a construir-se para que os visitantes explorem e interactuem com os objectos, uma vez que incorporam diferentes estratégias para responder à diversidade dos seus conhecimentos e experiências. Estas exposições virtuais são abertas e flexíveis e os recursos online pretendem favorecer o espírito investigador com actividades e projectos para desenvolver de forma individual ou em grupo.

O papel educativo dos objectos reais relaciona-se primeiro com a resolução e densidade de informação. A maioria das imagens que surge na web é de baixa qualidade, o que ocasiona, por vezes, problemas para uma correcta identificação. Sérias dúvidas podem surgir quando se compara o impacto emocional dos objectos na web com o impacto “real” que é, sem dúvida, muito superior (PASTOR HOMS 2004). As representações em duas dimensões, como as fotografias, são abstracções que situam os elementos. Por outro lado, perdem-se as gradações de detalhe e outros sentidos, como por exemplo o odor a textura, de forma que a colecção holística de características do objecto não pode representar-se eficazmente na ausência do objecto (LEINHARDT & CROWLEY 2002). No entanto, o suporte textual que acompanha as imagens pode compensar esta desvantagem. Contudo, o futuro da tecnologia permitirá uma melhoria da qualidade das imagens. Em segundo lugar, o factor de escala é importante na medida em que nas representações gráficas a escala está ausente.

Num nível básico, o museu virtual permitiria o acesso remoto, evitando os gastos de uma viagem a um museu real, assim como o acesso/visita a pessoas que de nenhuma outra maneira poderiam apreciar o museu. De facto, as exposições virtuais dos museus têm grande valor e utilidade para as pessoas que vivem longe do lugar ou país onde o mesmo se encontra. Nos casos em que estas exposições virtuais são utilizadas por potenciais visitantes do museu real, o seu objectivo ou função não deveria ser a de substituir a visita real, mas, pelo contrário, ajudar e incentivar a levá-la a cabo.

Por outro lado, os museus virtuais possuem o potencial de transcender as limitações físicas de espaço e tempo do museu tradicional. Igualmente, modificam o conceito de exposição, porque o museu online pode incorporar tanto os elementos dispersos em diferentes museus como simulações de funcionamento para exposições estáticas. Mas apesar da sua aparente falta de realidade, apresentam a possibilidade de reunir texto, imagens e interactividade, para além de proporcionar experiências pessoais e de grupo (SABBATINI 2003).

Com efeito, os museus virtuais possuem o potencial de reconceptualizar a sua relação com grupos, pessoas e comunidades, utilizando a tecnologia disponível e o espírito do discurso da nova museologia, uma noção de museologia participativa. Por fim, o museu virtual também podia resultar num museu mais democrático, atendendo a um público cada vez maior e cada vez mais envolvido com o projecto cultural.

A grande diferença do museu virtual reside na capacidade de estabelecer vinculações entre os objectos, dar oportunidade ao visitante de centrar-se nos tópicos de interesse e estabelecer um diálogo interactivo.

Assim, além da capacidade de realizar interconexões entre os blocos de informação, um dos principais requisitos dos museus virtuais seria o reconhecimento de que o ambiente virtual é interactivo e que, portanto, o enfoque se encontra no utilizador.

Como refere Rute Muchacho (2006) o museu virtual é essencialmente um museu sem fronteiras, capaz de criar um diálogo virtual com o visitante, dando-lhe uma visão dinâmica, multidisciplinar e um contacto interactivo com a colecção e com o espaço expositivo. Ao tentar representar cria-se uma nova realidade, paralela e coexistente com a primeira, que deve ser vista como uma nova visão, ou conjunto de novas visões.

Apesar de todos os aspectos referidos nesta abordagem importa referir que apesar das inúmeras possibilidades educativas que as novas tecnologias oferecem é necessário apercebermo-nos das suas limitações e perigos, pois estes novos recursos podem não servir para levar o visitante ao museu, mas, pelo contrário, para afastá-lo. Por este motivo a criação de um Museu Virtual deve ser devidamente ponderada e tem de ter, tal como um espaço físico, uma boa programação.

### 2.3. Programação do Museu Virtual

O Museu deverá tornar-se uma instituição activa e dinâmica, deverá definir um modelo de actuação. Com este sentido propedêutico organiza-se o programa deste Museu, com o fim de salvaguardar as três vocações de todos os Museus: estudo e documentação, conservação e exposição, educação e cultura, cuja aplicação abrange os seus conteúdos, o projecto do espaço envolvente e posteriores actividades promovidas.

Um Museu, segundo a definição internacional oficialmente aceite (ICOM) “é uma instituição permanente, sem fins lucrativos, ao serviço da sociedade e do seu desenvolvimento, aberto ao público, e que adquire, conserva, estuda, comunica e expõe testemunhos materiais do homem e do seu meio ambiente tendo em vista o estudo, a educação e a fruição”<sup>57</sup>.

De acordo com a Lei-quadro dos Museus o Museu é “uma instituição de carácter permanente, com ou sem personalidade jurídica, sem fins lucrativos, dotada de uma estrutura organizacional que lhe permite: garantir um destino unitário a um conjunto de bens culturais e valorizá-los através da investigação, incorporação, inventário, documentação, conservação, interpretação, exposição e divulgação, com objectivos científicos, educativos e lúdicos; facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade.” A lei acrescenta que “consideram-se museus as instituições, com diferentes designações, que apresentem as características e cumpram as funções museológicas previstas na

---

<sup>57</sup> Extraído dos Estatutos do ICOM, adoptados na 16ª Assembleia Geral do ICOM (Haia, Holanda, 5 de Setembro de 1989) e alterados pela 18ª Assembleia Geral do ICOM (Stavanger, Noruega, 7 de Julho de 1995) e pela 20ª Assembleia Geral do ICOM (Barcelona, Espanha, 6 de Julho de 2001) Artigo 2º: Definições.

presente lei para o museu, ainda que o respectivo acervo integrem espécies vivas, tanto botânicas como zoológicas, testemunhos resultantes da materialização de ideias, representações de realidades existentes ou virtuais, assim como bens de património cultural imóvel, ambiental e paisagístico.”<sup>58</sup>

No conceito do museu virtual, uma das questões que mais desperta a atenção é a possibilidade de se ter uma experiência significativa visitando este tipo de museu. Embora os meios digitais e as redes de comunicação possam ampliar e dar novos significados à informação que um museu proporciona ao seu público, a questão da suplantação ainda é muito forte para ser esquecida. Ou seja, o museu virtual pode proporcionar experiências autênticas no seu domínio, mas sem aspirar à autenticidade do objecto real.

O Museu das Peregrinações Jacobeias aceita estas definições e irá assumi-las como objectivo, colocando-se ao serviço de um desenvolvimento sustentado da comunidade, através da investigação, promoção social, realização de protocolos e parcerias, tendo como meio específico de comunicação a exposição virtual e os seus complementos (publicações, conferências, ...).

Este documento pretende perspectivar o que pode caracterizar a curto, médio e longo prazo a estrutura museológica.

A base da programação museológica para este Museu Virtual, que aqui se apresenta, integra princípios subjacentes à Lei 47/2004 (Lei-Quadro de Museus), visto que no âmbito da Rede Portuguesa de Museus (RPM) há disposições e normas consideradas

<sup>58</sup>

Lei Quadro dos Museus Portugueses – Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto.

comuns a todos os museus, independente da tutela, que devem ser respeitadas, quer por razões inerentes ao próprio conceito de Museu e quer ao código deontológico.

### 2.3.1. Documentos base

Uma reflexão estratégica sempre foi importante, actualmente são vários os factores que fazem com que se tenha tornado imprescindível. O aumento da exigência dos visitantes e a sua pouca fidelização são só alguns exemplos. É assim, essencial dar muita atenção à análise de uma instituição de índole cultural e à sua envolvente.

A análise SWOT<sup>59</sup> permite fazer o diagnóstico estratégico de uma instituição. O que se pretende é definir as relações existentes entre os pontos fortes e fracos da mesma com as tendências mais importantes que se verificam na envolvente global, seja ao nível do mercado global, do mercado específico, da conjuntura económica, das imposições legais, etc.

A elaboração do diagnóstico estratégico da instituição através do modelo SWOT leva à formulação de objectivos estratégicos para a mesma.

---

<sup>59</sup> SWOT é a junção das iniciais (em inglês) dos quatro elementos-chave desta análise estratégica. A saber: **Strenghts** - pontos fortes: vantagens internas; **Weaknesses** - pontos fracos: desvantagens internas; **Opportunities** - oportunidades: aspectos positivos da envolvente; **Threats** - ameaças: aspectos negativos da envolvente. A análise SWOT, ou seja a análise dos pontos fortes e fracos, das oportunidades e das ameaças, é um instrumento precioso para qualquer organização. Permite-lhe fazer o ponto da situação, com o grau de profundidade que pretende e construir uma grelha para as decisões estratégicas a tomar, no presente e no futuro.

É possível dizer que as ameaças, em certos casos, não são mais do que oportunidades no futuro próximo. A componente temporal é cada vez mais importante na estratégia das instituições. E os pontos fracos podem ser em simultâneo ameaças e/ou oportunidades.

Neste ponto apresentamos a análise SWOT relativa ao Museu Virtual, assim como os documentos/definições base para a criação desta instituição.

<b>DESAFIOS</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>- Desenvolver o projecto;</li> <li>- Definição de um modelo de gestão;</li> <li>- Financiamento e apoio institucional.</li> </ul>

<b>Análise Swot</b>			
Pontos Fortes	Pontos Fracos	Ameaças	Oportunidades
<p>Existência de um vasto património cultural, arquitectónico e artístico que no geral se encontra em bom estado de conservação;</p> <p>Reconhecimento de preservar e divulgar elementos fundamentais que constituem testemunho da peregrinação jacobea no Alentejo;</p> <p>Qualidade e diversidade do acervo;</p> <p>Reconhecimento de um percurso com grande importância para as peregrinações que deverá ser objecto de planeamento específico;</p> <p>Reconhecimento Nacional e internacional dos percursos Jacobeus;</p> <p>Apoio em suporte virtual, o que permite uma optimização de recursos humanos e financeiros.</p>	<p>Dispersão do património arquitectónico e artístico pelo território (distrito de Évora);</p> <p>Ausência de uma rede de apoio para possíveis visitantes ao terreno.</p> <p>Apoio exclusivo em suporte virtual;</p>	<p>Dispersão do património arquitectónico e artístico pelo território (distrito de Évora);</p> <p>Ausência de uma “rede física” de apoio para possíveis visitantes ao terreno.</p> <p>Falta de Financiamento;</p> <p>Falta de apoio de instituições credenciadas.</p>	<p>Possibilidade de aproveitamento Cultural/Turístico de diversos conjuntos e edifícios existentes no distrito de Évora;</p> <p>Crescimento da procura turística;</p> <p>Aproveitamento do vasto património de arte religiosa;</p> <p>Criação de uma rede virtual para divulgação de um património cultural específico;</p> <p>Possibilidade de criação de parcerias internacionais com vista a divulgar os percursos Jacobeus no Alentejo;</p> <p>Possibilidade de financiamento.</p>

## ENQUADRAMENTO LEGAL

### *1. Tutela*

Para Museu Virtual Jacobeu prevê-se que a sua tutela seja de uma Associação/Fundação ligada aos Caminhos de Santiago (como por exemplo: Associação dos amigos do Caminho de Santiago do Norte de Portugal<sup>60</sup>)<sup>61</sup>

### *2. Estatutos (proposta)*

## ESTATUTOS DO MUSEU DAS PEREGRINAÇÕES JACOBEIAS

### *CAPÍTULO I*

#### Artigo 1.º

#### **(Designação)**

O MPJ assume formalmente a designação de Museu das Peregrinações Jacobeias. Este nome deverá figurar em todos os documentos oficiais. A denominação é o reflexo da vocação conceptual e das funções patrimoniais que se prevêem para este Museu.

#### Artigo 2.º

---

<sup>60</sup> Esta associação está integrada num projecto financiado pela União Europeia (Direcção Geral de Educação e Cultura: o projecto T. A. C. S. – Tradição e Actualidades no Caminho de Santiago).

<sup>61</sup> Possibilidade de criação de uma Associação de Caminhos de Santiago do Sul de Portugal.



### **(Natureza)**

O Museu das Peregrinações Jacobeias, de ora em diante designado por Museu ou pela sigla MPJ, é uma instituição de natureza pública integrada na Fundação, dependendo da mesma.

### **Artigo 3.º**

### **(Autonomia)**

O Museu é uma instituição dotada de autonomia científica e pedagógica, podendo vir a ser dotado de autonomia administrativa e financeira sob proposta da direcção do Museu, aprovada pela Fundação.

### **Artigo 4.º**

### **(Atribuições)**

O MPJ é uma instituição vocacionada para o desenvolvimento da museologia tendo por base o espólio científico-cultural acumulado e o resultado da investigação científica que, na prossecução das suas atribuições, desenvolve. O MPJ contribui ainda para a promoção preservação e valorização de locais com interesse patrimonial para o estudo das peregrinações.

### **Artigo 5.º**

### **(Relações científicas e pedagógicas)**

O Museu cultiva relações científicas e pedagógicas com organismos universitários e outros, colaborando com estes na defesa, salvaguarda e conservação do património cultural.

## CAPÍTULO II

### DOS ÓRGÃOS E SERVIÇOS

#### Artigo 6.º

##### **(Órgãos)**

São órgãos do Museu:

- a) A direcção;
- b) A comissão técnico-científica;

#### Artigo 7.º

##### **(Direcção)**

1 - A direcção do Museu é constituída por três membros, um director e dois vogais, nomeados pela Fundação por um período de três anos, renovável por igual período, sob proposta da Comissão técnico-científica, sendo obrigatoriamente um de cada uma das três áreas: Museologia, História e Pedagogia.

2 - Os membros da direcção elegerão entre si o director do Museu.

3 - A Direcção é obrigatoriamente rotativa entre as três áreas.

4 - Cada membro é responsável, perante a direcção do MPJ e a Fundação pela respectiva área científica.

## Artigo 8.º

### **(Competências da direcção)**

À direcção do Museu compete:

- a) Administrar e gerir o MPJ, assegurando o seu regular funcionamento;
- b) Superintender em todos os serviços e actividades do Museu;
- c) Dar execução às disposições legais, bem como às determinações e orientações relativas à organização e funcionamento do Museu;
- d) Propor a admissão e rescisão de contratos de pessoal;
- e) Promover a expansão e desenvolvimento das actividades do Museu;
- f) Definir a política de investigação e de divulgação do Museu;
- g) Propor a constituição de núcleos do Museu;

## Artigo 9.º

### **(Director)**

Ao director do Museu compete:

- a) Representar o MPJ em todos os actos públicos em que este intervenha;
- b) Convocar e presidir às reuniões da comissão técnico-científica e da direcção.

## Artigo 10.º

### **(Vogais da direcção)**

Aos vogais da direcção compete:

- a) Mediante despacho nominal do director, substituí-lo nas suas ausências e impedimentos;
- b) Exercerem as competências do director que lhes sejam por este delegadas.

## Artigo 11.º

### **(Comissão técnico-científica)**

1 - A comissão técnico-científica é constituída pelos membros da direcção e por um investigador, um técnico superior e um representante do restante pessoal, eleito pelos respectivos pares.

2 - Por proposta da direcção do Museu, e desde que haja acordo da maioria poderão também fazer parte desta Comissão delegados de outras instituições, quando as actividades programadas em comum o justifiquem.

3 - As sessões serão secretariadas pelo funcionário administrativo para isso designado pela da direcção do Museu.

## Artigo 12.º

### **(Competências da comissão técnico-científica)**

À comissão técnico-científica compete:

- a) Coadjuvar a direcção na definição da política de investigação e de divulgação científica do Museu, bem como na sua política de organização e funcionamento;
- b) Coadjuvar a direcção na concretização das suas realizações de carácter museológico, nomeadamente na elaboração de programas científicos destinados a exposições permanentes e temporárias;
- c) Coadjuvar a direcção nos demais aspectos das funções pedagógicas do Museu, tais como cursos especializados, seminários e conferências;
- d) Formular sugestões e pronunciar-se sobre iniciativas no sentido do melhoramento dos serviços e mais eficiente realização dos objectivos do Museu;
- e) Dar parecer sobre os projectos de orçamento;
- f) Promover contactos com outras instituições científicas.

### Artigo 13º

O Museu, em tudo o que for omissos nestes estatutos, reger-se-á pelas normas de direito aplicáveis e pelo Regulamento Interno, cujas aprovação e alteração são da competência da Fundação.

### ***Regulamento do Museu Virtual (proposta)***

O presente regulamento é aplicável ao MPJ bem como aos seus visitantes.

### ***1. Período e horário de funcionamento***

- O MPJ estará aberto 24h por dia.
- Este horário poderá sofrer ocasionalmente alterações para actualização do site.

### ***2. Entrada e circulação***

- A entrada é gratuita e sem restrições.

### ***3. Livro de Opiniões***

- O MPJ terá um espaço destinado a sugestões ou a reclamações dos visitantes;
- Este espaço poderá sofrer censura por parte da Instituição.

### ***4. Centro de documentação***

Este centro de documentação terá como objectivo principal aglutinar toda a informação sobre as peregrinações, ao nível de documento escrito, fotografia, som, filme e digital, que exista ou venha a existir, bem como a promover a recolha dessa informação.

As condições de utilização do centro são as definidas para o acesso à documentação iconografia.

### ***5. Regulamento de acesso à documentação iconográfica***

## **UTILIZADORES**

Dado o seu carácter especificamente e único da maioria do acervo contido neste Museu, o seu uso destinar-se-á, preferencialmente, a proporcionar suporte imagético a acções de

pesquisa e divulgação nos domínios quer da história das peregrinações quer da História Jacobea, em sentido lato.

Assim, a sua utilização deverá ser promovida, em primeiro lugar, junto dos investigadores e daqueles que carecem de imagens ilustrativas para projectos de carácter cultural, mas também do restante público.

Todos terão acesso à documentação, no entanto a qualidade das imagens será reduzida e algumas informações estarão omissas (local exacto onde se encontra a obra, ...). Para obter o acesso à informação mais detalhada deverão os utilizadores solicitar, por escrito, via fax ou email, junto do Museu Virtual, o acesso às imagens pretendidas, indicando:

1. Empresa ou Departamento a que estão vinculados
2. Responsável pelo pedido
3. Tema ou imagens pretendido.
4. Prazo provável de utilização

Especificando:

1. Identidade
2. Profissão e/ou entidade a que estão vinculados
3. Objectivos da investigação
4. Tema ou imagens pretendidos
5. No caso de necessidade de reprodução, o fim a que se destina, concretizando objectivos, caso os haja, de uso comercial.

**Nota:** Tendo em conta que grande parte do espólio se encontra disperso pelo território e que nos locais onde está depositado são alvos fáceis de furtos, a sua localização só será revelada, a investigadores ou estudantes mediante autorização superior. Será ainda solicitada documentação que comprove a identificação do investigador a assim como o fim a que se destina a investigação.

Os documentos como livros e outros poderão não necessitar desta autorização.

O utilizador deverá sempre respeitar os direitos de autor dos diversos documentos, podendo ser sancionado pela utilização indevida dos diversos documentos.

## **6. ACESSO**

Depois de obtida a necessária autorização, a consulta poderá fazer via internet numa “página” criada para o efeito e de acesso restrito seleccionando o utilizador as imagens que pretende ver reproduzidas.

A reprodução será possível mediante os seguintes requisitos:

- O MPJ encarregar-se-á de facultar uma senha para consulta de material no mundo virtual. As reproduções deverão ter a autorização das respectivas instituições.
- Após análise, poderão fazer download das imagens pretendidas, sendo fornecido uma senha de acesso à iconografia solicitada.



- No caso da reprodução fotográfica vir a constar de obra publicada deverá, obrigatoriamente, ser mencionada ao Museu Virtual, assim como à Instituição detentora do documento.

- Se a reprodução vier a constar em obras ou publicações de cariz comercial ou de larga tiragem o Museu reserva a prerrogativa de exercer os direitos de propriedade intelectual, de acordo com a legislação em vigor.

## **MISSÃO/VOCAÇÃO**

**Missão:** O Museu Virtual Jacobeu pretende ser um espaço de referência, reunindo e apresentando informação especializada relativa à “realidade” Jacobeia existente no distrito de Évora. Tem como Missão preservar, divulgar e discutir a arte as rotas/percursos da Peregrinação Jacobeia no Sul de Portugal.

**Vocação:** O Museu tem como objectivo estudar o objecto que elegeu, assumindo a tarefa de produzir investigação científica acerca dos seus aspectos mais significativos, estudar esses testemunhos conferindo-lhes características de corpus científico, reunir e interpretar a informação disponível e disponibilizar todo o trabalho realizado a um público tão vasto quanto possível.

As funções técnicas e científicas do Museu determinam os seus objectivos e directrizes estando ambos condicionados pelo próprio perfil da “colecção”.

São funções do MPJ:

- Assegurar a gestão do Museu;
- Planear, programar, coordenar e realizar iniciativas culturais, nomeadamente exposições, ou que derivem das actividades desenvolvidas pelo Museu;
- Assegurar contactos com outras entidades no sentido de estabelecer parcerias, protocolos;
- Assegurar a edição de catálogos relativos às colecções permanentes, temporárias ou outras publicações que contribuam para o conhecimento do património jacobino no Alentejo;

Importa referir que as linhas de força dos planos de actividades deverão ter em atenção os seguintes princípios orientadores:

- O projecto educativo do Museu;
- O programa de investigação;
- Contribuir para o desenvolvimento da Comunidade.

### **2.3.2. O acervo e Políticas**

#### **ACERVO**

Um dos aspectos favoráveis mais importantes é o facto de a colecção ter um perfil claramente definido, a partir do qual se pode delinear quais serão as directrizes e objectivos do Museu Virtual.

O conjunto fundamental em torno do qual se organiza a colecção são edifícios, objectos, topónimos sendo que todas as espécimes que a integram tem datas compreendidas entre o século XIII e o século XIX.

Deste modo, ela afirma-se no contexto português como exemplo da diversidade de testemunhos Jacobeus. Possibilitando a identificação das possíveis rotas utilizadas pelos peregrinos.

Uma colecção com este perfil apresenta inúmeras vantagens, entre as quais se destaca a possibilidade de constituir uma “colecção” coerente. Mas uma “colecção” deste género apresenta alguns riscos, resultantes do facto de se tratar de uma “colecção” resultante de objectos, edifícios que se encontram dispersos no território.

**Património que constituirá o acervo do Museu Virtual:**

IGREJAS DE S. TIAGO		
Concelho	Freguesia	Fundação/Propriedade
Alandroal	S. Tiago Maior	Séc. XVI/Igreja Católica
Borba	S. Tiago de Rio de Moinhos	Séc. XIII, edifício actual séc. XVII/Igreja Católica
Estremoz	Santo André	Séc. XVII/Igreja Católica
Évora	Santo Antão	Séc. XVI/Igreja Católica
Montemor-o-Novo	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Vila	Séc. XVII/Município de Montemor-o-Novo (actual centro interpretativo do castelo)
Reguengos de Monsaraz	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Lagoa	Séc. XIII, edifício actual séc. XVII/Igreja Católica (actual casa da Cultura)
Vila Viçosa	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Conceição <sup>62</sup>	Desconhecida, edifício actual séc. XV/Igreja Católica

CAPELAS DE S. TIAGO DESAPARECIDAS (referências documentais)		
Concelho	Freguesia	Informação adicional
Alandroal	Juromenha	Sabe-se documentalmente, que no ano de 1279 existia uma capela denominada de S. Tiago
Mourão	Dentro da cerca medieval	Igreja de S. Tiago que se perdeu com a guerra da restauração 1640

Portel	Freguesia de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Lagoa (no actual largo de S. Tiago)	Existiu até 1810 uma ermida de S. Tiago
--------	---	---

IMAGENS RELACIONADAS COM O CULTO	
<ul style="list-style-type: none"> <li>• 39 IMAGENS (ESCULTURA, PINTURA EM TELA, FRESCOS, ...) RELACIONADAS COM O CULTO A S. TIAGO: <ul style="list-style-type: none"> <li>○ 16 Imagens de S. Tiago Peregrino;</li> <li>○ 8 Imagens de S. Tiago Mata Mouros;</li> <li>○ 1 Quadro de S. Francisco de Assis no encontro com um peregrino de Santiago de Compostela (Estremoz);</li> <li>○ 1 Quadro de S. João de Deus lavando os pés a um peregrino (Montemor-o-Novo);</li> <li>○ 13 Imagens de S. Roque.</li> </ul> </li> </ul>	

Imagens de S. Tiago			
Concelho	Freguesia	Local	Descrição
Alandroal <sup>63</sup>	S. Tiago Maior	Igreja Paroquial de S. Tiago	S. Tiago apóstolo de madeira repintado séc. XVI.

<sup>63</sup> Sabe-se, documentalmente, que no ano de 1279 existia em Juromenha uma capela denominada de S. Tiago.

Arraiolos		Convento de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Assunção	Na Capela-mor: S. Tiago Maior.
Arraiolos	Santa Ana do Campo	Igreja Paroquial	Na Sacristia. S. Tiago imagem de Terracota colorida de reminiscências setecentistas (alt. 1,00m).
Borba	S. Tiago de Rio de Moinhos	Igreja Paroquial de S. Tiago (fundada no último terço séc. XIII)	Encimando a portada marmórea da Sacristia, vê-se uma pintura de óleo sobre tela de feitura popular, muito repintada, representando Santiago combatendo os moiros, ricamente emoldurada a ouro e talha de lóbulos (alvares séc. XVIII). Na consola lateral a imagem de Santiago de madeira estofada do sec. XVIII (alt. 1,00m).
Estremoz	Evoramonte	Ermida de S. Marcos (a 3km da Vila)	Na banqueta S. Tiago do séc. XVII. De lenho dourado de 40cm.
Estremoz	St <sup>a</sup> André	Convento de S. Francisco	Na sacristia primitiva existe 1 quadro de S. Francisco de Assis no encontro com o peregrino de Santiago de Compostela.
Estremoz <sup>64</sup>	St <sup>a</sup> André	Igreja de S. Tiago	S. Tiago (desapareceu)
Évora	Santo Antão	Igreja de S. Tiago	Na fachada principal efígie equestre-guerreira de S. Tiago, em baixo relevo. Altar-mor

<sup>64</sup>

No dia 28, 29 e 30 de Julho realizam-se as festas em Honra de S. Tiago.

			escultura de S. Tiago, barroca de madeira estofada e policromada, dos primeiros anos do reinado de D. João V (Alt. 1,10m). Na parede do lado nascente uma pintura sobre tábua, com a figuração de S. Tiago aos Mouros, obra do séc. XVII, de factura popular.
Évora <sup>65</sup>	Santo Antão	Paço dos Morgados de Manedos	S. Tiago combatendo os moiros, pintura a óleo sobre tábua do último terço do séc. XVI e do ciclo oficial eborense do estilo maneirista, procedente da Igreja de N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Purificação.
Évora	S. Pedro	Confraria da St <sup>a</sup> Casa da Misericórdia	S. Tiago peregrino, obra popular e curiosa por figurar nela uma fonte monumental que foi seguramente, inspirada no Chafariz da Praça do Giraldo (séc. XVII).
Montemor-o-Novo <sup>66</sup>	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Vila	Igreja Paroquial da extinta freguesia de S. Tiago	No desaparecido retábulo estavam a virgem e o menino e Santiago apóstolo [ver se existem vestígios de S. Tiago]
Mourão <sup>67</sup>	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> das	Ermida N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> dos	Nicho lateral a rainha St. <sup>a</sup>

---

<sup>65</sup> Existiu na Cidade uma Feira de S. Tiago.

<sup>66</sup> Na igreja Matriz encontra-se uma pintura a óleo sobre tela de S. João de Deus lavando os pés a um peregrino.

<sup>67</sup> Dentro da cerca medieval temos conhecimento da existência de uma Igreja de S. Tiago que se perdeu durante a Guerra da Restauração 1640.

	Candeias	Remédios	Isabel de Aragão e Santiago Peregrino de madeira policromada
Reguengos de Monsaraz	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Lagoa	Igreja Paroquial de Santiago Maior	S. Tiago [peça guardada no Museu de Arte Sacra da Matriz]
Reguengos de Monsaraz	S. Pedro do Corval	Igreja Paroquial de S. Pedro	Numa capela colateral a imagem S. Tiago peça de lenho estofado do séc. XVII (alt.96 cm) oferta de uma devota da freguesia
Viana do Alentejo	S. Salvador (Alcaçovas)	Palácio Fragoso-Barahona	Na sala guarda-se uma bandeira-grimpa de torre e lâmina pintada com a cena de S. Tiago Combatendo os Mouros [peça recolhida de uma torre destruída, presumivelmente da paroquial de S. Tiago de Escoural]
Viana do Alentejo	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Anunciação	Convento de Jesus	Existia uma imagem de S. Tiago
Vila Viçosa	N <sup>a</sup> S <sup>a</sup> da Conceição	Ermida de S. Tiago (desconhece-se a sua fundação mas o edifício actual não será anterior ao séc. XV)	S. Tiago de factura popular e do séc. XVI (embora retocado) (Alt.1,15m). Retábulo pintado a óleo sobre tela de S. Tiago na batalha de Clavijo, empunhado tríplice espada, obra de artista anónimo, provavelmente do ciclo eborense de seiscentos e da tipologia tenebrecista, com moldura da época avivada por ornatos florícolas, dourados



			(Alt.2,60 x 1,95m).
Vila Viçosa	Nª Sª da Conceição	Real Convento das Chagas	Na Capela de S. Tiago existe um quadro em tela com Nª Senhora, S. Tiago e S. João Evangelista
<b>Total:</b>	<b>24 Imagens de S. Tiago</b>		

<b>Imagens de S. Roque</b>			
<b>Concelho</b>	<b>Freguesia</b>	<b>Local</b>	<b>Descrição</b>
Évora	Nª Sª da Graça do Divor	Ermida Nª Sª de Guadalupe	Fresco no tecto da sacristia
Évora	Santo Antão	Igreja de S. Tiago	Na sacristia um políptico em carvalho do séc. XVII
Évora	Santo Antão	Igreja Paroquial de St.º Antão	Pintura em tela de S. Roque. Esta igreja teve capela com invocação a S. Roque (actual capela Nª Sª da Saúde)
Évora	S. Pedro	Igreja de S. Francisco	S. Roque de armação roca séc. XVIII (vários nichos)
Évora	Sé	Ermida de S. Roque (a 4km da cidade integrada numa quinta)	Imagem em madeira policromada séc. XVII
Évora	Sé	Convento Nª Sª do Carmo	Na capela de S. Roque imagem séc. XVIII?
Évora	Sé	Mosteiro de S.	No coro fresco de S. Roque

		Bento de Castris	
Arraiolos	S. Pedro da Gafanhoeira	Igreja de St.ª Clara	Na capela-mor imagem de S. Roque (madeira dourada)
Estremoz	Evoramonte	Ermida de S. Sebastião	Frescos
Estremoz	Stª André	Convento de S. Francisco	S. Roque
Reguengos de Monsaraz	Nª Sª da Lagoa	Igreja Matriz de Stª Maria do castelo ou Nª Sª da Lagoa	S. Roque (alt.65cm) séc. XVII?
Vila Viçosa	Nª Sª da Conceição	Convento das Chagas de Cristo	Tabuinhas séc. XVIII
Vila Viçosa	Nª Sª da Conceição	Real Convento de Nª Sª da Esperança	[14 nichos com os santos penitentes] S. Roque
<b>Total: 13 imagens de S. Roque</b>			

## HOSPITAIS E ALBERGARIAS

Na Idade Média acolhiam no mesmo espaço doentes e peregrinos.

Obrigatoriedade da fundação de albergarias e hospitais nos caminhos de Santiago, consignada na Bula de instituição da Ordem de Santiago, em 1175.

ALBERGARIAS OU HOSPITAIS		
Concelho	Total de albergarias /hospitais	Data extremas
Alandroal	5	XV-XVIII
Arraiolos	4	XIII-XVIII
Borba	1	XV
Estremoz	7	XII-XVI
Évora	12	XII-XVII
Montemor-o-Novo	7	XIV-XVII
Mora	2	XVI
Mourão	1	S/d
Portel	4	XIV-XVIII

**Topónimo: VENDA**

- Venda do Duque (1644-1845)
- Venda de Patalim (1700-1843)
- Venda das Bruceiras (1644)
- Venda Dalagea (1700-1843)
- Venda da Silveira (1700-1843)
- Venda do redondo (1708-1783)
- Vendinha (1808)
- Vendas Novas (1764-1863)
- ...

## **S. TIAGO**

- ESTE TOPONIMO SURGE NAS SEGUINTE LOCALIDADES:
- ALANDROAL, BORBA, ÉVORA, ESTREMOZ, REGUENGOS DE MONSARAZ, MONTEMOR-O-NOVO, PORTEL<sup>68</sup>

**Para além deste acervo poderão, no futuro, inventariar-se outros bens (materiais e imateriais) relacionados com as peregrinações.**

**JUSTIFICAÇÃO:** Partindo de uma abordagem da toponímia do distrito de Évora e dos restantes testemunhos materiais e documentais apresentaremos a cartografia das rotas Jacobeas no Alentejo, assim como todos os elementos relacionados com Santiago.

## **POLÍTICAS**

Política de Exposições: Exposição permanente

Pretende-se com a exposição permanente que o visitante fique com uma ideia geral sobre a riqueza do património jacobeu existente no distrito de Évora.

---

<sup>68</sup> Tal como nas restantes localidades a toponímia envolvente de Monsaraz parece atestar a passagem dos romeiros de Santiago. A Norte da Vila de Monsaraz situa-se a antiga freguesia de Santiago.

A Exposição será construída tendo em conta três pressupostos principais, científico, pedagógico e estético. O objecto isolado não serve os objectivos didácticos pretendidos, portanto, deve ser colocado num contexto mais amplo de forma a conseguir a transmissão de uma mensagem.

A sequência da exposição deve ser linear que seja facilmente identificada pelo público sem, contudo, obedecer a um circuito pré-definido.

As exposições deverão estar disponíveis em vários idiomas (Francês, Português e Inglês).

### **Exposições temporárias**

Nas acções de divulgação do património Jacobeu, nomeadamente exposições temporárias ou palestras, o recurso às espécies existentes em diversas instituições museológicas, pautar-se-á pelas seguintes regras:

1. Será efectuado pedido em modelo próprio devidamente sancionado pelo Responsável.
2. Poderão existir condicionantes de localizar o objecto, devido a questões de segurança.
3. Outras condicionantes como a resolução das imagens para não existir o perigo de reproduções não autorizadas.
4. Realização de catalogo virtual de acesso universal com as peças cedidas “virtualmente”.

## **POLÍTICA DE DOCUMENTAÇÃO: SISTEMAS DOCUMENTAIS, INVENTÁRIO, CATÁLOGO**

Todos os bens materiais e imateriais relacionados com as peregrinações devem estar inventariados e catalogados. O MPJ deve possuir base de dados para este fim.

O acervo do Museu é essencialmente constituído por imagens de objectos dispersos no território e “bens imateriais”, neste sentido é essencial a existência de um trabalho exaustivo de inventário e catalogação destes bens materiais e imateriais.

A Ficha de Inventário deverá conter os seguintes campos:

1. Denominação
2. Autor da obra
3. Datação
4. Dimensões (altura, largura, espessura)
5. N° de Inventário
6. Museu/Proprietário
7. Categoria: (Pintura, ...)
8. Material/Técnica
9. Localização
10. Descrição
11. Bibliografia (sobre a obra/edifício)

## **POLÍTICA DE INCORPORAÇÃO DE BENS E DE EMPRÉSTIMOS**

Dado as características deste Museu a incorporação dos bens é apenas virtual, podendo todas as instituições cederem as imagens/documentação relacionadas com as peregrinações. Esta cedência deve estar oficializada e se possível deve se estabelecer protocolos com estas instituições.

Apenas serão aceites imagens relacionadas com o tema do MPJ.

A política de incorporação tem como objectivo enriquecer as colecções.

1. A incorporação de novos exemplares obedece aos seguintes critérios:

- a) Importância científica;
- b) Preenchimento de lacunas;
- c) Relevância para a compreensão, ensino e divulgação da história Jacobea;
- d) Potencial para eventos de formação e divulgação.

2. A incorporação de exemplares para as colecções pode ser efectuada através de:

- a) Missões realizadas no âmbito de projectos de investigação;
- b) Compra (direitos de imagem);
- c) Doações;
- d) Permuta.

3. A incorporação de novos exemplares depende da capacidade do MPJ para assegurar a sua documentação e uso apropriado. Assim, o programa anual de incorporações deverá ter em linha de conta limitações orçamentais, disponibilidade de especialistas. Em casos especiais e para salvaguardar os bens culturais prevê-se a compra do objecto.

4. O MPJ não adquirirá exemplares (imagens, documentos, ...) cuja obtenção viole os termos de convenções nacionais e internacionais.

5. Incorporações que não sejam abrangidas pela política vigente, serão avaliadas caso a caso pelo respectivo curador que deverá consultar e remeter a decisão para a Fundação.

6. Todas as doações deverão ser incondicionais e perpétuas, mas as partes poderão acordar condições especiais de consulta e empréstimo, válidas por um período máximo de cinco anos.

## **POLÍTICA DE CONSERVAÇÃO**

Apesar do MPJ ser constituído por documentos virtuais prevê no âmbito da sua existência a promoção e protecção do património Jacobeu. Neste sentido, o MPJ prevê o levantamento do estado de conservação desses bens de forma a preservar este património e no caso de ser necessário realizar intervenções de restauro nos bens culturais.



A política de conservação do MPJ tem como objectivo desenvolver e aplicar as melhores práticas de conservação, de forma a prevenir a sua deterioração física e assim preservar o seu valor científico e cultural. Para cumprir este objectivo o MPJ aplica as seguintes normas:

1. Todas as pessoas devem ser informadas das suas responsabilidades no que se refere aos cuidados a ter com o património cultural.
2. Todas as pessoas envolvidas directamente na conservação deste património têm formação específica no que se refere às técnicas de conservação e importância da monitorização e manutenção do património.
3. A aplicação de estratégias preventivas de conservação é uma prioridade. Assim, no início de cada ano civil, são delineadas estratégias preventivas de conservação com o intuito de evitar a utilização de medidas de recuperação. Estas serão aplicadas no caso de, por algum motivo, as estratégias preventivas não serem efectivas.
4. A utilização de técnicas invasivas ou destrutivas só é permitida quando não existir outra alternativa e depende da aprovação dos responsáveis.
5. Todas as acções de conservação deverão ser devidamente documentadas.

## **POLÍTICA DE SEGURANÇA**

Para garantir a segurança do espólio o MPJ prevê que a divulgação de dados como a localização dos bens e outras informações que comprometam a segurança dos objectos culturais não seja divulgada (excepção daqueles que se encontram em espaços com segurança como Museus, Universidades ou outras instituições).

Esta política prende-se com o facto da maioria do espólio que constituirá o Museu Virtual se encontrar disperso pelo território Alentejano e espaços onde se encontram depositados estes bens serem alvos fácil de furto ou vandalismo.

Apenas haverá divulgação desses dados com autorização superior da Fundação.

## **POLÍTICA DE INVESTIGAÇÃO**

O museu deve realizar acções de estudo e investigação, na área da sua vocação e relativamente aos bens culturais relacionados com as peregrinações em geral e as peregrinações jacobeitas em particular, com o objectivo de os identificar, interpretar, expor e divulgar de forma a fomentar o progresso do conhecimento em geral e da História local em particular. Estas actividades podem realizar-se através de pessoal próprio, parcerias com outras entidades vocacionadas para a investigação e pode também ser desenvolvida por investigadores estranhos ao museu, nomeadamente pessoas com projectos de investigação próprios e que se adaptem ao programa do Museu, podendo receber da parte deste, apoio a diversos níveis: logístico, desenho, fotografia ou outro.

Deverão ser concertados esforços no sentido de estabelecer protocolos com Universidades, portuguesas ou estrangeiras, ou Associações de património, de forma a elaborar projectos de investigação para as áreas das peregrinações.

Os resultados dos estudos deverão ser publicitados ao público e à comunidade científica, tendo em observância as práticas legais deontológicas e académicas de definidas pela legislação nacional e internacional em matéria de direitos de autor.

Os dados a divulgar devem ser rigorosamente controlados de forma a evitar a divulgação de informações pessoais e confidenciais.

#### LINHA EDITORIAL:

O MPJ deverá definir uma linha editorial, garantindo a publicação de estudos base sobre o património jacobeu ou sobre a temática das peregrinações, por investigadores contratados, técnicos da Fundação ou investigadores com projectos de investigação para o distrito ou outro. Deverão ainda ser contempladas publicações, elaboradas para os Serviços Educativos, de cariz didáctico e pedagógico dirigido a vários tipos de públicos.

As publicações deverão ser essencialmente de suporte digital podendo, no entanto, ser também em suporte papel.

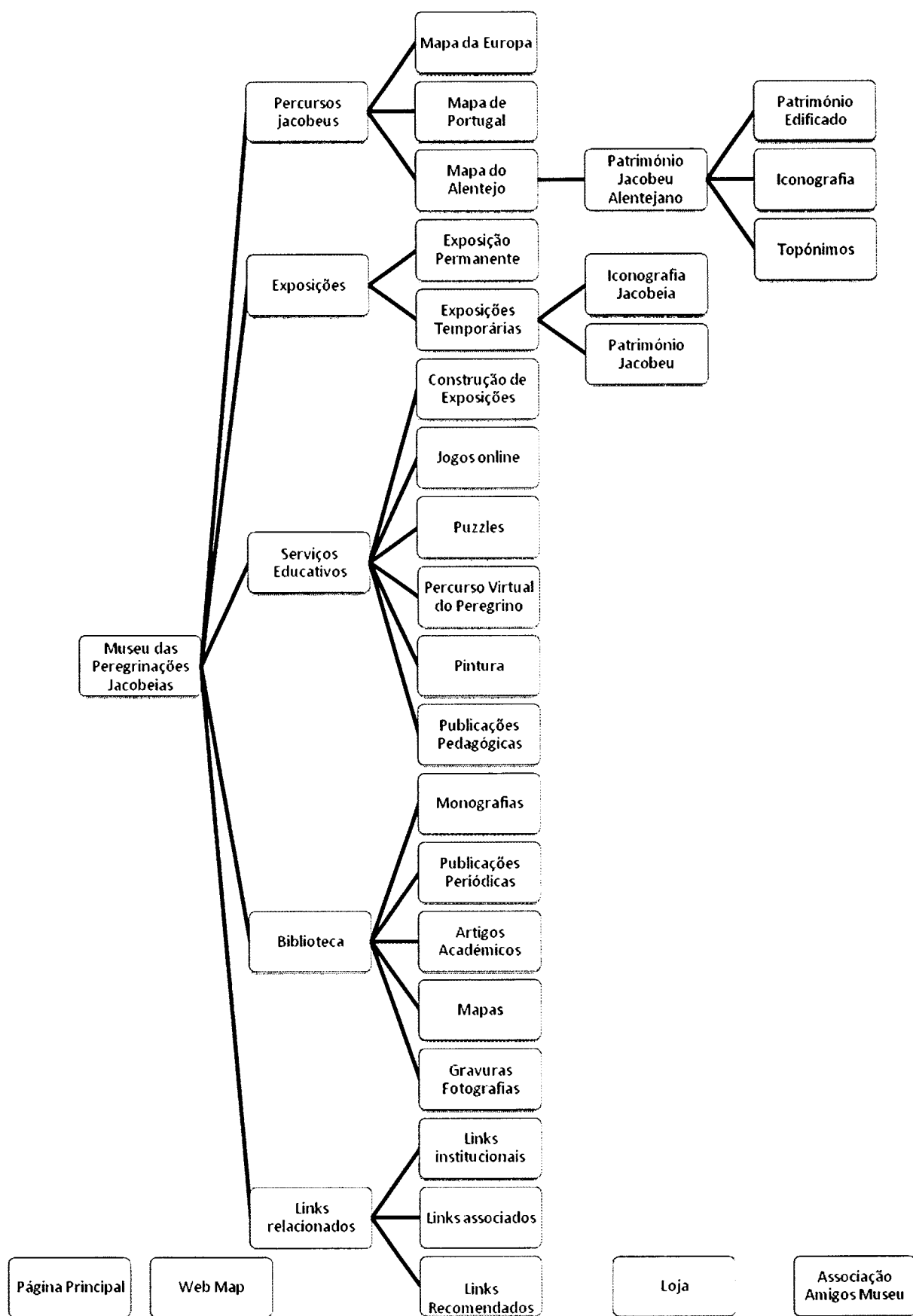
### 2.3.3. A espacialidade

O Museu Virtual permite inúmeras possibilidades de acesso a manifestações e criações culturais, criando experiências únicas do âmbito digital que justificam sua concepção, ao mesmo tempo que complementam de forma relevante as possibilidades de formação com a utilização de tecnologias informáticas aplicadas no âmbito da educação.

Por permitir uma série de possibilidades que um museu clássico não permite e por ser um instrumento de custos financeiros mais reduzidos optou-se por construir um Museu Virtual.

O site do Museu virtual deverá incluir um contador de visitantes assim como um inquérito. Este inquérito terá como finalidade a realização de estudos de públicos do MPJ assim como a recolha de informações relativas ao património jacobeu fornecidas pelos visitantes.

Apresento de seguida um esquema do website do Museu Virtual Jacobeu:



#### 2.3.4. Os públicos

##### DEFINIÇÃO DE PÚBLICOS ALVO

O objectivo do Museu é ser um espaço aberto à comunidade, aliar a aprendizagem à diversão, conhecimentos científicos à criatividade, visualização à emoção.

Para isso, estruturaram-se objectivos de acordo com os públicos-alvo definidos:

**Público escolar:** estimular as capacidades intelectuais de cada aluno, nomeadamente a criatividade, a concentração, o sentido crítico e a capacidade de argumentação aplicáveis, de forma transversal, a todas as disciplinas.

**Público Especializado:** contribuir para troca de experiências e incentivar o estudo dos percursos Jacobeus em Portugal.

**Público em Geral:** dar a conhecer e divulgar de uma forma estimulante a realidade das Peregrinações Jacobeias.

##### POLÍTICA DE EDUCAÇÃO

Porque a preservação patrimonial e a comunicação e divulgação constituem as funções polarizadoras da vida de um Museu, divulgar memórias, objectos e sítios deverá ser o

acto mais frequente da equipa do Museu, nomeadamente através de um Serviço Educativo.

O Serviço educativo deverá diversificar as suas acções e solidificar a sua presença junto do seu público-alvo.

A realização de visitas, programação de exposições temporárias, concepção e produção de novos materiais de uso didáctico e pedagógico e edições deverão servir e garantir melhores índices de satisfação, fidelização de públicos e melhoria de qualidade dos serviços.

Neste sentido, o Serviço Educativo, em obrigatória articulação com as demais áreas funcionais do Museu, deve ter em atenção os seguintes objectivos gerais:

- Divulgar o património jacobeu;
- Fomentar o interesse pelo património jacobeu, a sua compreensão e valorização;
- Contribuir para o desenvolvimento social, cultural e cognitivo do visitante;
- Criar experiências culturais e sociais significativas para o público a fim de fomentar o prazer de usufruir do património numa perspectiva não formal;

Desta forma o MPJ deve efectuar:

- Visitas acompanhadas e jogos de descoberta do património edificado e imaterial em vários pontos do distrito;

- Actividades específicas de exploração de exposições temporárias;
- Ateliês lúdico-pedagógicos virtuais e presenciais de diversos formatos e para vários públicos;
- Actividades comemorativas de diversos dias de valores culturais ou memórias locais, nacionais e internacionais e do património cultural e natural;
- Produção de objectos e documentos para venda na loja virtual;
- Projectos de parceria com instituições culturais como universidades, e museus,
- ...

Através de um plano de actividades, aprovado pela tutela, contemplando exposições e uma política editorial adequadas à sua vocação e tipologia, e o funcionamento do Serviço Educativo, o MPJ estará apto a garantir o cumprimento destas funções, alargando a acessibilidade ao património e às manifestações culturais, incentivando a participação comunitária e a diversificação de públicos.



### 2.3.5. A gestão

## **RECURSOS HUMANOS E FINANCEIROS**

Tutelado por uma Fundação o MPJ surge como uma unidade integrada na estrutura orgânica desta instituição estando desta forma abrangido pelos estatutos e das decisões da mesma.

Os instrumentos de Gestão do Museu, entre os quais se incluem – plano anual de actividades, orçamentos, relatórios de actividades, orçamento, avaliação interna e informações estatística sobre visitantes e utilizadores de museu – serão anualmente preparados pelo Responsável do Museu, com a participação da equipa do Museu.

O Prazo para a realização de cada um dos instrumentos de gestão é o que for superiormente definido pelo Conselho da Administração da Fundação que o tutela.

### **Recursos Humanos**

O museu deve dispor de profissionais qualificados, em número suficiente e com formação diversificada, de acordo com a sua vocação e tipologia, para assegurar as funções inerentes ao seu funcionamento. O recurso a parceria com entidades afins, programas de estágio de instituições acreditadas, contratualização de serviços a profissionais da área por um tempo adequado, deve ser equacionado sempre que considerado fundamental para se atingirem determinados objectivos.

Estabelecer parcerias com entidades museológicas nacionais ou internacionais e outras instituições de investigação e ensino superior que complementem, enriqueçam ou colaborem no desenvolvimento da sua função.

Qualquer funcionário do MPJ deve abster-se de toda a acção ou actividade que possa ser interpretada como geradora de conflitos de interesses. Nenhum profissional do MPJ deve participar directa ou indirectamente na transacção comercial de bens culturais.

Os profissionais do MPJ devem conduzir as suas relações com colegas, e com público em geral, com cortesia e lealdade e prestar serviços profissionais eficientes e de grande qualidade.

Para responder às diferentes necessidades que o trabalho do Museu implica, seja virtual ou físico (no sentido tradicional) é necessário dispor de uma equipa pluridisciplinar, polivalente e flexível em consonância com as específicas e possibilidades reais.

Profissionais com responsabilidades científicas que suportem e coordenem as funções próprias da instituição Museológica: investigação, documentação, inventariação, catalogação, exposição, difusão e comunicação, ...

A equipa MPJ como já referi deverá ser pluridisciplinar e polivalente e, nesse sentido, deverá ser constituída por:

- 1 Técnico superior de informática;
- 1 Investigador;

- 1 Técnico para área de inventário;
- 1 Técnico superior com formação na área disciplinar do Museu e com formação em Museologia;
- 1 Técnico de Comunicação ou Relações Públicas;
- 1 Técnico na Área dos Serviços Educativos;

O Quadro de Pessoal apresentado é considerado o quadro ideal, no entanto, ele deverá ser preenchido na medida das possibilidades da tutela. Alguns destes técnicos poderão ser contratados por determinados períodos de tempo dependendo das necessidades do MPJ.

O MPJ será uma instituição aberta ao voluntariado e ao estágio com vista a formar pessoas nas especificidades profissionais da actividade museográfica e museológica do Museu.

### **Patrocinadores e Mecenass:**

A Natureza do MPJ é compatível com a existência de Patrocinadores e Mecenass que apoiem economicamente a produção e difusão das suas actividades. Assim, poderá usufruir de aplicações da lei do Mecenato (de acordo com as directrizes da tutela).

### **POLÍTICA DE INCENTIVO À CRIAÇÃO DE ASSOCIAÇÕES**

O MPJ deve incentivar a criação de associações consideradas convenientes, que tenham como objectivo contribuir para a divulgação do património jacobeu e que se enquadre numa via de fidelização e alargamento de públicos do Museu. Devem ser reconhecidos institucionalmente todos quantos, por meio individual ou colectivo, colaborem com o Museu a fim de divulgarem o MPJ, dedicando a esta função um esforço permanente e voluntário.

**Amigos do Museu** – O MPJ deverá estar aberto, propiciar e impulsionar a existência de Associações de Amigos do Museu.

### 3. Criação de um Centro de Interpretação

Nos denominados Centros de Interpretação<sup>69</sup>, a noção de interpretação pode ser entendida, segundo a *Society for Interpreting Britain's Heritage* (1998) como um processo de explicitação ao visitante do significado do sítio ou objecto, aumentando as vantagens da visita e facilitando a compreensão da herança cultural e ambiental, ao mesmo tempo que possibilita uma atitude receptiva relativamente à sua conservação. Por sua vez, pode ainda afirmar-se como uma actividade educacional, tendo por base a revelação de significados e relações através da utilização de objectos originais, quer por contacto directo, quer por “sugestões” (Tilden 1997).

A interpretação do património é a arte de traduzir – interpretar – a linguagem técnica e por vezes complexa do nosso legado histórico, cultural e natural, para uma forma não técnica, quase coloquial e compreensível para não entendidos ou, por vezes, pessoas desinteressados pelos fenómenos do património que visitam. Este tipo de comunicação, muito atractiva, destinada ao público em geral que se encontra de forma voluntária, prevista ou casual, em sítios que possuem um valor patrimonial. Esta comunicação integra-se na presença do objecto real (paisagem, animal, objecto, edifício ou sítio) e sua finalidade é a revelação do significado do lugar que é visitado (MORALES MIRANDA 1997). Pode entender-se, também, como o esforço planeado para facilitar

---

<sup>69</sup> Segundo Jorge Morales Miranda (1994) o binómio “centro de interpretação” não diz nada ao público, por este motivo é preferível denominá-los de centros de visitantes ou centros de recepção, de informação, ... Deixando a palavra interpretação para o seu uso “*portas adentro*” pelos técnicos de campo ou nos despachos. Por exemplo, os países anglo-saxões também sofreram a “febre pelo centro de interpretação”, e agora, depois da avaliação da sua efectividade e revisão do seu significado, regressam ao simples, ao funcional. O equipamento pode denominar-se simplesmente centro de visitantes em vez de centro de interpretação.

aos visitantes a compreensão da história e o significado de acontecimentos, pessoas e objectos, a que o local ou a temática está associada (ANDERSON e LOW 1985).

Como estratégia de comunicação, a interpretação do património define-se pelos seus destinatários: o público em geral, ou seja, visitantes, turistas, adultos, crianças, por exemplo. Para eles foi concebida esta disciplina que conta com mais de um século de acervo teórico e solidez desde a sua prática.

A interpretação é uma ferramenta de comunicação que combina tantos elementos artísticos criativos, imaginativos como técnicos (métodos, procedimentos) para transmitir uma mensagem relacionada com o que foi visitado<sup>70</sup>.

Todos estas noções assumem uma perspectiva educacional e didáctica ao facilitarem ao visitante uma melhor compreensão do significado de estruturas e objectos, optimizando-a e proporcionando uma visita autónoma e qualitativamente mais enriquecedora. Desse ponto de vista, os projectos devendo sugerir ou mesmo reintegrar a imagem original (ainda que parcial), lançando mão de tecnologias, materiais e linguagens próprias das estruturas capazes de promoverem a sua sobrevivência física e conduzirem à evocação das suas imagens e do seu significado (MATOS 2008).

Este esforço da interpretação e leitura dos sítios tem levado à investigação de novas formas, métodos e técnicas de apresentação que se traduzem num esforço de novas abordagens: quer em maquetas, quer em desenhos evocando graficamente o que se perdeu, quer mesma a utilização da realidade virtual e da representação em 3D, a utilização dos postos multimédia e de audiovisuais, o recurso a painéis e placas

---

<sup>70</sup> Quem melhor realiza isto é o monitor, o principal factor do elemento interpretativo. As outras opções, como áudio-guias, audiovisual, ... Nunca poderão suplantar o guia, a sua capacidade de adaptação ao público e a possibilidade de obter uma resposta directa e eficaz.

interpretativas, de interpretação-guia de itinerários e do recurso à reevocação dos velhos percursos seguidos pelos habitantes, na tentativa da descoberta pelo próprio visitante da organização espacial dos sítios, dos percursos.

Assim, nos Centros Interpretativos, a interpretação estará acessível através das exposições e suportes tecnológicos. Desta forma, como refere Morales Miranda, a interpretação é breve, inspiradora, participativa, clara, actualizada. Se estiver concebida para o público em geral os audiovisuais têm menos de 15 minutos de duração e as exposições – compreendem-se em menos de um minuto cada – não necessitam de guia (se precisarem é porque são más). Um centro de visitantes bem concebido é uma boa ocasião para dar as boas vindas e estimular o público para sair e continuar fora a interpretação que iniciou no centro (1997).

Os centros interpretativos devem ser acessíveis e facilmente localizados, onde o visitante pode informar-se de todas as ofertas que dispõe no âmbito patrimonial e cultural, alojamentos entre outros. Interpretação e informação; leitura dos significados dos sítios, dos seus múltiplos contextos e perspectivas e de quem os construiu; e o discurso imaginativo da divulgação, através de novos métodos de comunicar e de estimular a compreensão e o interesse do público são o sinal de que algo está diferente na forma de perceber a realidade. Assim, o Centro Interpretativo Jacobeu do Alentejo visa criar condições de acolhimento e visita adequadas, fornecer informações da história jacobea e da sua evolução e disponibilizar uma visão geral da realidade das peregrinações jacobeias.

O Centro Interpretativo jacobeu estará localizado num ponto estratégico com objectivo de divulgar o património jacobeu.

A médio prazo, o novo centro poderá ainda servir para apoiar e albergar os peregrinos que passam pelo Alentejo interior, no seu percurso até à cidade espanhola de Santiago de Compostela. Todos os peregrinos que por aqui passarem poderão solicitar a aposição da compostelana, um carimbo que atesta a sua passagem no passaporte de peregrinos.

Este centro, um projecto inovador que, tirando partido das novas tecnologias, relançaria um conjunto patrimonial e a vivência que podemos ter dele. Serviços educativos que "transportarão" os visitantes para outros temas da época medieval, um restaurante, uma loja e albergue completam o Centro de Interpretação, cujo espaço envolvente poderá igualmente ser fruído pelo visitante.

O Centro de Interpretação Jacobeu estará localizado na povoação de Viana do Alentejo nas Ruínas no Convento de Jesus, pois nesta localidade cruzam-se várias rotas de peregrinação. E este Centro pode ser um bom exemplo de como o uso equilibrado e inteligente do património cultural pode contribuir, de maneira decisiva, para o desenvolvimento de uma região. Algo a ter conta quando se sabe que o Caminho de Santiago constituiu o primeiro Itinerário Cultural Europeu e é percorrido anualmente por mais de 200 000 peregrinos, vindos de todos os continentes, o que não deixa de representar também um desafio enorme.



#### 4. Conclusão

Os Museus testemunham o espírito cultural da época e as suas forças predominantes. Assim, ao longo da História, foram surgindo museus com características físicas e conteúdos diferentes.

Com a introdução dos novos meios electrónicos, tornou-se necessário reflectir essencialmente sobre o conceito e as funções dos Museus. Pretende-se, agora, que o museu assuma um papel cada vez mais pedagógico e ao mesmo tempo mais lúdico, captando um número de visitantes muito maior. Fala-se mesmo do museu virtual.

A este último Ao museu virtual apontam-se potencialidades, como a anulação das condicionantes de tempo e espaço no acesso ao museu, o alargamento do campo da comunicação, o aumento de uma linguagem computacional nova na criação de artefactos virtuais e a possibilidade de aparecimento de produtos resultantes da interacção entre o design e a tecnologia.

O museu virtual situa-se num plano muito favorável, face ao conjunto de acontecimentos sociais, económicos e tecnológicos. A informação museológica surge, neste ambiente, sobredotada da mais valia que a própria tecnologia confere, a intersecção das telecomunicações e informática. Estas tecnologias permitem a disponibilidade permanente e a possibilidade de uma actualização constante da informação. Ao apropriar-se delas o museu virtual traz, assim, vantagens claras para o espaço da museologia.

As novas tecnologias estão a contribuir fortemente para uma visão inovadora do conceito do museu. Como refere Muchacho (2006) o museu virtual é essencialmente um museu sem fronteiras, capaz de criar um diálogo virtual com o visitante, dando-lhe uma visão dinâmica, multidisciplinar e um contacto interactivo com a colecção e com o espaço expositivo (virtual ou real). Ao tentar representar cria-se uma nova realidade, paralela e coexistente com a primeira, que deve ser vista como uma nova visão, ou

conjunto de novas visões.

A nova sociedade de informação requer mais informação visual bem como uma melhor formação estruturada à medida que permita em simultâneo a compreensão do legado cultural através da contextualização da informação. Os Museus virtuais tornam-se, desta forma, uma alternativa eficaz de formação e divulgação à distância.

É neste contexto que surge o nosso projecto de divulgação do Património Jacobeu através da Criação de um Museu Virtual (Museu das Peregrinações Jacobeias) e de um Centro de Interpretação.

Em Portugal, tal como noutros países, as peregrinações jacobeias marcaram a identidade do seu povo. No entanto, ao contrário do que se passa com os nossos vizinhos espanhóis, os portugueses ainda têm um longo percurso a percorrer para recuperar, divulgar e reabilitar este património.

Em Espanha, por exemplo, o *Caminho de Santiago* constitui um Bem de Interesse Cultural<sup>71</sup> (desde 1993). Apesar da protecção de um bem com as características do

---

<sup>71</sup> Segundo notícia de 14 de Dezembro de 2009 também os Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela podem ser património da humanidade. A "*Carta de Grijó*" apela à classificação daquelas rotas como bem de interesse cultural e natural. O "*Fórum Sinalização*", que reflecte sobre os princípios a adoptar nas indicações das rotas pedestres para Santiago de Compostela e Fátima, pediu ao Estado que inicie o processo de candidatura a património da humanidade dos caminhos portugueses que conduzem àquela cidade espanhola, para que em 2021 o itinerário seja integrado na lista da UNESCO. O texto assinado no Mosteiro de Grijó lembra igualmente que entre as rotas que se dirigem ao sepulcro de São Tiago Maior, as portuguesas são as segundas mais frequentadas. Além de serem percursos religiosos, os caminhos permitem "*o contacto com o património cultural, artístico, arquitectónico e da natureza, promovendo o desenvolvimento sustentável e contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico das regiões que atravessam*", refere a declaração. A "*Carta de Grijó*" sugere a constituição de um "*Conselho Jacobeu*", organismo interministerial de gestão e coordenação das rotas de peregrinação em Portugal. Esta entidade deveria também integrar as autarquias e outras instituições públicas regionais,

Caminho de Santiago, assim como a aplicação das categorias de protecção dos bens culturais, poderá acarretar problemas derivados da ordenação urbanística do caminho<sup>72</sup>. Contudo, este é um bem considerado como caminho público e por sua vez um bem integrado no património histórico.

Da nossa pesquisa concluímos que em Portugal, os estudos, a divulgação e a protecção do Caminho têm incidido frequentemente na zona litoral a partir do rio Tejo (percurso Lisboa – Braga – Viana Castelo), ficando desta forma muitos outros itinerários por estudar e divulgar. Entre esses encontram-se os percursos que se localizam no Alentejo, sendo que mesmo nesta zona geográfica já podemos constatar diferenças no investimento entre o litoral e o interior como exemplo podemos indicar o contraste existente entre o investimento feito no caso de Santiago do Cacém, no litoral e falta de investimento em Évora.

No Baixo Alentejo há cerca de quinze anos que a peregrinação à Galiza voltou a ter a atenção das autoridades. Efectivamente, tinha-se quase perdido a noção da sua existência, mas nos inícios da década de 1990 começou a verificar-se um lento retorno de visitantes, sobretudo franceses, espanhóis e alemães, em trânsito para a Galiza. Esta realidade alargou-se também aos portugueses. Actualmente passam por Santiago do Cacém mais de uma centena de peregrinos todos os anos. Na sua maioria percorrem o Caminho a pé, mas há também quem opte por fazê-lo de bicicleta ou a cavalo. Todos

---

bem como as entidades relacionadas com aqueles itinerários. Os participantes do Fórum pretendem igualmente que o Governo crie um departamento que se responsabilize pela regulamentação da sinalização dos itinerários de peregrinação em Portugal. Consulta online: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=76695>

<sup>72</sup> A protecção e a promoção Caminho é competência das várias entidades territoriais. O problema da coordenação e cooperação entre as várias entidades, assim como selecção de mecanismos adequados para levar a cabo uma protecção uniforme do Caminho de Santiago tem sido ultrapassado.

passam pela igreja matriz de Santiago do Cacém, onde vêm solicitar a aposição da *compostelana*, um carimbo que atesta a sua passagem no passaporte de peregrinos<sup>73</sup>.

Em Santiago do Cacém estão a ser dados passos importantes neste sentido, através de uma parceria que une o Departamento do Património da Diocese de Beja, a Câmara Municipal de Santiago e a Junta da Galiza, o governo autonómico galego, também ele muito interessado na valorização da herança cultural e espiritual associada ao Caminho. As cidades de Santiago de Compostela e de Santiago do Cacém estão já unidas por um acordo de geminação, estando previsto a criação de um Centro de Estudos Jacobeus, para a promoção do legado histórico relativo ao apóstolo S. Tiago, à Ordem militar do mesmo nome e às peregrinações<sup>74</sup>.

O interesse pelo Caminho de Santiago manifesta-se também nas publicações. Assinalemos que acabou de sair “*A Grande Obra dos Caminhos de Santiago*” em três volumes, cada um deles dedicado a uma zona geográfica de Portugal: norte, centro e sul. Uma edição de luxo sobre os Caminhos de Santiago. A obra, editada em castelhano e em português e dirigida por Francisco Rodríguez Iglesias, descreve, para além de outros factos, a viagem da Rainha Santa Isabel, que peregrinou até à capital galega em

---

<sup>73</sup> Como acentua José António Falcão, Director do Departamento do Património Histórico e Artístico da Diocese de Beja é importante estarmos atentos à crescente revitalização dos Caminhos de Peregrinação, frisando a necessidade de acolher os peregrinos, criando albergues e implantando no terreno estruturas de sinalização dos velhos caminhos.

<sup>74</sup> Entretanto, a cooperação entre instituições alentejanas e galegas é já uma realidade, traduzida na organização de um dos principais eventos culturais que constaram da programação oficial da Presidência Portuguesa da União Europeia, a exposição “*No Caminho sob as Estrelas Santiago e a Peregrinação a Compostela*” inaugurada no dia 11 de Julho de 2007 pelo presidente da República, Aníbal Cavaco Silva. O protocolo envolve a “*convergência de objectivos em torno da divulgação e valorização patrimonial do Caminho de Santiago à escala internacional*”. A médio prazo, um centro em Santiago do Cacém poderá ainda servir para apoiar e albergar os peregrinos que passam pelo município alentejano, no seu percurso até à cidade espanhola de Santiago de Compostela. Um exemplo que deveria ser seguido pelas autoridades competentes noutras zonas geográficas de Portugal.

1325, ano da morte do marido, el-rei D. Diniz. A obra inclui textos dos investigadores portugueses Carlos Alberto Brochado de Almeida, João Gomes de Abreu de Lima e Lourenço António Gorjão de Almeida e Silva, concluindo-se que a peregrinação *"foi possivelmente animada com os resultados da Peregrinação que a Rainha Santa deixou no seu testamento uma considerável verbas para apoiar hospitais e albergarias do reino de Portugal"* <sup>75</sup>. O livro sublinha ainda que o caminho de Santiago conseguiu *"a valorização das regiões afins"*, sublinhando que se trata de um fenómeno de longa duração, que, não obstante a diversa amplitude das inevitáveis oscilações, constitui um poderoso elo de ligação entre Portugal e Santiago de Compostela.

No entanto, e apesar das iniciativas que acabamos de assinalar, a partir do trabalho que efectuámos fomos levadas a concluir do esquecimento a que continuam votados alguns destes itinerários, particularmente no distrito de Évora. Os testemunhos da importância patrimonial deste itinerário ficaram demonstrados, a vários níveis, na Primeira Parte da Dissertação. Desta forma, procurámos apresentar propostas para a sua valorização, bem como consciencialização das populações para o seu valor e potencial para explorar e trabalhar na área da Museologia, a que dedicámos a segunda parte da Dissertação

As potencialidades do património Jacobeu aliado às vantagens da criação de um Museu Virtual e de um Centro de Interpretação irão permitir a gestão e divulgação integrada destes bens culturais que se encontram votados ao abandono no distrito de Évora. Se por um lado o Centro de Interpretação poderá potenciar o apoio aos visitantes e/ou peregrinos, assim como informar de forma clara qual a importância deste património e das peregrinações a Santiago de Compostela nesta região; por outro, o Museu Virtual (Museu das Peregrinações Jacobeias) com as suas vantagens poderá incentivar a vinda

---

<sup>75</sup> As viagens régias ao túmulo do apóstolo na Galiza incluem a de D. Manuel I que ali foi em 1502, com 33 anos de idade e sete de reinado. A obra passa em revista as *"antigas manifestações devocionais, tanto anteriores como subsequentes à autonomia política de Portugal, e não olvida os caminhos portugueses de peregrinação a Santiago"*. Evoca *"a estrutura viária, com toda a riqueza dos seus aspectos arqueológicos, artísticos, económicos e culturais"*, e o *"impacto religioso e social do culto e das peregrinações, no norte de Portugal"*, ao longo dos séculos.

de visitantes a esta zona geográfica e divulgar de uma forma rápida, eficaz e económica todo o património Jacobeu.

Depois dos argumentos expostos ao longo deste trabalho podemos concluir que a utilização de tecnologias de informação e comunicação na área da museologia é essencial para rentabilizar e captar novos segmentos de público. A sociedade actual tem vindo a encarar de outra forma a integração e utilização das novas tecnologias no contexto de património. Os públicos mudaram, assim como as suas necessidades e expectativas e há que acompanhá-las. Devemos ser receptivos à mudança, flexíveis, atentos às necessidades dos visitantes e alinhados com o contexto social, económico e político. Urge adequar a divulgação do património à sociedade actual, que procura experiências de visita que correspondam às suas expectativas. Assim, devem acompanhar-se as evoluções tecnológicas para criar novos processos de gestão, de comunicação e de valorização.

## 5. Bibliografia

### 5.1. Fontes

Arch. Mun. Ebor., Coll. Rivara, Torre do Tombo, *Livro 1º de D. Affonso III*, fol.133v.

Arquivo da Sé, C E C 4-XVII, fl.9 n/r.

Arquivo Distrital Évora, *Fundo Arquivo da Câmara*, L. 134, fl CCXXVIIj (verso).

Arquivo Distrital Évora, *Fundo Arquivo da Câmara*, L. 70, fl. 127v.

Arquivo Distrital Évora, *Arquivo Paroquial*, Évora, S. Mamede, L. 1 fl.21v.

Arquivo Distrital de Braga, *Cartas do Cabido*, livro 1, n.º 37:

Arquivo Municipal de Viana do Castelo, *Pergaminhos*, pasta 2, nº 12.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Bulas*, Maço 16, nº8.

Arquivo Nacional Torres do Tombo, *Chancelaria de D: Afonso V*, livro 15, fl, 45v.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, *Chancelaria de D. Afonso V*, livro 9, fl. 95.

*Extractos dos documentos das antigas albergarias e hospitais de Évora, dos sec. XIV, XV, XVI.* Existentes no arquivo da Santa Casa da Misericórdia. B. P. E., Pergaminhos Avulsos, Pasta de 70 pergaminhos, perg. 65.

*Lo qve se gana cada dia por la bula es* B. P. Évora. Cota: N. Res. 426

*Livro da Fazenda do hospital D'Évora novamente feito e ordenado por Balthesar de Faria Severim, Chnatre e Conégo na Sé d'Évora no ano de 1602, fls. II-IV, do Arquivo da Santa Casa da Misericórdia de Évora, nº 6.*

*Privilegio do Hospital de Jerusalem, onde se mantinham romeiros pobres, se criavam órfãos e engeitados, e se faziam outras obras de piedade. Arch. Mun. Ebor. Cópia no liv. De J. L. de Mira, fol. 42v.*

*Regimento dos Hospitais e Albergarias de Évora por D. Afonso V. Torre do Tombo, livro IV, fl. 160-161*

*Regra: ftatutos: ediftinções: da ordem de Santiago. B.P. Évora Res 45;*

## **5.2. Estudos**

AAVV (2005) *Criterios para la elaboración del Plan Museológico*. Madrid. Ministerio de. Cultura/Sudirección General de Museos Estatales.

ABAKANOWICK, Magdalena (1994) *Itínere: camiño e camiñantes*. Santiago de Compostela: Conselleria de Cultura.

ABREU, Alberto A. (1993) – *Caminhos de Santiago no Entre Douro e Minho*. Viana do Castelo: Rotary Club de Viana do Castelo.

ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES (2000) *Inventário artístico de Portugal* [Documento electrónico]. Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes. - 1 CD-ROM.

ALARCÃO, Jorge de (1983) *Portugal Romano*. Lisboa: Ed. Verbo. 3ª Edição.

IDEM (1988) *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América.

ALMADA, Conde de (2000) *A Caminho de Santiago: Roteiro do peregrino*. Porto: Lello editores.



ALMEIDA, Carlos Alberto Ferreira de (1968) *Vias medievais de Entre Douro e Minho*. Dissertação de Licenciatura em História (policopiada). Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

IDEM (1973) *Os caminhos e a assistência no norte de Portugal* in *A Pobreza e A Assistência aos Pobres na Península Ibérica durante a Idade Média*. Lisboa: Actas das 1ª jornadas Luso-Espanholas de História Medieval.

IDEM (1995) *Caminhos medievais no Norte de Portugal*, in *Caminhos portugueses de peregrinação a Santiago. Itinerários portugueses*. Xunta de Galicia-Centro de Artes Tradicionais. Comunidade de Trabalho Galicia-Norte de Portugal, Santiago-Porto.

ALMEIDA, Fortunato de (2003) *História de Portugal desde os tempos pré-históricos a 1580*. 1ºvol. Lisboa: Bertrand Editora.

IDEM (2003<sup>1</sup>) *História de Portugal Instituições Políticas e Sociais de 1385-1580 1580-1816*. 2ºvol. Lisboa: Bertrand Editora.

ALVAREZ, Tomás (2000) *Camino de Santiago para paganos y escépticos*. Madrid: Ediciones Endymion.

IDEM (2002) *La Vía de la Plata, pueblo a pueblo*. León: Ediciones del Lobo Sapiens.

ANDRADE, A. (2001) *A Construção Medieval do Território*. Lisboa: Livros Horizonte.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo (2003) *O hospital do Espírito Santo de Portel na Época Moderna* in *Cadernos noroeste*. Serie História 3, 20 (1-2) pp. 341-409.

ARDITO, Fabrizio (2005) *Peregrinos. 30 giorni a piedi lungo il Camino de Santiago*. Milano: Touring Editore s. r. l.

BARCIELA GARRIDO, Pilar (2004) “*Arqueoloxía e Etnografía nos museos galegos. Identidade pasada e presente: nós, os outros, todos*” in *Museos do Eixo Atlântico*. Eixo Atlântico.

- BATTRO, António (1999) *Museos imaginarios y museos virtuales*. FADAM, [Consult. 1 Março 2007]. Disponível na WWW:<http://www.byd.com.ar/bfadam99.htm>
- BEIRANTE, Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha (1995) *Évora na Idade Média*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- BELLIDO GANT, Maria Luísa (2001) *Artes, museos y nuevas tecnologías*. Gijón: Trea.
- BERMEJO LÓPEZ, M Belén (2001) *El Camino de Santiago como bien de interés cultural análisis en torno al estatuto jurídico de un itinerario cultural*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.
- BILOU, Francisco (2005) *O Sistema Viário Antigo da Região de Évora*. Évora: Edições Colibri.
- BRAGA, Isabel M. R. Mendes Drumond (2002) *Cooperação e Conflito Portugal, Castela e Aragão século XV-VII*. Lisboa: Universitária Editora.
- BRONSEVAL, Frère Claude de (1970) *Peregrinatio Hispanica. Introduction, traduction et notes par Dom Maur Cocheri*. Paris: Fondation Calouste GlubenKian.
- BROWN, Peter (1981) *The cult of the saints*. Chicago: University of Chicago Press.
- CABRAL, Luiz d'Almeida (1991) *História da notável vila de Moura*. Moura: Câmara Municipal de Moura.
- CAMACHO, Claro Frayão (2001) *A programação museológica na Rede Portuguesa de Museus*. Seminário Internacional sobre a Programação Museológica. Setúbal.
- CARRACEDO FRAGA, José (2005) *Breviarium Apostolorum (BHL 652): una edición*. Compostellanum: revista de Santiago de Compostela. Vol. 50, nº1-4.
- CARVALHO, Afonso de (2004) *Da Toponímia de Évora: Dos meados do século XII a finais do século XIV*. Vol. I. Lisboa: Edições Colibri.

CARVALHO, Augusto da Silva (1949) *Crónica do Hospital de Todos-Os-Santos*. Lisboa: Lucas & C<sup>a</sup>.

CARVALHO, José Adriano de Freitas (2001) *Os recebimentos de relíquias de S. Roque (Lisboa 1588) e em Santa Cruz (Coimbra 1595)*. Relíquias e Espiritualidade. E alguma ideologia. In Via spiritus 8. Consulta online: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3494.pdf>

CASTRILLO MAZERES, Francisco (1992) *La huella guerrera en el Camino: el apóstol Santiago y las ordens de caballeros in El Camino de Santiago, la hospitalidade monástica y las peregrinaciones*. Junta de Castilla y León.

CINTRA, Luís Filipe Lindley [Introdução, notas e glossário] (1964) *Crónica Geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Ed. Verbo.

COFAN FEIJOO, M. Fátima (2003) *Integración y difusión del museo a travé de la red internet. Proposta interactiva del Museo Pedagógico de Arte Infantil*. Universidad Complutense de Madrid: Departamento Didactica de La Expresion Plastica.

CONSELLERIA DE CULTURA (2003) *Centros de interpretacion do patrimonio arqueoloxico en Galicia*. Xunta de Galicia.

COSTA, António Carvalho (1708) *Corografia portugueza, e descripçam topografica do famoso reyno de Portugal*. Tomo II. Lisboa: Officina de Valentim Da Costa Deslandes.

COSTA, Avelino de Jesus (1965) (edição crítica) *Liber Fidei Sanctae Bracarensis Ecclesiae*. Braga. Tomo I.

CORREIA, João Rosado (1992) “Monsaraz nos Caminhos de Santiago” in *Iº Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*. Lisboa: Edições Távola Redonda.

CRUZ, António (1973) *Tempo e Caminhos: Estudos de História*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.

CHRISTOVAL DE MESA (1611) *Poema Eroyco De La Venida Del Apostol Santiago a España dedicado Al Rey Don Felipe III. En Madrid por Alonso Martin*. Cota: N. Res. Manizola, 814, Ar. 15. (livro de bolso com 93 páginas) Rimas B.P. Évora

CRUZ, António (1970) *No V centenário de D. Manuel I*. Porto: Revista da Faculdade de Letras. Série História». vol. I.

CRUZ, Manuel Braga (1992) *O Estado Novo e a Igreja Católica* in Joel Serrão e Oliveira Marques, *Nova História de Portugal*. Vol. XI (Coord. Fernando Rosas, Portugal e o Estado Novo). Lisboa: Editorial Presença.

CRUXEN, Edison Bisso (2009) “História, Arqueologia, Arquitectura militar e fronteiras: uma pesquisa sobre Portugal Medieval – Séculos XIII e XIV” in *AEDOS* [(Revista electrónica do Corpo Discente do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)]. Vol. 2, Nº 2. Consulta online: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/aedos/issue/view/800/showToc>

DAVID, P. (1946) *Études sur le livre de Saint-Jacques attribué au Pape Calixte* in Bulletin des Études Portugaises nº 11. Lisboa.

DELOCHE, Bernard (2001) *Le musée virtuel: vers un éthique des nouvelles images*. Paris: Presses Universitaires de France (Questions actuelles).

DÍAZ Y DÍAZ, M. C.(1988) *El Códice Calixtino de la Catedral de Santiago. Estudio Codicológico y de contenido*. Santiago de Compostela.

DOSSO, Ricardo (1998) *Centros de interpretación para áreas naturales con potencialidad turística*. Universidad Nacional de Mar del Plata. Facultad de Ciencias Económicas y Sociales: Centro de Investigaciones Turísticas. Aportes y Transferencias - tiempo libre, turismo y recreación. Año 2, vol.2.

DOMINGUES, José Garcia (1997) *Portugal e o Al-Andalus*. Lisboa: Hugin.

DURBIN, P: T: (2003) *Tecnical Knowledge and public discourse*. Congreso La Ciencia Ante el Público. Cultura Humanista y desarrollo científico-tecnológico. Salamanca: Ed. Universidade de Salamanca.

D'ENCARNAÇÃO, José (1984) *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Univ. de Coimbra.

EADE, John; SALLNOW, Michael (1991) *Contesting the sacred. The Anthropology of Christian pilgrimage*. London/New York: Routledge.

ESPANCA, Túlio (1957) *Património artístico do Concelho de Évora*. Évora: Câmara Municipal de Évora.

ESPONA ANDREU, M. Pilar (2004) *El Museo Virtual. Concepto y Posibilidades. Experiencias del CybERMUSEO Interactivo: La Creación de una Colección*. Politécnica de Valencia: Departamento Pintura.

FABIÃO, Carlos (1993) “O passado Proto-Histórico e Romano” in José Mattoso (dir) *História de Portugal*. Vol. I. Lisboa: Ed. Estampa.

FALCÃO, José António (2007) Os Caminhos de Santiago no Baixo Alentejo in Diário do Alentejo. Consulta online: <http://da.campodosmedia.com/alentejoilustrado/index.php?link=noticia&id=702> acesso em 21/07/2008

FONSECA, Francisco (1728) *Évora Gloriosa*. Roma: Officina Komarekiana.

FONSECA, Teresa (2003) *António Henriques da Silveira e as "Memórias analíticas da vila de Estremoz"*. Lisboa: Edições Colibri.

FONTES, L. (2002) *Arqueologia Medieval Portuguesa in Arqueologia e História*. Lisboa: Revista da Associação dos Arqueólogos Portugueses. Vol. Nº. 54.

FREIRE, Adriano (1997) *Estratégia - Sucesso em Portugal*. Lisboa: Editorial Verbo.

GARCEZ VENTURA, Margarida (2003) *Notícia sobre a rota de Santiago no sul de Portugal: os contributos da toponímia em Portalegre a Elvas*. Iacobus: Revista de Estudios Jacobeos y Medievales. Nº 15-16, pags. 173-186.

GARCIA, Dolores Palma (coord.) (1993) *Bibliografía sobre el Camino de Santiago*. Consejo Jacobeu – Ministerio de Cultura.

GARCIA, José Manuel (1991) *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*. Lisboa: IN-CM.

GARCIA DE CORTÁZAR, José Ángel; AGUIRRE Ruiz de. (1992) “Viajeros, Peregrinos, Mercaderes en Europa Medieval” in *Viajeros, peregrinos, mercaderes en el occidente medieval: XVIII Semana de Estudios Medievales, Estella 22 a 26 de Julio de 1991*. Gobierno de Navarra: Departamento de Educación y Cultura.

GERALDO, J. A. Coelho Dias (1996) *D. Sancho I, Peregrino e Devoto de Santa Senhorinha de Basto*. Porto: Revista da Faculdade de Letras do Porto.

GUERRA ROMERO, J. (1998) “La estrategia de los castillos de la raya luso-hispana” in *I Simpósio sobre castillos de la Raya entre Portugal y España*. Madrid: Asociacion Española de Amigos de los Castillos.

GIL, Carlos; RODRIGUES, João (1997) *Por Caminhos de Santiago*. Lisboa: Guias D. Quixote.

GONÇALVES, Iria (1988) *Imagens do Mundo Medieval*. Lisboa: Livros Horizonte, Lda.

GUSMÃO, Armando (1958) *Subsídios para a História da Santa Casa da Misericórdia de Évora*. Parte Primeira (1499-1567). Évora: Tipografia Diana.

GRAÇA, Natália Maria Lopes Nunes da (2000) *Formas do sagrado e do profano na tradição popular*. Lisboa: edições Colibri.

HENRIQUES, Rosali (2004) *Memória, museologia e virtualidade: um estudo sobre o Museu da Pessoa*. Lisboa: Tese de mestrado defendida na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

HERNÁNDEZ HERNÁNDEZ, Francisca (1998) *Manual de Museologia*. Madrid: Editorial Síntesis.

HEVIA, S. (1988) *O Camiño de Santiago*. Santiago de Compostela: Concello de Santiago – Departamento de Cultura.

HOPTMAN, G. H. (1992) “The Virtual museum and related epistemological concerns.” in BARRETT, E. (ed.) *Multimédia, Hypermedia and Social Construction of Knowledge*. Cambridge, Mass: MIT-Press.

HUNT, E.D. (1982) *Holy land pilgrimage in the Later Roman Empire, A.D. 312-460*. Oxford: Oxford University Press.

JACKSON, R. (1997). *The virtual visit: towards a new concept for the electronic science centre. Here and now. Contemporary science and technology in museum and science centres*. Londres: Science Museum

JACKSON, R., BAZLEY, M.; PATTEN, D.; KING, M. (2002). *Using the Web to change the relation between a museum and its users. Museums and the Web 2002. Selected papers*. Pittsburgh: Archives and Museum Informatics.

JENKINS, Claude (1950) “Cristian pilgrimages, A.D. 500-800” in: NEWTON, A.P. *Travel an travelers of the MidleAge*. New York: Alfred A. Konopf. pp. 39-69.

Lei-quadro dos museus portugueses - Lei nº 47/2004, de 19 de Agosto.

LEINHARDT, G.; CROWLEY (2002) “Objects of learning, objects of talk: changing minds in museum” in PARIS, S. (ed) *Multiple perspectives on children's object-centered learning*. Mahwah: Lawerence Enlbaum Associates.

LÉVY, Pierre (1996) *O que é o virtual?* São Paulo: Editora 34.

IDEM (2000) *Cibercultura*. Lisboa: Instituto Piaget.

LIMA, José da Silva (2001) “Peregrinações” in *Dicionário de História Religiosa em Portugal*. Lisboa: Círculo de leitores.

LOURENÇO, José de Almada (2000) *A Caminho de Santiago: Roteiro do Peregrino*. Porto: Lello Editores.

LOPES FERREIRO, A. (1899) – Historia de Santa A. M. I. de Santiago. Vol. II ap. XXXVIII.

LOPEZ PEREIRA, Xosé Eduardo (1993) *Guía medieval do peregrino: Códice Calixtino*. Vigo: Ed. Xerais de Galicia.

LOZANO, Millan Bravo (trad.) (1990) *Guia del Peregrino Medieval (Codex Calistinus)*. Sahagún: Centro de Estudios del Camino de Santiago.

MAIA, Manuel Andrade (1987) *Romanização do território hoje português a sul do Tejo*. Lisboa: Faculdade de Letras. Dissertação de doutoramento. Policopiada

MAURÍLIO (1984) “A Religiosidade Popular do Alentejo: sobre o Mistério da Cruz” in *Igreja Eborensis*: Évora: Boletim de Cultura e Vida da Arquidiocese de Évora. Ano II nº 5-8.

MANTAS, Vasco Gil (1990) “As cidades marítimas da Lusitânia” in Jean-Gérard Gorges (org.) *Les villes de Lusitanie Romaine*. Paris: CNRS.

IDEM (1993) “A rede viária romana do território português” in João Medina (dir.), *História de Portugal - Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Ediclube.

IDEM (2004) “Vias e portos na Lusitânia romana” in Jean-Gérard Gorges, Enrique Cerrillo y T. Nogales Basarrate. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana (Cáceres-2002): Las comunicaciones*. Madrid: Min. Cultura.



MATOS, Olga (2008) *Valorização de sítios arqueológicos*. Associação Profissional de Arqueólogos: Archaeologica 3.

MARQUES, José (1992) “A Assistência aos Peregrinos no Norte de Portugal, na Idade Média” in *Iº Congresso Internacional dos Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela*. Lisboa: Edições Távola Redonda.

IDEM (1992) *O culto de S. Tiago no Norte de Portugal*. Separata da Revista Lusitania Sacra. 2ª Série, 4.

IDEM (2002) *A Pregação em Portugal na Idade Média. Alguns aspectos*. Via spiritus 9. Consulta online: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3484.pdf>

IDEM (2006) *Os Santos dos Caminhos Portugueses*. Porto: Universidade do Porto. (Faculdade de Letras).

MARTINS, Mário (1957) *Peregrinações e Livros de Milagres na Nossa Idade Média*. Lisboa: Edições Brotéria.

MARTINS, Rui (2009) *Caminhos Portugueses de Santiago de Compostela podem ser Património da Humanidade*. Consulta online: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=76695>

MATELLANES MERCÁN, José Vicente; RODRÍGUEZ-PACAVEA MATILLA, Enrique (1992) “Las Órdenes Militares en las etapas Castellanas del Camino de Santiago” in *El Camino de Santiago, la hospitalidade monástica y las peregrinaciones*. Junta de Castilla y León: Consejería de Educación y Cultura.

MONTEIRO, João Gouveia (1999) *Os Castelos Portugueses dos Finais da Idade Média: Presença Perfil, Conservação, Vigilância e Comando*. Lisboa: Edições Colibri/Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

IDEM (2002) “As Comunicações em Tempo de Guerra” in COELHO, M. H. da Cruz *As Comunicações na Idade Média*. Lisboa: Fundação Portuguesa das Comunicações.

MONTEIRO, J.; PONTES, M. (2002) *Castelos Portugueses. Património – Guias Temáticos*. Lisboa: Publicação do Instituto Português do Património Arquitetónico.

MOURA, José Diniz da Graça Motta e (1982) *Memória Histórica da notável Vila de Niza*. Lisboa: Imprensa.

MOURIÑO LÓPEZ, Eva (1997) *Vivir o camiño*. Vigo: Revivir a historia.

MORALES MIRANDA, Jorge (1994) *Centros de interpretación*. Carpeta Informativa del Cento Nacional de Educación Ambiental. Consulta online: <http://www.Interpretacionelpatrimonio.com/docs/docs/CentrosdeInterpretacion.pdf>

MORENO, Humberto Baquero (1986) *Vias Portuguesas de Peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média*. Revista da faculdade de Letras, 2ª série, vol.III. Porto.

IDEM (1992) “As Peregrinações a Santiago e as Relações Entre o Norte de Portugal e a Galiza” in *I Congresso dos Caminhos Portugueses a Santiago de Compostela*. Lisboa: Edições Távola Redonda.

MUCHACHO, Rute (2006) “O Museu Virtual: as novas tecnologias e a reinvenção do espaço museológico” in *Actas do III Sopcom, VI Lusocom e II Ibérico*. Volume I. Covilhã: Universidade da Beira Interior.

NOLAN, Mary Lee; NOLAN, Sidney (1989) *Christian pilgrimage in Modern Western Europe*. London: Chapel Hill/The University of North Carolina Press.

NORBERTO, Conceição (2008) “Santiago no Alto Minho” in *Rutas Cicloturisticas del Romanico Internacional*. XXVI. Pontevedra: Fundación Cultural Rutas del Románico.

NEVES, Paulo (2007) *Alentejo redescobre velhas estradas do Caminho de Santiago*. Consulta online: <http://www.jfreguesias.net/news.php?item.221>

NEVES, Kátia Regina Felipini (2002) *Programas Museológicos e Museologia Aplicada: o Centro de Memória do Samba de São Paulo como estudo de caso*. São Paulo.

OLIVEIRA, Miguel de (1968) *História Eclesiástica de Portugal*. Lisboa: União Gráfica.

PASTOR HOMS, M<sup>a</sup> Inmaculada (2004) *Pedagogia Museística Nuevas Perspectivas y Tendências actuales*. Editores Ariel: Barcelona.

PATRÍCIO, Manuel Ferreira (1998) “O religioso no pensamento de um poeta popular alentejano: João Rebocho Velez” in *Actas do Colóquio Internacional Piedade Popular: Sociabilidades, Representações, Espiritualidades*. Lisboa: Terramar.

PEREIRA, António (1659) *Compendio & declaração da Regra & Estatutos da Ordem Militar de Santiago*. Coimbra: Na officina de Manoel Dias. Cota: N. Res. 823

PEREIRA, Gabriel (1998) *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PERETTO, C. (1997) “Aspects and problems for a museology of prehistory: the example of the National Palaeolithic Museum of Isernia La Pineta” in *1º Colóquio de Gestão do Património Arqueológico: Perspectivas em Diálogo*. Tomar: Centro Europeu de Investigação da Pré-História do Alto Ribatejo.

PÉRICARD-MÉA, Denise; MOLLARET, Louis (2006) *Dictionnaire de Saint Jacques et Compostelle*. Paris: Éditions Jean-Paul Gisserot.

PIACENTE, Maria (1996) *Surfs Up: Museums and the world Wide Web*. University of Toronto: Museum Studies Program.

PINHO LEAL, Augusto Soares d'Azevedo Barbosa (1875) *Portugal antigo e moderno diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias....* Lisboa: Liv. Ed. de Mattos Moreira, vol. V, pp. 490-91

IDEM (1876) *Portugal antigo e moderno: diccionario geographico, estatistico, chorographico, heraldico, archeologico, historico, biographico e etymologico de todas*

*as cidades, villas e freguezias de Portugal e de grande numero de aldeias....* Lisboa: Tavares Cardoso & Irmão. vol. VII, p. 240-243.

PINTO, António Nunes (2004) "A propósito dos pequenos bronzes figurativos romanos: itinerários difusores" in GORGES, Jean-Gérard; CERRILLO, Enrique; BASARRATE, T. Nogales (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana (Cáceres-2002): Las comunicaciones*. Madrid: Min. Cultura.

PROGRAMA BASE DO MUSEU MUNICIPAL DE ALJUSTREL. 2006

PROGRAMA MUSEOLÓGICO DO MUSEU DE ARTE CONTEMPORÂNEA DE ELVAS.

REGULAMENTO DO MUSEU MUNICIPAL DE ALJUSTREL. 2006.

REGULAMENTO INTERNO DO MUSEU DAS COMUNICAÇÕES.

REILLY, Bernard F. (1969) "The 'Historia Compostelana': The Genesis and Composition of a Twelfth-Century Spanish 'Gesta'" in *Speculum* (a journal of Medieval studies) nº 44.

RENOUARD, Yves (1956) "Le pèlerinage à Saint-Jacques-de Compostelle et son importance dans le monde médiéval (d' après quelques ouvrages récents)" in *Revue Historique*. Paris. 75.º ano, tomo CCVI.

RIBEIRO, Orlando; LAUTENSACH, Hermann (1987) *Geografia de Portugal*. Lisboa: Edições João Sá da Costa. Vol. I.

RIVARA, Joaquim Heliodoro da Cunha (1983) *Memorias da Villa de Arrayolos*. Arraiolos: Câmara Municipal de Arraiolos.

ROCHA, Manuel Inácio Fernandes da (1993) "Barcelos nos Caminhos de Santiago" in *Revista Barcelos*. Câmara Municipal de Barcelos.

RODRIGUES, Jorge (1995) “A escultura românica” in PEREIRA, Paulo (dir.) *História da Arte Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores. Vol.I.

SÁA, Mário (1963) *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: s. ed. . Vol. IV.

SABBATINI, Marcelo (2002) “Rumo aos museus virtuais e mais além” in *Newsletter - órgão de comunicação do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Unicamp*. Edição nº 28. Dezembro. Consulta online: <http://labjor.uniemp.br/newsletter/newsdez02pg3.htm>

IDEM (2003) “Virtual experiments and learning objects for science learning based on virtual science centers and museums. Second International Conference on Multimedia and Information & Communication Technologies” in *Education* Badajoz: M – ICTE.

IDEM (2004) *Museos y centros de ciencia virtuales. complementación y potenciación del aprendizaje de ciencias a través de experimentos virtuales*. Universidad de Salamanca: Departamento de Teoría e Historia de la Educación.

SALINAS DE FRIAS, Manuel; RODRIGUEZ CORTÉS, Juana (2004) "Corrientes religiosas y vías de comunicación en Lusitania durante el Imperio Romano" in GORGES, Jean-Gérard; CERRILO, Enrique; BASARRATE, T. Nogales. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana (Cáceres-2002): Las comunicaciones*. Madrid: Min. Cultura.

SÁNCHEZ DRAGÓ, Fernando (1984) *Finisterre, Sobre viajes, travesías, naufragios y navegaciones* Barcelona: Editorial Planeta.

IDEM (1999) *Historia Mágica del Camino de Santiago*. Barcelona: Editorial Planeta.

SANTOS, Manuel dos Santos (1727) *Monarquia Lusitana: parte VIII: contem a historia, e sucessos memoraveis do Reino de Portugal no tempo del Rey D. Fernando, a eleição del rei D. João I. com muitas noticias de Europa: comprehende do anno de*

*Christo Senhor nosso 1367. até o de 1385. na Era de Cesar 1405. até o anno de 1423.*  
Lisboa Occidental: na Officina da Musica.

SEQUEIRA, Francisco de (1981) “A vieira símbolo” in *1º Colóquio Galaico-Minhoto*.  
Ponte de Lima: Instituto Galaico-Minhoto. vol I.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1973) *Os caminhos portugueses de Santiago – séculos XII-XVI*. Lisboa. Sep. dos Anais da Academia Portuguesa de História. II série. Vol 22.

SINGUL, Francisco (1999) *O Caminho de Santiago: a peregrinação ocidental na Idade Média*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ.

SOCIETY FORINTERPRETINGBRITAIN’S HERITAGE (1998) *Interpret Britain*.  
Chapel Hill: North Carolina Press.

SOUSA, Bernardo Vasconcelos e (1990) *A propriedade das albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.

SCHWEIBENZ, W. (1998) “The Virtual Museum: New Perspectives For Museums to Present Objects and Information Using the Internet as a Knowledge Base and Communication System” in ZIMMERMANN, Harald H.;SCHRAMM, Volker *Knowledge Management und Kommunikationssysteme. Workflow Management, Multimedia, Knowledge Transfer. Proceedings des Internationalen Symposiums für Informationswissenschaft (ISI '98)*. Konstanz: UKV. S.

IDEM (1999) “The learning museum: how museums use information technology to present value-added collection information for lifelong learning.” in *7th International Bobcatss Symposium Learning Society*. Bratislava.

STELLARUM, Iter (2009) *La gran obra de los caminos de Santiago*. Coruña: Hércules de Ediciones.

STORRS, Constance Mary (1994), *Jacobean Pilgrims from England to St. James of Compostela: from the early twelfth to the late fifteenth century*. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia.

TILDEN, F. (1997) – *Interpreting our Heritage*. Chapel Hill: North Carolina Press. 3ª ed.

TOTA, Anna Lisa (2000) *A sociologia da arte: do museu tradicional à arte multimédia*. Lisboa: Editorial Estampa.

TURNER, Victor; TURNER, Edith (1978) “Image and pilgrimage” in *Christian culture*. Oxford: Basil Blackwell.

VALINHO, Patrício (2009) “As novas tecnologias aplicadas à interpretação e divulgação do património” in *revista museologia.pt*. Lisboa: Instituto dos Museus e da Conservação. ano III, nº 3/2009.

VEIGA, A. Botelho da Costa (1943) *Algumas estradas romanas e medievais*. Lisboa: Tip. H. Torres.

VIANA, Abel (1960) "Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola" in *Revista Arquivo de Beja*, vol. XVII.

VIANA Y VEITES, J. Ignacio Fernandez de (1970) *La Feligresia Portuguesa de Correlha y la Sede Compostelana*. (Separata de Compostellanum) volumen XV- nº4 – Outubro – Diciembre.

VILLAYERDE, E. Temperán (1997) *La liturgia propia de Santiago en el Códice Calixtino*. Santiago de Compostela: Xunta da Galicia.

VIÑAYO GONZÁLEZ, António (1991) *Caminos y Peregrinos*. León: Editorial Isidoriana.

ZUQUETE, Afonso Eduardo Martins [dir. e coord. ] (1987) *Armorial Lusitano*. Lisboa: Representações Zairol. 3ª ed.

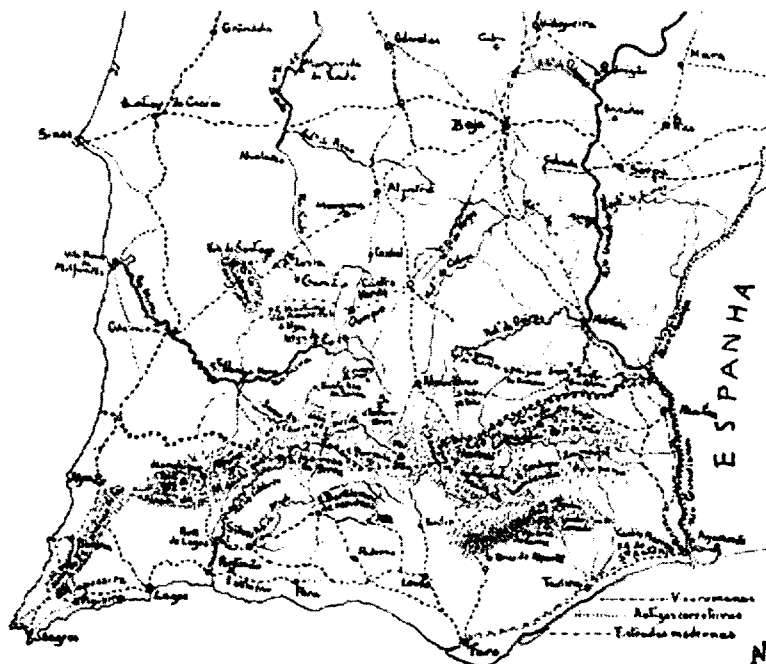




## ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO RELATIVA A VIAS ROMANAS

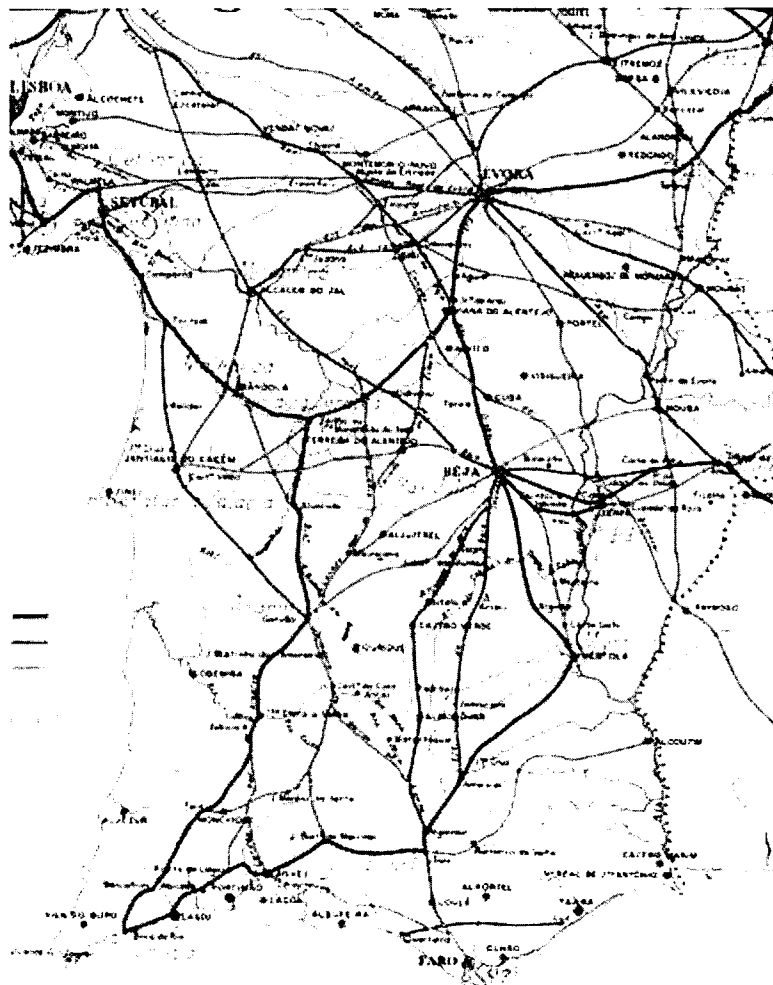
Cada mapa identifica-se pelo título, ano e nome do autor.

Fig. 1 - *Carta das estradas e caminhos carreteiros principais, antigos e modernos, do Baixo Alentejo e Algarve*, 1960, Abel Viana.



Fonte: Abel Viana (1960) *Notas Históricas, Arqueológicas e Etnográficas do Baixo Alentejo. Senhora da Cola in Revista Arquivo de Beja*, vol. XVII, Beja; p. 217 (Fig. 43).

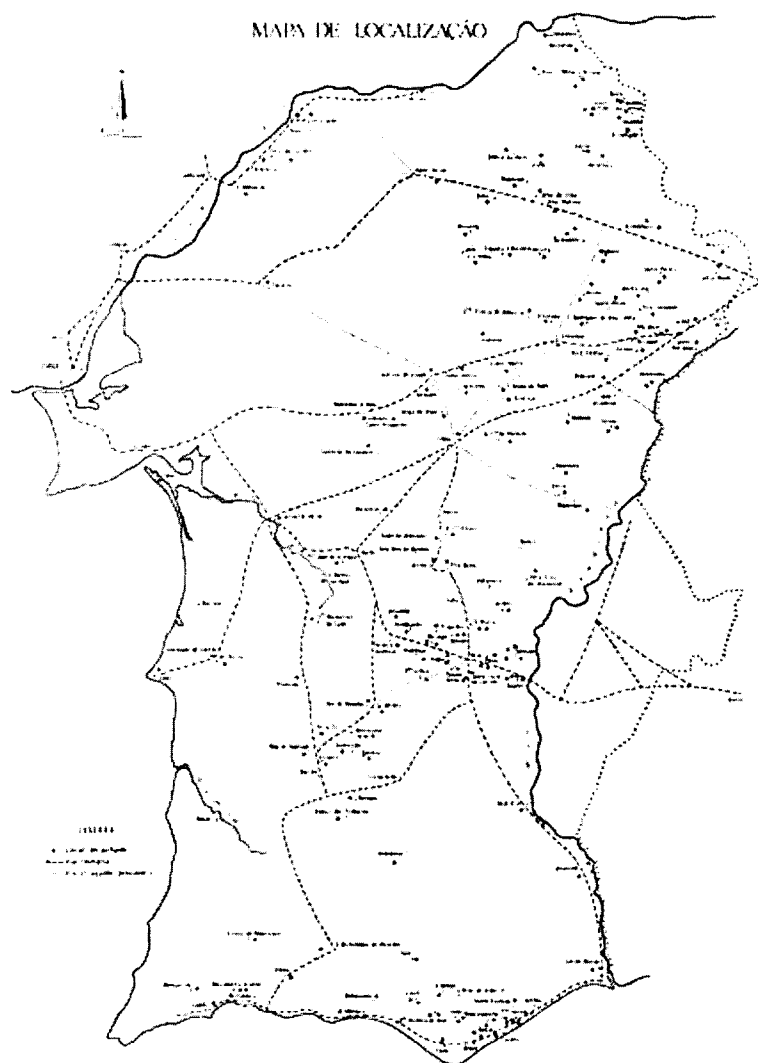
Fig. 2 - *Carta Itinerário ao Sul do Tejo de As Grandes Vias da Lusitânia, 1963, Mário Saa.*



Fonte: Mário Saa (1963) *As grandes vias da Lusitânia. O Itinerário de Antonino Pio*. Lisboa: Edições Sá da Costa., vol. IV. Parte do mapa dobrado na contracapa.

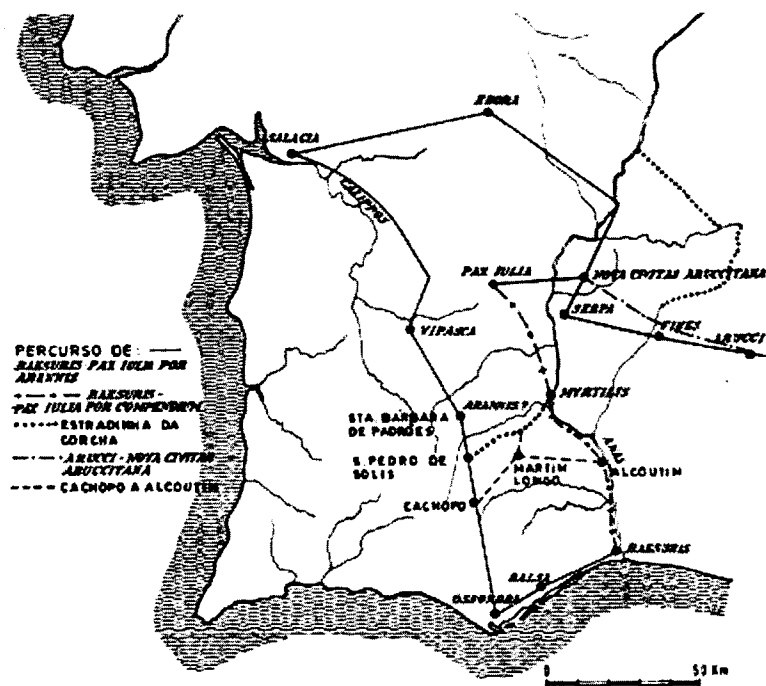


Fig. 4 - *Mapa de vias romanas e localização de inscrições romanas*, 1984, Vasco Gil Mantas.



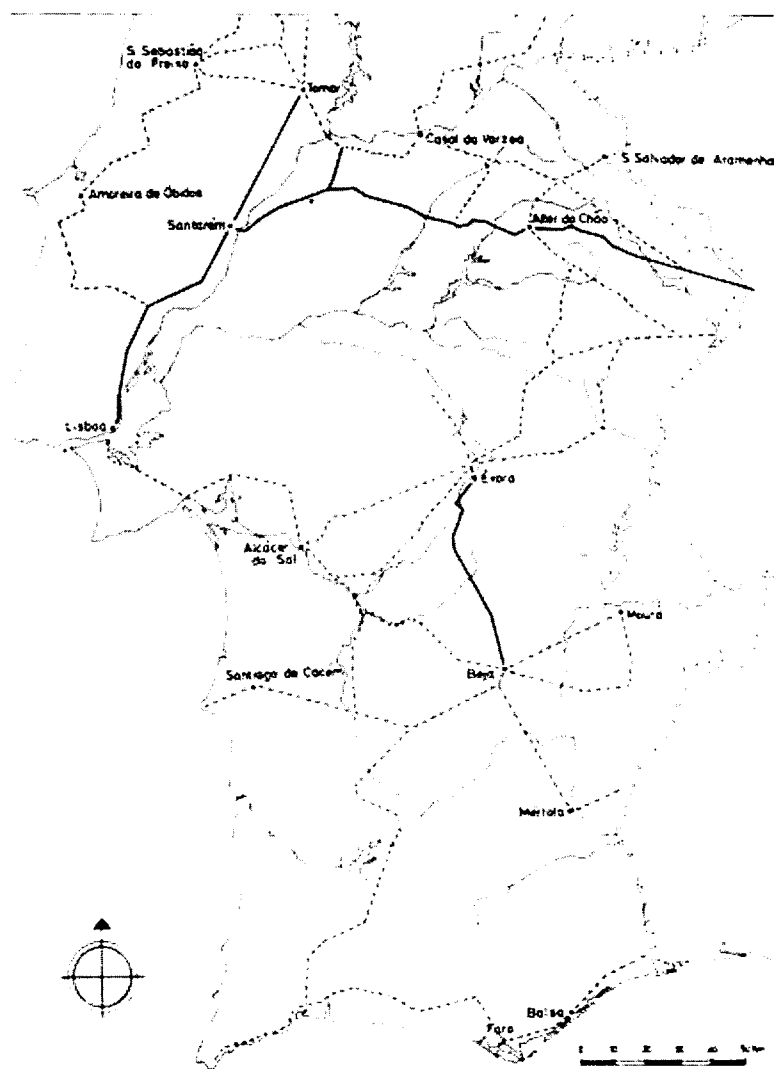
Fonte: José d'Encarnação (1984) *Inscrições romanas do Conventus Pacensis*. Coimbra: Univ. de Coimbra. p. 853 (Mapa 4).

Fig. 5 - *Vias romanas*, 1987, Manuel Andrade Maia



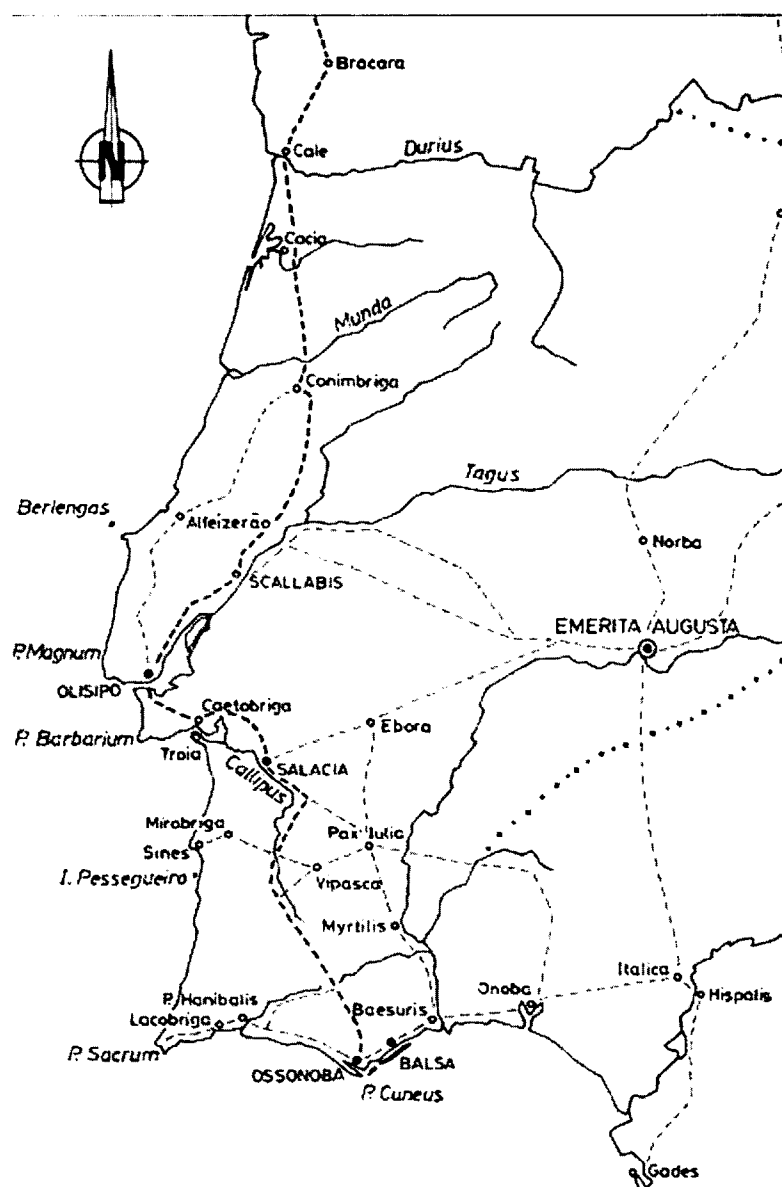
Fonte: Manuel Andrade Maia (1987) *Romanização do território hoje português a sul do Tejo*. Lisboa: Faculdade de Letras. Dissertação de doutoramento. Mapa 26, Vol 2. policopiada

Fig. 6 - *Estradas romanas do Sul de Portugal*, 1988, Jorge Alarcão



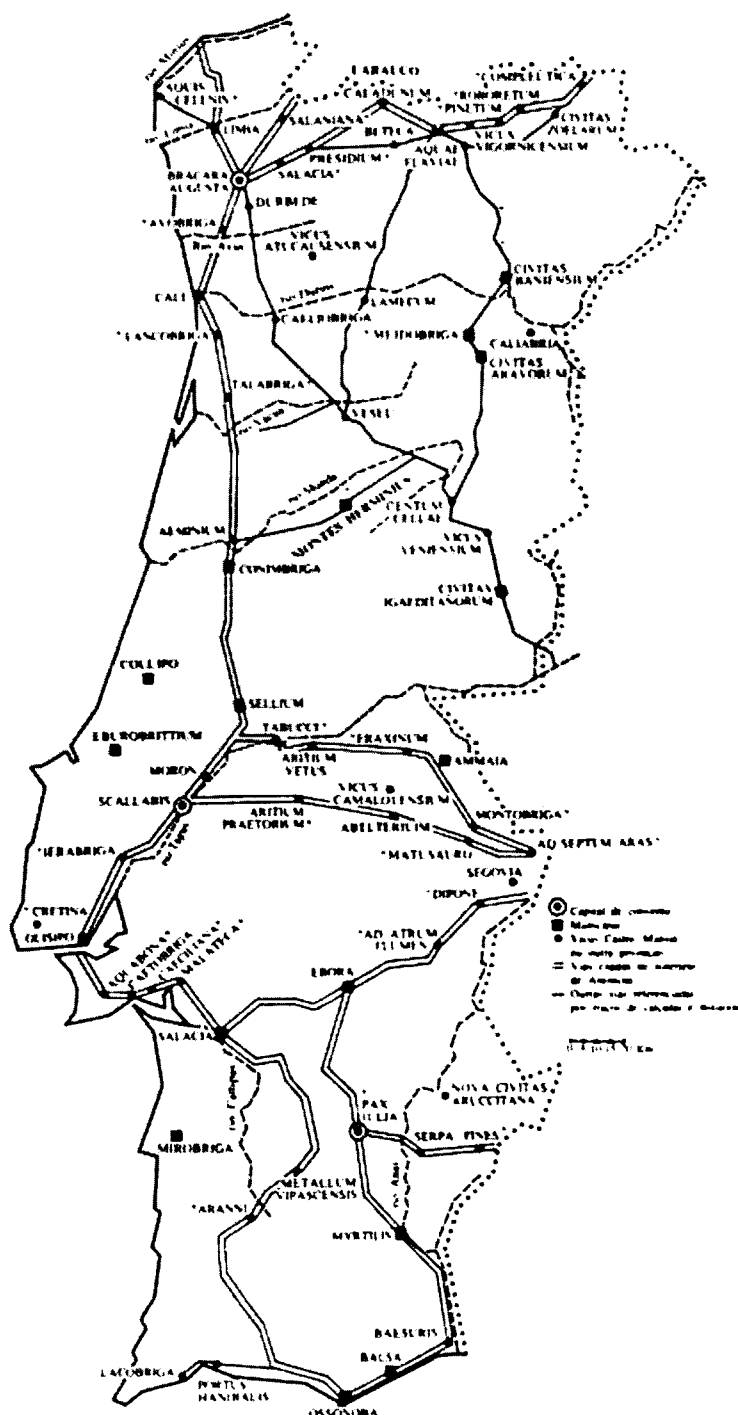
Fonte: Jorge de Alarcão (1988) *O Domínio Romano em Portugal*. Lisboa: Europa-América. p. 93 (parte da Fig. 20).

Fig. 7 - *Localização e principais vias de comunicação das cidades marítimas lusitanas*, 1990, Vasco Gil Mantas.



Fonte: Vasco Gil Mantas (1990) "As cidades marítimas da Lusitânia" in Jean-Gérard Gorges (org.) *Les villes de Lusitanie Romaine*. Paris: CNRS. p. 153 (Fig. 1).

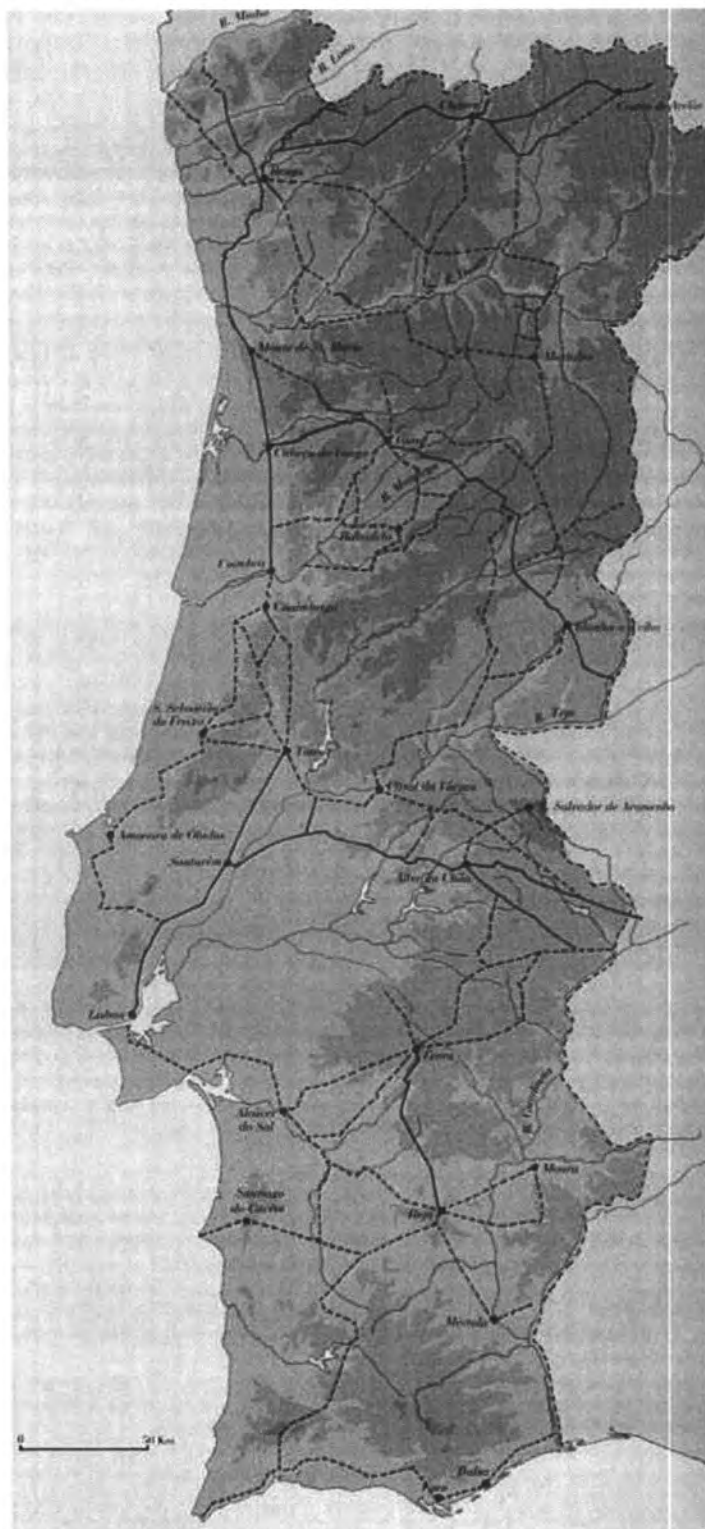
Fig. 8 - *Povoações e vias de Portugal durante o Império Romano (séculos I a. C. e V d. C.)*, 1991, José Manuel Garcia.



Fonte: José Manuel Garcia (1991) *Religiões Antigas de Portugal. Aditamentos e observações às "Religiões da Lusitânia" de J. Leite de Vasconcelos. Fontes epigráficas*. Lisboa: IN-CM. p. 201 (Ilustr. VII).



Fig. 9 - Rede viária principal do "Portugal romano", 1993, Jorge Alarcão.



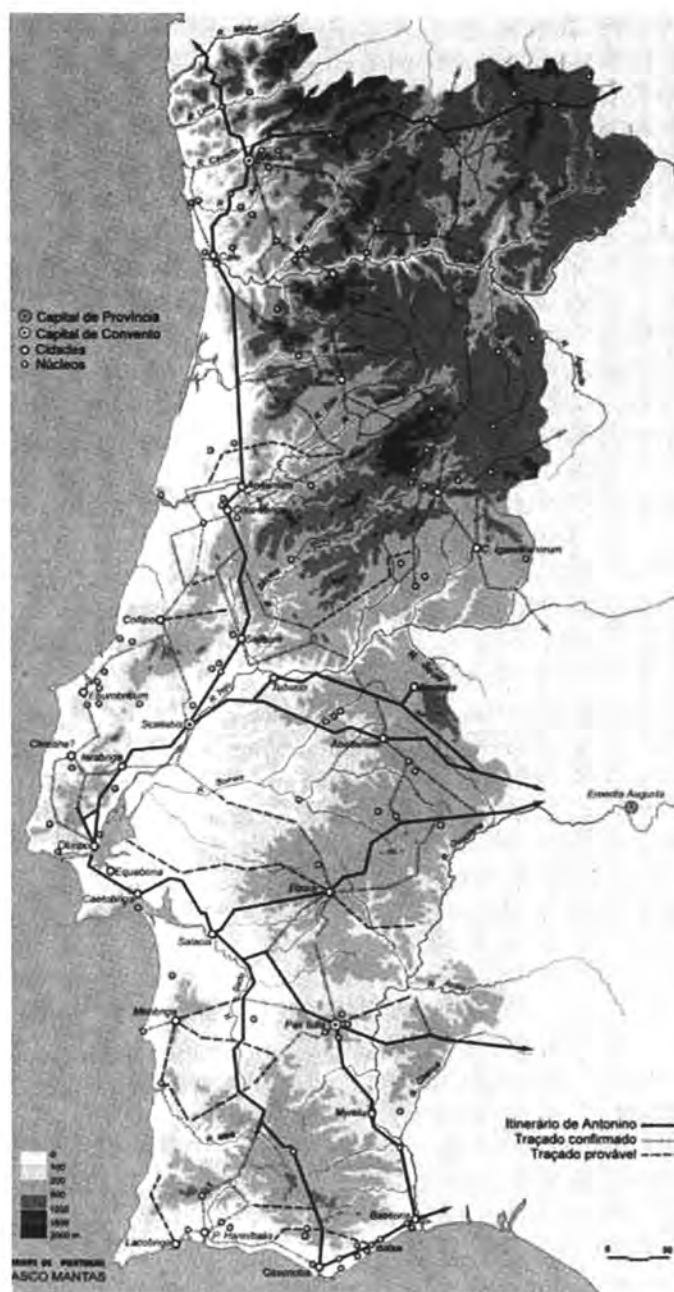
Fonte: Carlos Fabião (1993) "O passado Proto-Histórico e Romano" in José Mattoso (dir.) *História de Portugal*. vol. I. Lisboa: Ed. Estampa, p. 258.

Fig. 10 - *As vias romanas de Portugal*, 1993, Vasco Gil Mantas.



Fonte: Vasco Gil Mantas (1993) "A rede viária romana do território português" in João Medina (dir.), *História de Portugal - Dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Ediclube. p 220.

Fig. 11 - *Vias romanas de Portugal*, 2002, Vasco Gil Mantas



Fonte: António Nunes Pinto (2004) "A propósito dos pequenos bronzes figurativos romanos: itinerários difusores" in Jean-Gérard Gorges, Enrique Cerrillo y T. Nogales Basarrate. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana (Cáceres-2002): Las comunicaciones*. Madrid: Min. Cultura. p. 408 (Fig. 4: Mapa de situação).

Fig. 12 - Principais vias e portos da Lusitânia, 2002, Vasco Gil Mantas.



Fonte: Vasco Gil Mantas (2004) "Vias e portos na Lusitânia romana" in Jean-Gérard Gorges, Enrique Cerrillo y T. Nogales Basarrate. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana (Cáceres-2002): Las comunicaciones*. Madrid: Min. Cultura. p. 430 (Fig. 1).

Fig. 13 - *As vias romanas da Lusitânia*, 2002, Salinas de Frias e Rodriguez Cortés



Fonte: Manuel Salinas de Frias e Juana Rodriguez Cortés (2004) "Corrientes religiosas y vías de comunicación en Lusitania durante el Imperio Romano" in Jean-Gérard Gorges, Enrique Cerrillo y T. Nogales Basarrate. (eds.) *V Mesa Redonda Internacional sobre Lusitania Romana (Cáceres-2002): Las comunicaciones*. Madrid: Min. Cultura. Madrid: Min. Cultura. p. 279 (Fig. 1).

## **ANEXO II - DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS ONDE PODEMOS IDENTIFICAR TOPÓNIMOS RELACIONADOS COM O CULTO A S. TIAGO E COM AS PEREGRINAÇÕES**

Os documentos cartográficos aqui apresentados permitem fazer uma comparação das designações/toponímia utilizada desde o séc. XV ao séc. XIX em diversas povoações e simultaneamente comprovam a existência de localidades que prestavam apoio a viajantes e peregrinos. De facto, existem outros topónimos que podem reforçar e comprovar a existência de rotas e a passagem de peregrinos, como é o caso do topónimo Venda. Com base nestes documentos cartográficos, conseguimos identificar no distrito de Évora inúmeras vendas: a Venda do Redondo; Vendinha; Vendas Novas; Venda do Duque; Venda de Patalim; Venda das Bruceiras; Venda Dalagea; Venda da Silveira.

Mapa 1 - *Portugalliae que olim Lusitania, novissima & exactissima descriptio* de Vernando Alvaro Secco. - [Antuerpiae] : [s.n.], [157-]. - Esta versão do mapa de Portugal de Álvaro Seco foi incluída no "Theatrum Orbis Terrarum", de Abraham Ortelius, desde a sua primeira edição em 1570. Consulta online: <http://purl.pt/5901>.



Mapa 2 - Carta da fronteira entre o Alentejo e a Estremadura espanhola / [João Teixeira Albernaz, I] ; ca.1650; L[ucas] V[orsterman]. - Obra atribuída a João Teixeira Albernaz I, cf. PMC, Vol. 5, p. 142.. - Na margem superior direita, apresenta a seguinte legenda: «Ao Sñor Lourenço Skÿtte Sr de Kongzbroo e Sättra Assistente pella Raynha de Suezia na corte de Portugal dedicat. LV.





Mapa 3 - Extracto do *Mapa de Portugal* de Le Père Placide 1649-1734, de Sainte Hélene. Consulta online: <http://purl.pt/3991>



Mapa 4 - *Provincia do Alentejo* / sculp. Laurent [S.l. : s.n., 17--]. Consulta online: <http://purl.pt/1383>



Mapa 5 - Extracto de *Regnum Portugalliae divisum in quinque provincias majores e subdivisum in sua quaeque territoria una cum regne Algarbiae* de Johann Baptist Homann, 1663-1724. Norimberge: I. B. Nolin, 1736. Consulta online: <http://purl.pt/4078>



Mapa 6 - Mapa extraído da obra *Geografia histórica de todos os estados soberanos de Europa*. composta por D. Luiz Caetano de Lima.... Lisboa Occidental: na Off. de Joseph Antonio da Sylva, 1734-1736. - 2 v. Consulta online: <http://purl.pt/403>



Mapa 7 - Extracto do mapa *Regna Portugalliae et Algarbiae cum adjacentibus Hispaniae provinciis* de Tobias Conrad Lotter, 1717-1777 [S.l. : s.n., 17--]. Consulta online: <http://purl.pt/1235>





Mapa 8 - Extractos do mapa *Le royaume de Portugal de Gilles Robert de Vaugondy* 1686-1766 [Paris: Chez L'auteur, 1749]. Consulta online: <http://purl.pt/3343>



Mapa 9 - Extracto do mapa *Novissima Regnorum Portugalliae et Algarbiae descriptio* de Frederick de Wit, 1610-1698 - Amstelodami : Ex Officina J. Covens & C. Mortier, [1711 a 1799]. Consulta online: <http://purl.pt/3911>



Mapa 10 - *Provincia do Alentejo*. Mappas das provincias de Portugal novamente abertos, e estampados em Lisboa,... João Silvério Carpinetti. Lisboa: Imp. Francisco Manuel, [1759-1769]. - [6] p. de texto, 7 mapas. Consulta online: <http://purl.pt/745>

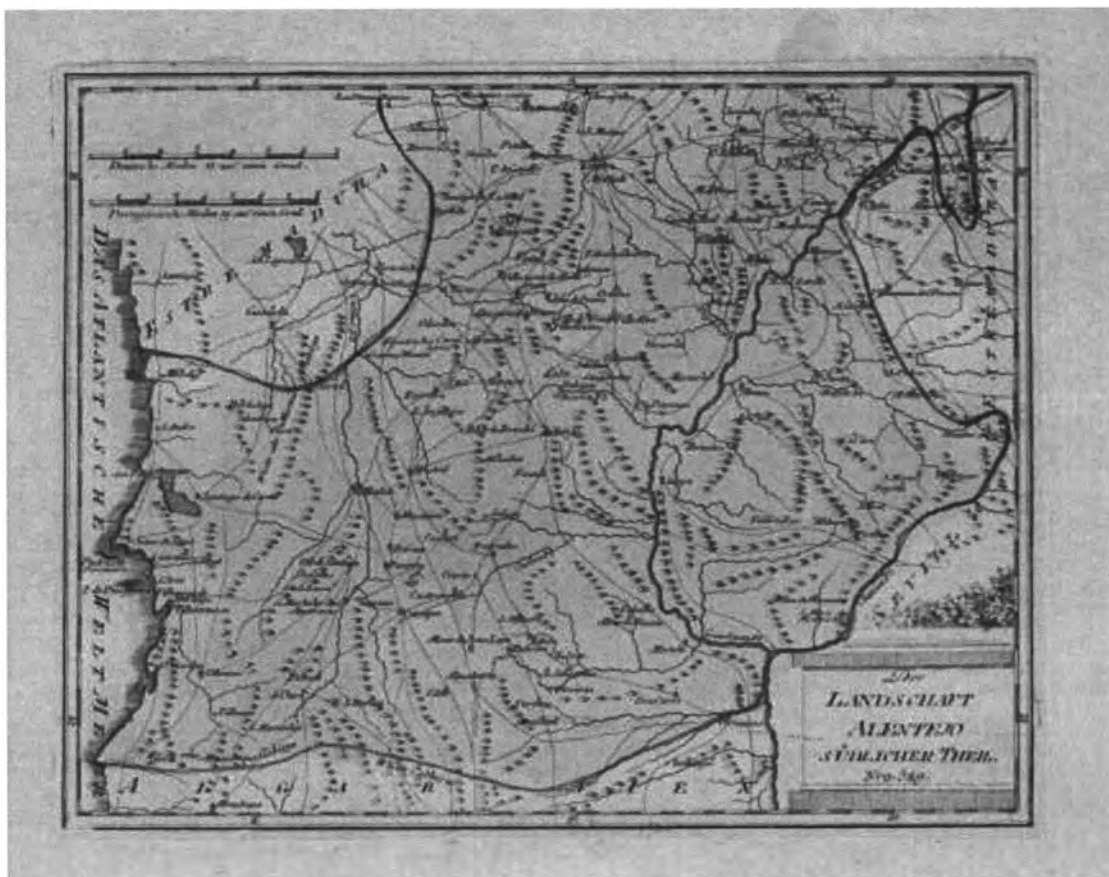




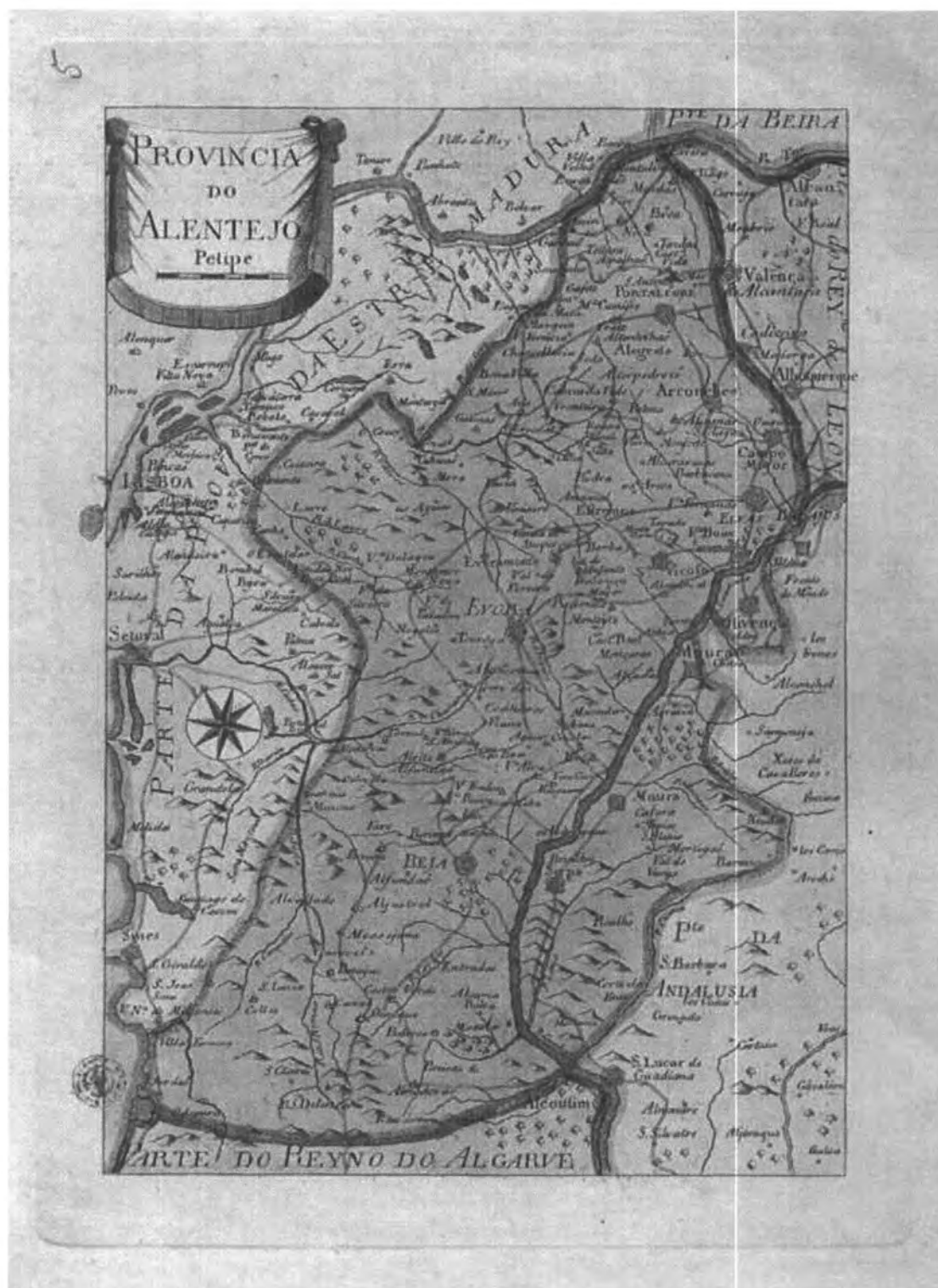
Mapa 11 - *Regna Portugalliae et Algarbiae: cum adjacentibus Hispaniae provinciis, quibus in peculiari et minori mappa adjunctum est Brasiliae regnum* de A. Vindelicor, [S.l.]: Sumptibus et Studio Tob. Conr. Lotter, 1762. Consulta online: <http://purl.pt/3902>



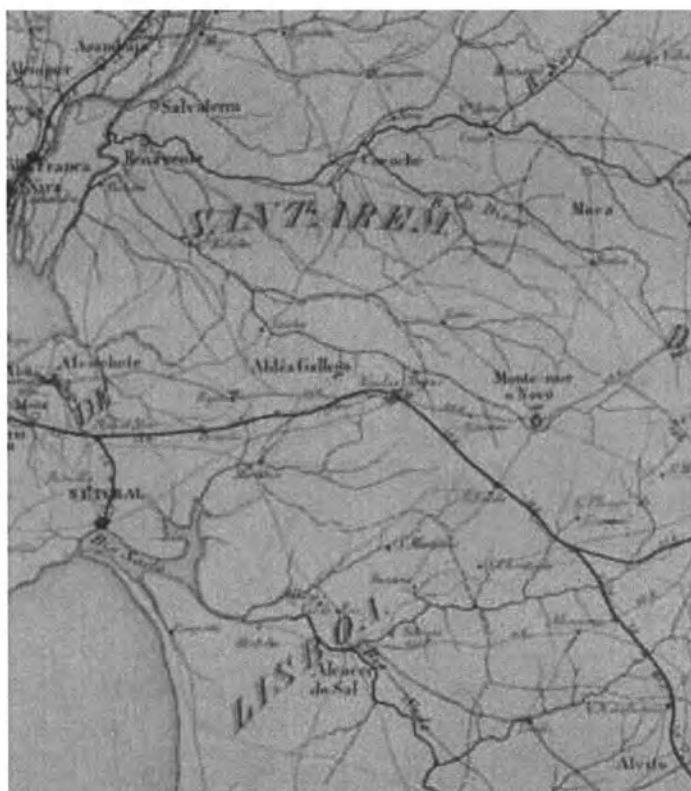
Mapa 12 - *Der Landschaft Alentejo südlicher Theil* de Franz Joh. Jos. von Reilly  
[S.l. : s.n., 1799]. Consulta online: <http://purl.pt/1923>



Mapa 13 - *Provincia do Alentejo*. Atlas geográfico das provincias do reino de Portugal e Algarve [Lisboa: s.n.], 1826. - 1 Atlas, 6 cartas. Consulta online: <http://purl.pt/746>



Mapa 14 - Extracto da *Carta de Portugal com a divisão administrativa por districtos e concelhos* de Emiliano Augusto de Bettencourt 1825-1886. Lisboa: Lith. de C. Maigne, 1863. Consulta online: <http://purl.pt/11817>

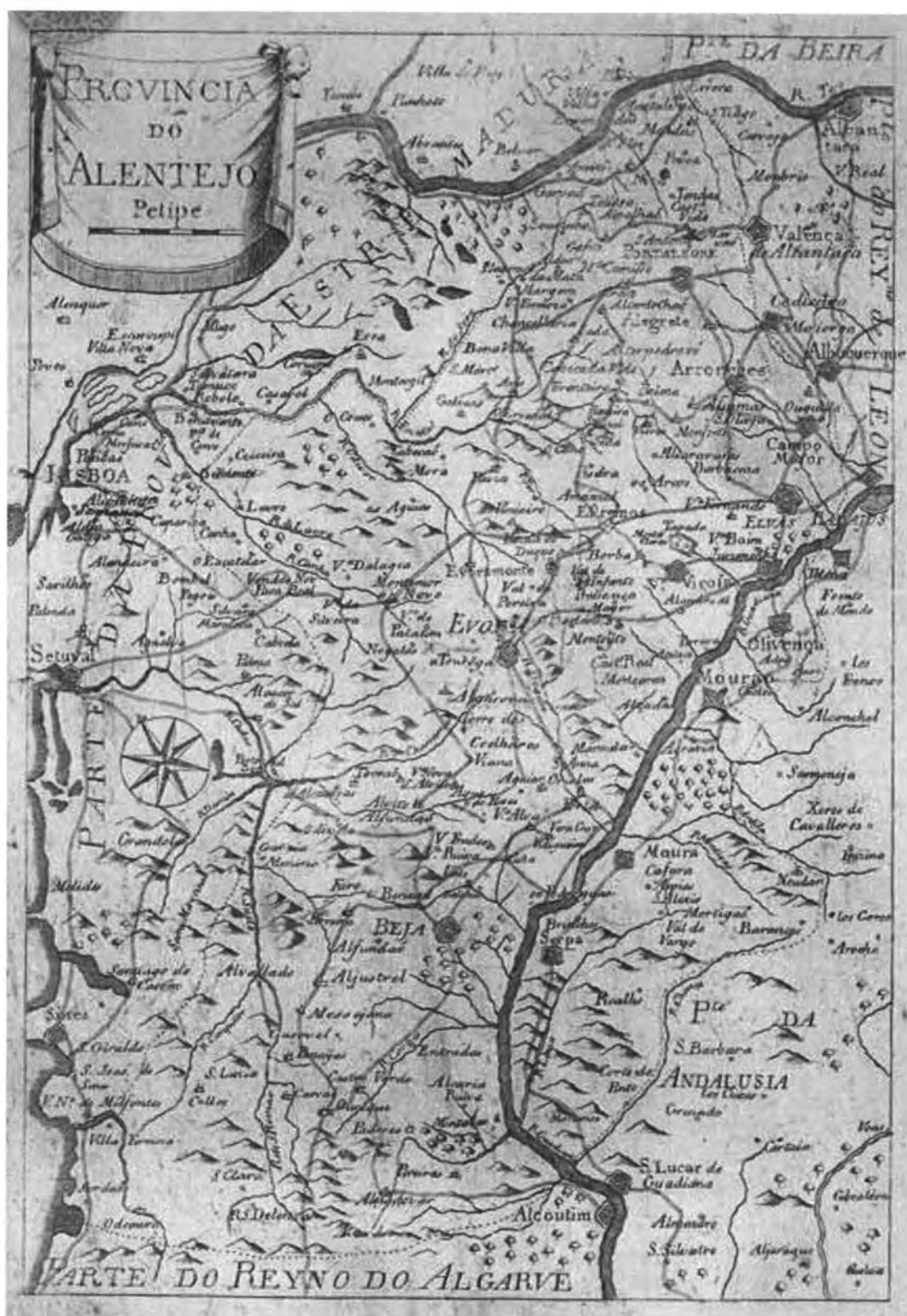


Mapa 15 - Extracto do *Chorographical map of the Kingdom of Portugal* de James Wyld, 1812-1887. London: James Wyld, 1842. Consulta online: <http://purl.pt/3967>

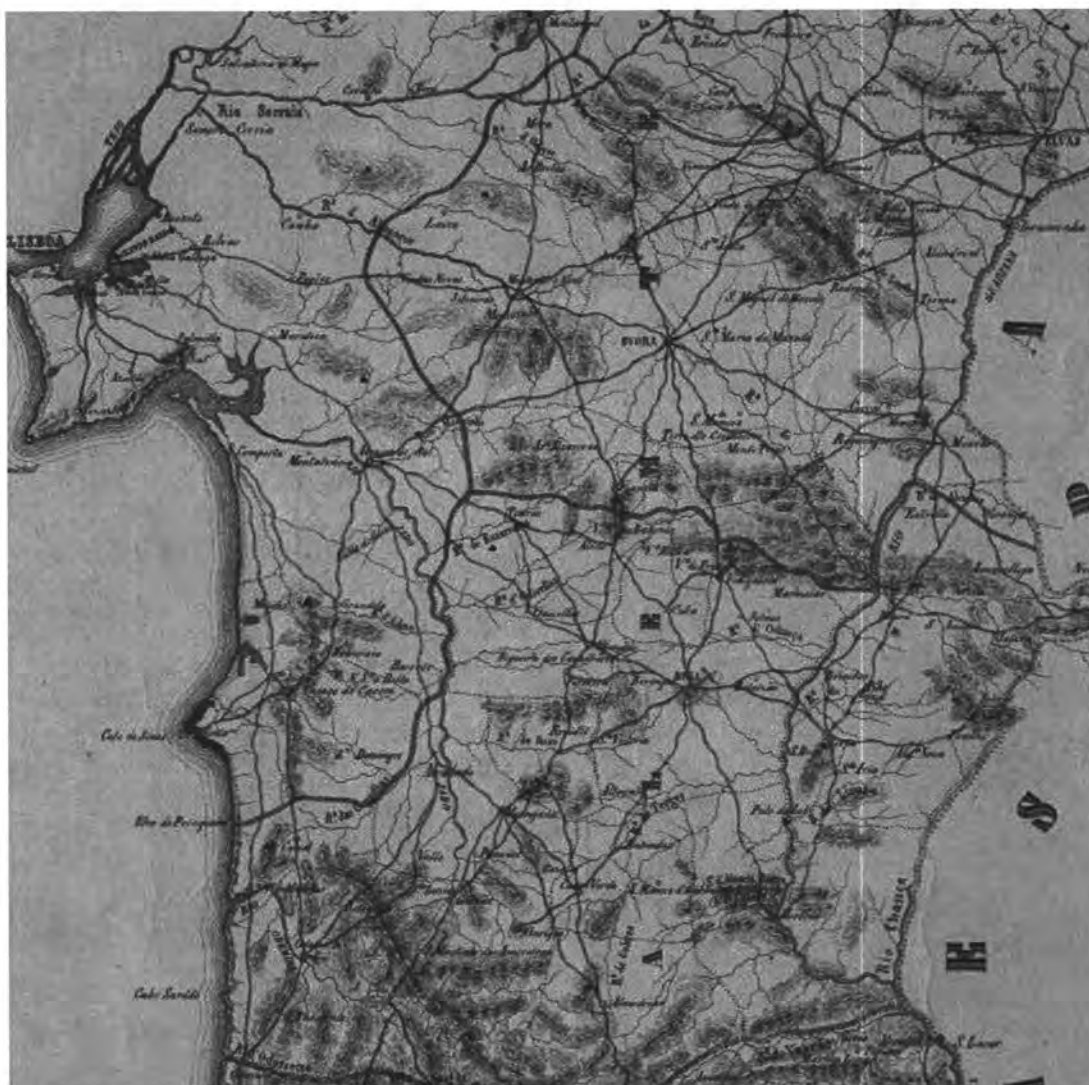




Mapa 16 - Atlas geográfico das provincias do Reino de Portugal e Algarve. Lisboa: [s.n.], 1843. Consulta online: <http://purl.pt/761>



Mapa 17 - *Mapa geográfico da província do Alentejo e do reino do Algarve* de Charles Bonnett, 1816-1867. [Lisboa: s.n.], 1851. Consulta online: <http://purl.pt/1968>



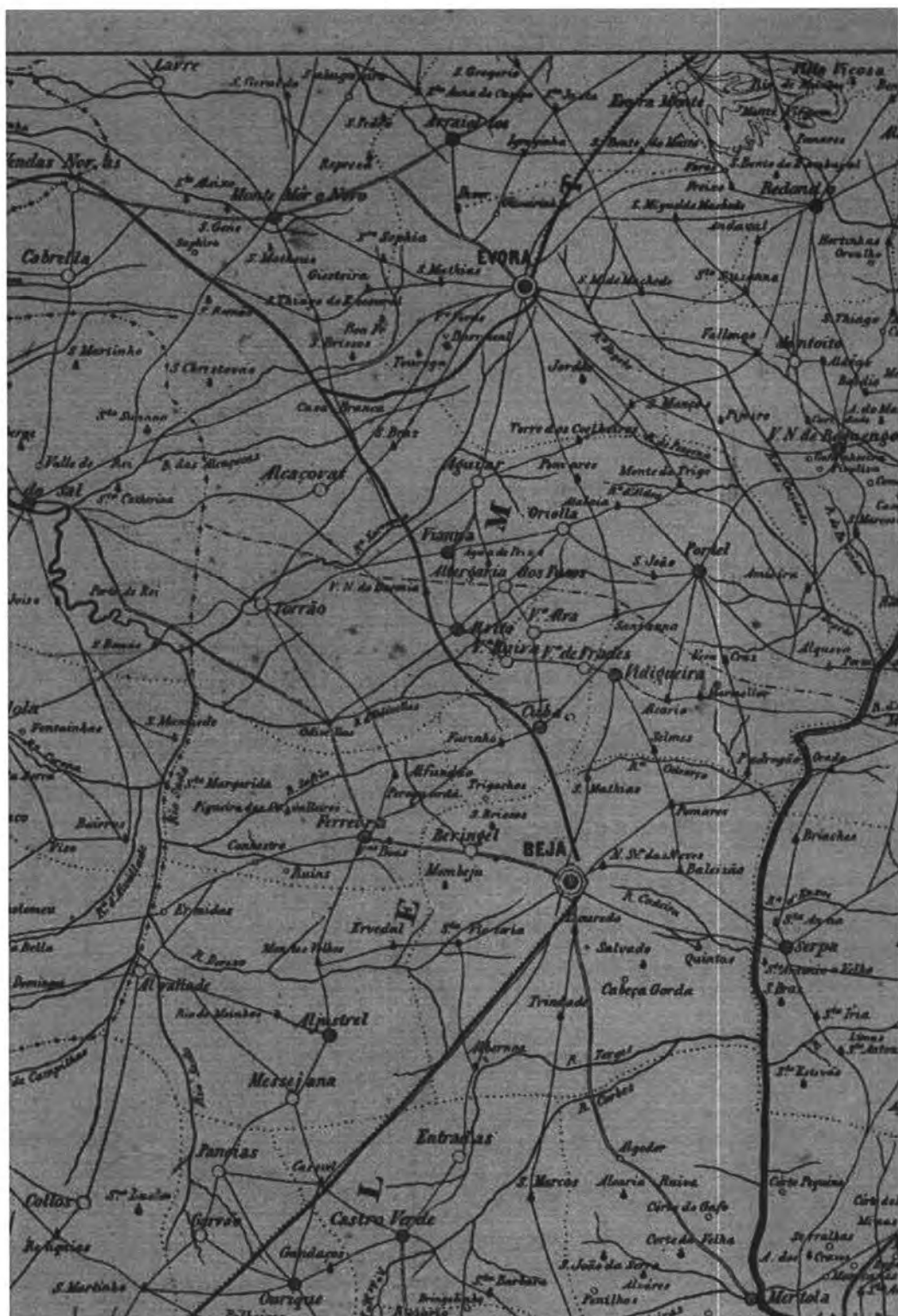
Mapa 18 - *Provincia ecclesiastica di Evora nel regno di Portogallo* [S.l. : s.n., 1858?].

Consulta online: <http://purl.pt/3873>





Mapa 19 - *Mapa dos arredores de Beja*. Lisboa: Direcção Geral dos Trabalhos Geodésicos 1875. Consulta online: <http://purl.pt/1539>



### ANEXO III - IMAGENS DE CAPELAS/IGREJAS DE S. TIAGO

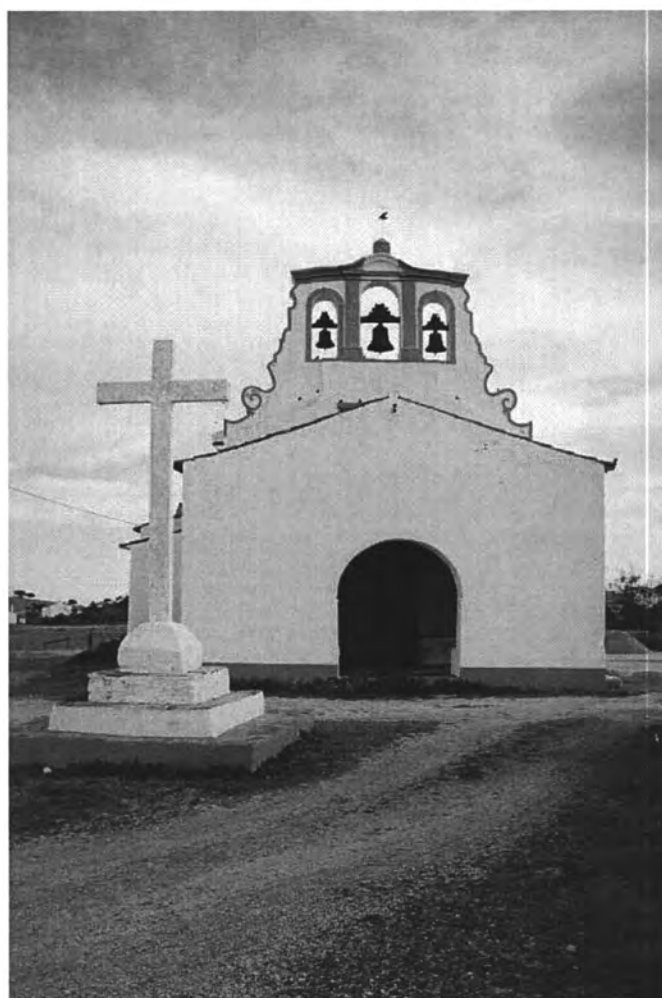
#### I. Igreja de Santiago

Localização: Évora, Santo Antão



## II. Igreja de Santiago Maior

Localização: Évora, Alandroal, Santiago Maior



III. Igreja de Santiago (actual Centro Interpretativo do Castelo de Montemor-o-Novo)

Localização: Évora, Montemor-o-Novo, Nossa Senhora da Vila

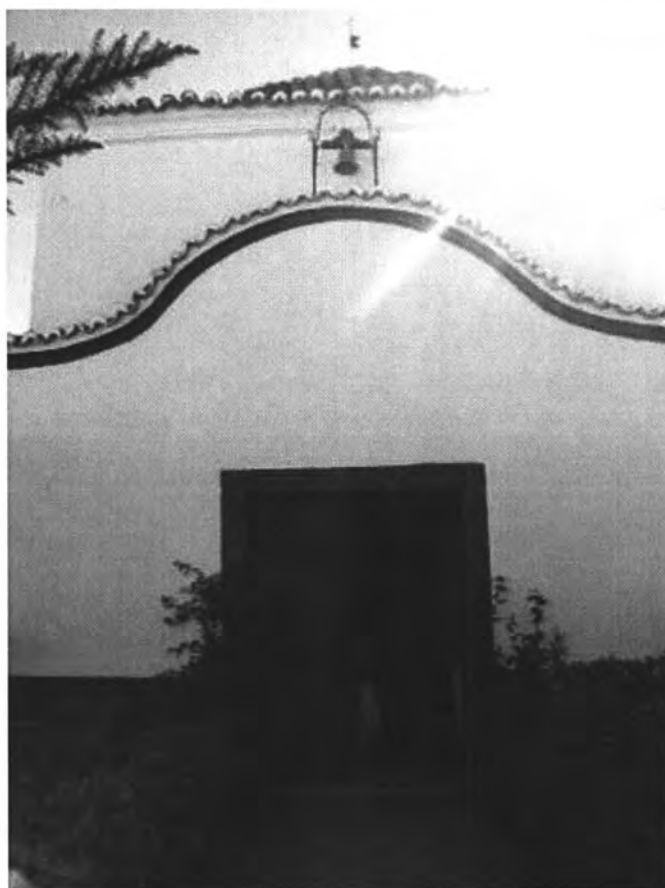


IV. Igreja de Santiago (actual Casa da Cultura)

Localização: Évora, Reguengos de Monsaraz, Monsaraz



V. Ermida de São Tiago / Igreja de São Tiago  
Localização: Évora, Vila Viçosa, Conceição



VI. Igreja Paroquial de São Tiago de Rio de Moinhos

Localização: Évora, Borba, Rio de Moinhos





VII. Igreja de São Tiago

Localização: Évora, Estremoz, St.º André





**ANEXO IV - DOCUMENTOS RELACIONADOS COM ACTIVIDADES  
DEDICADAS A SANTIAGO**

# **Festas de Santiago em Honra do Santo Padroeiro**

25 e 26 de Julho . 2008



## **6ª Feira**

22.00 h

Baile Popular animado por  
**Manuel Carrageta**



**Comes e Bebes...  
e Pagas!**

## **Sábado**

10.00 h

Jogo Futsal  
Associação - PSP  
(Pav.Municipal)

19.00 h

Missa e Procissão

21.00 h

Exposição de Fotografia  
"As Gentes de Santiago"

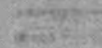
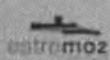
22.00 h

Baile Popular animado por  
**Manuel Carrageta**

Organização:

Comissão de Festas

Apoios:



E ainda: J.M.Borrego e J.Marinela

11 de Julho a 31 de Outubro

2007

Igreja Matriz  
Santiago do Cacém  
Portugal

EXPOSIÇÃO

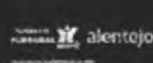
# NO CAMINHO SOB AS ESTRELAS

SANTIAGO  
E A PEREGRINAÇÃO  
A COMPOSTELA

Sob o Alto Patrocínio de S. Ex.<sup>ª</sup>  
o Presidente da República Portuguesa,  
Prof. Doutor Aníbal Cavaco Silva

Informações:  
tel. 269 826 430 | fax 269 829 401  
Posto de Turismo: 269 826 696

ORGANIZAÇÃO



MECENATO



PATROCÍNIO



Imagem: António Costa - 2007

## ANEXO V - ALGUMAS IMAGENS DE S. TIAGO E S. ROQUE DO DISTRITO DE ÉVORA

Escultura: São Tiago Maior, apóstolo



Escultura: S. Roque



Pinturas: Santiago S. Tiago a Combater os Mouros





São Francisco no encontro com o peregrino a Santiago de Compostela



## ANEXO VI - TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTOS

ERA 1313. ANNO 1275

### Feira de S. Tiago

Noverint universi presentem cartam inspecturi quod ego A. Dei gratia Rex Port. Et Algarbii mando facere feyram in Ebora et quod incipiat fieri annuatim pro die sancti iacobi apostoli in mense julii et duret per quindecim dies, et omnes illi qui venerint ad ipsam feyram ratione vendendi vel emendi sint securi de yda et de venyda quod non pignorentur in meo regno pro aliquo debito ab octo diebus antequam ipsa feyra incipiatur usque ad triginta dies nisi pro debito quod factum fuerit in ipsa feyra. Et ut nullus timeat venire ad ipsam feyram propter hoc do islam meam cartam meo sigillo sigillatam quam teneant iudices de Elbora in testimonium. Et pono tale cautum super hoc quod quicumque malum fecerit hominibus qui venerint ad ipsam feyram pectet michi sex mille solidos, et duplet illud quod filiaverit domino suo. Et omnes illi qui venerint ad ipsam feyram cum suis merchandiis solvent mihi mean portaginem et omnia jura mea que de ipsa feyra solver debuerint. Et homines de foris tam venditores quam compradores solvant in ipsa feyra meam portaginem et omnia jura mea quae de ipsa feyraolvere debuerint. Data Ulixbone V die julii Rege mandante per domnum Johanem de Avoyno suum maiordomum. Iacubus Johanis notarius. Era M. CCC. XIIi.

Arch. Mun. Ebor., Coll. Rivara, Torre do Tombo, Livro 1º de D. Affonso III, fol.133v.

Pub.: PEREIRA, Gabriel (1998) *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

## ERA DE 1420. ANNO DE 1382

**Privilegio do Hospital de Jerusalem, onde se mantinham romeiros pobres, se criavam órfãos e engeitados, e se faziam outras obras de piedade**

Dom Fernando por graça de Deos rey de Portugal e do Algarve a vós juises da cidade d'Évora e a todas as outras nossas justiças e a outras quaesquer que deste conhecimento houverem de haver a que esta carta for mostrada, saúde. Sabede que os alcaides, mordomos e confrades do Hospital de Jerusalem que he em essa cidade de Evora nos disseram que no dito hospital ha pão, vinho, gados e outras cousas de que se mantem romeiros pobres e se criam órfãos e engeitados e em que se fazem outras muitas obras de piedade: e que assim os juises como outras pessoas lhe tomam e poem embargo nas cousas do dito hospital porque ás vezes se não pode fazer nem cumprir aquello que ao dito hospital pertence segundo se devia fazer e nos pediam por mercee que a esto lhe ouvessemos algum remédio, e nós vendo o que nos assim pediam e querendo fazer a graça e mercee ao dito hospital havemos per bem e mandamos e defendemos que vós nem outra nenhuma pessoa nom tome nem embargue pão nem vinho nem gados nem outra nenhuma coisa do dito hospital por quanto he nossa mercee que lhe seja coutado e defeso, e lhe nom seja toma nem embargada nenhuma coisa do dito hospital e seus bens e se alguma pessoa a quem esto for (mostrado?) tomar alguma coisa do dito hospital que pague os nossos encoutos de seis mil reais. E em testemunho deste lhe mandamos dar esta nossa carta. Dante em Evora 21 dias de Abril. ElRei o mandou por João Gonçalves Teixeira seu vassalo e xancellor de sello da puridade. Gonçalo Lourenço a fez era de 1420 annos.

Arch. Mun. Ebor. Copia no liv. De J. L. de Mira, fol. 42v.

Pub.: PEREIRA, Gabriel (1998) *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

## DOCUMENTO PARA A HISTÓRIA DAS ALBERGARIAS DA CIDADE DE ÉVORA

Martinho per a mercee de Deus e da Santa Igregia de Roma bispo de Evora a quantos esta carta virem fazemos saber que a nós he dito e de certo asy he que algumas albergarias que há na dita cidade som danificadas mal postadas e esso meesmo beens dellas de tal guisa que se non fazem em ellas hospitalidades nem se cumprem as sete obras de misericórdia pêra que foram estetuidas e hordenadas e estabelecidas per os fieis christãos e outras algumas que ha na dita cidade que som aroveitadas e se manteem hospitalidades e obras de misericórdia em ellas as quaes se non podem fazer nem manter sem outras ajudas dos fieis christãos, e porque nos somos cura das almas dos finados que esto hordenarom e estabelecerom pêra suas voontades seer conpridas e ontrosy pera o serviço de deus seer acrecentado e nom mingoado e os fieis christãos averem moor devaçom fazerem bem por suas almas, vendo e considerando em como na albergaria do corpo de Deus que he acerca da dita nossa see he boa e bem reparada e bem postada e se faz em ella hospitalidade e se conprem as sete obras de misericórdia e se nom pode manter sem outra ajuda dos fieis christãos, e outrosy considerando em como nós thecdos e ao nosso estado pertence a fundar e edificar casas doraçom pera obras de piedade e que esto melhor nom podemos fazer que sosteer aquellas que fundadas som e en que se faz hospitalidade e se conprem as sete obras de misericórdia em seu estado aneixamos aa dita albergaria do corpo de Deus e ajuntamos a ella estes beens que se seguem: primeiramente huns pardieiros que foy albergaria de Sam Beento que jaz em terra com todos seus direitos e perteenças e as rendas d'ella o qual he dentro na cerca velha e parte com Afonso Martins Dade e com Johan Afonso escriptvã da Rainha e per o muro e per rua publica. Item outra albergaria que jaz em mouturo que foi de sam Francisco que he na rua do Fandeiro com todos beens e direitos e reendas que lhe pertencem a qual parte com Pero Sanches e Johan Peres Carvoeiro e com outros erecos. Outrosy aneixamos a dicta albergaria do corpo de Deus outra casa que foy albergaria que chamam da Trindade que he no adro de Sam Mamede e parte com Alvaro Fernandes Cavaleiro e com Johan Domingues Galego e com Moor Eanes filha de Silvestre Anes contodoilos beens e rendas e direitos que a adicta albergaria pertence per qualquer guisa que Seia e mandamos que daqui em diante a dita albergaria do Corpo de Deus aja pera si todallas ditas casas e beens e direitos suso ditas e as rendas dellas e



as façom bem adubar e repairar da guisa que a dita albergaria aja prol e se possa manteer a dita hospitalidade e as obras de misericórdia como he . e em testemunho desto mandamos dar aa dita albergaria esta carta. Dante em Evora 25 dias dagosto. Joham de Leiria a fez. Era de 1420 (1382).

Extractos dos documentos das antigas albergarias e hospitais de Évora, dos sec. XIV, XV, XVI. Existentes no arquivo da Santa Casa da Misericórdia

Pub.: PEREIRA, Gabriel (1998) *Documentos Históricos da Cidade de Évora*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

PEREIRA, António (1659) COMPENDIO & DECLARAÇÃO DA REGRA & ESTATUTOS DA ORDEM MILITAR DE SANTIAGO. Coimbra: Na officina de Manoel Dias. B. P. E. Cota: N. Res. 823

## CAPITVLO XVII

Da obrigação que tem os cavalleiros de fer amigos da hofpitalidade, fazer efmola aos pobres

78 O Apoftolo Sam Paulo nos encomenda muito a virtude de hofpedar os peregrinos dizendo, que já aconteceo, que algum feruo de Deos leuando pera fua cafa peregrinos, fe achou com Anjos do Cèò: efte foi o Santo Patriarca Abraham, taõ amigo de pobres, qur pellos caminhos, & efradas os andaua esperando, & affi aconteceo algua vez, que cuidando que leuaua configo três mancebos, fe achou em cafa com tres Anjos do Cèò, como fe le na Efcritura fagrada Gen.

### Capítulo 18.

(pág. 100) 79 Efta virtude taõ foberana he a que nos enfina, & encomenda a Regra de Santiago, quando diz que fejaõ recebidos os hofpedes com allegria, & caridade; & que os pobres de Chrifto feraõ recebidos cada dia com amor de irmãos & lhe fejaõ dadas as coufas neceffarias com toda a caridade, fegundo a faculdade da cafa: & pofto que naquelle tempo os cavalleiros, & freires viuiã em communidade, & por ifso a regra fala por aquelle modo, com tudo naõ fe hade entender, que efpirou de toda efta obrigação, antes fe há de ter por certo, q he ainda a mefma fegundo o eftado, em que as coufas nefte tempo eftaõ. A regra principal fe tira de hua regra de direito, que diz que *res tranfit cum fuo onere* [...].

(pág. 102) 82[...] todo o caualleiro profeffo da Ordem de Santiago deue trazer em feu coração eftas palauras de fua Regra, que lhe manda receber, & recolher os peregrinos, & pobres de Chrifto, na qual obrigação naõ tem auido difpençam. [...]

Incidente de Gonçalo Borrinho, no trajecto de Castelo de Vide para Nisa, com peregrinos alemães que dirigiam a Santiago de Compostela

Dom Afonso Afonso (sic) e etc. A todos os juizes e justicas dos nossos regnos a que esta nosa carta for mostrada ssaude, sabede que Gonçalo Borrinho, natural de Castello de Uide, nos enuyou dizer que aos vinte dias do mês de Março do anno pasado do nascimento do nosso Senhor Jhesus Cristo de [...] huu Alvaro Diaz Juiz da Villa Nisa o prendera amdamdo goardamdo vacas em termo do dicto [...] de Castelo de Uide e o leuara preso aa prisam da dicta villa de Nisa. E Esto per rrazom de huua querella que delle deram huus Pedro e Jacomjna ssua molher, alemaaes, dizendo que vijimdo elles do dicto loguo de Castello de Uide pêra a dieta villa de Njsa. E com elles huu jrmão do dicto Pedro seguros que elle e outros dous vaqueiros ssairam a elles ao camjnho e tomaram a dieta molher e per força dormjram com ella. E deram ho dicto Pedro pancada e que elle era huu daquelles que com ella dormira segundo sse mais compridamente em a dieta querella continha. E que despois os sobreditos querelosos disserom ao dicto juiz que elles deram a dieta querella com menencorea do mall que lhe fora feicto o culpavam em ella pella quall rrazom era preso. Porque elle nom era daquelles que lhe o dicto mall fizeram e que o juraram aos santos evangelhos. E que o diziam assy por desenearregar suas conciencias apresentandose por sua parte perante nos huu estormento que parecia ser feicto e asijnado per Joam Fadundez, tabeliam, em o dicto loguo de Nisa aos xxiiij dias do mês do Março do dicto anno por quall sse mostra ante as outras cousas que os dictos Pedro e Jacomina ssua molher disserom que eelle nom era daquelles que lhe o dicto mall fizeram. E o que o nam deziavam com medo nem por peita **sobmente por desencarregar suas almas e hiam em rromaria pêra Santijago de Galiza** segundosse majs conpridamente em o dicto estormento contem dizemdo que ssem embargo de todo elle jazia em a dieta prisam e que o nom quiserom soltar. E que veemdo elle como o tijnham preso ssem porque e perlongada prisam. E como os dictos querelossos nom mostraram ao dicto juiz os çinco sijnaes contheudos na ley que em ssemelhantes casos lalia ou algúu delles e como elle era orfaao e pobre e nom tijnha quem por ellle procurasse sse ssoltara da cadea e que assy fazia ssem a quebrar e fogira e amdaua por ello ammorado com temor da nossa justica a que nos per rrazom da foida da dieta prisam era theudo e o ouuessemos por liure da dieta querella pojs os dictos ssinaaes nem deram a ella fiança. E nos veemdo o que nos asy dezia e pedia enujar e assy he como diz

e hi majs nom há visto o contentamento das partes, querem dolhe fazer graça e merçee a honrra da morte e paixom de nosso Senhor Jhesus Cristo temos por bem e perdoamoslhe a culpa em que foy e a fogida com que da dieta cadea fogio contanto que pagase mjl reais e porquanto elle pague os dictos dinheiros a Joham dEuora, nosso capellam, a que vos mandamos receber pêra delles fazer o que lhe per nos he hordenado segundo dello fomos certeficado per aluara de Vicente Fjrnandez, escriptuam das malfeitorias, que os sobre elle pos recepta vos mandamos mandamos (sic) que o nom prendaes e etc. Lhe ali nom façades. Dada em Euora xiiij dias de Dezembro, El Rej o mandou per o doutor Lopo Vaaz de Serpa e Pêro Gomez Lourenço, anbos sseus vassalos e do sseu desenbargo. Afonso Eanes a fez ano de mjl iiijc LB.

Arquivo Nacional Torres do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, livro 15, fl, 45v.

Pub.: MORENO, Humberto Baquero (1986) Vias de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. Porto: Revista da Faculdade de Letras.

## Capítulos especiais das Cortes de 1459

Dom Afonso per graça de Deus Rey de Portugal e do Algarue e Senhor de Cepta e d Alcácer em África, a quantos esta carta virem fazemos saber que estando ora nos em a cidade de Lixboa em as cortes que ora em ella fizemos per Fernam Manrtinz e Joham Paez procuradores da uilla de Viana de foz de Lima, nos foram apresentados certos capítulos e ao pee de cada huum mandamos poeer nosas rrepostas segundo se adiante seguem.

Sehor em esta villa esta fundado huum espiritall pêra os pelegrijs e rromeus que vão vêm pêra Samtiago pêra o qual teemos bulia do samto padre que qualquer que em elle fezer alguma esmolla por cada vez aja setecentos dias de perdam pêra ajuda do quall a vosa Senhoria por esmolla por cada vez aja setecentos dias de perdam pêra ajuda a vosa Senhoria por esmolla nos proueeo dos resijdoos da dieta villa e termo por certo tempo os quaees resijdos sam ajmda por tirar por neçesidades e trabalhos que ouuemos e o tempo he já pasado em que aujam de tirar. Praza aa vossa alteza pois que nos já delles por esmolla prouestes de nos dar mais tempo per que se os dictos resijdoos posam [ir] pêra o dicto espirital [e] em ello nos farees merçee.

A esto rrespondemos que nos praz lhe serem dados estes resijdoos atee auerem comtia de quim,ze mjl rreaes e eelles se trabalhem que em breue requeiram e ajam estes dinheiros.

Dada em a nosa cidade de Lixboa a x de Julho. ElRej o mandou per Fernam da Silva, coudell moor de seus Regnos que ora per seu espiçiall mandado tem carrego do seu escripuam da purjdade. Diogo Lopes a fez ano de mjl e iiijc LIX.

Arquivo Municipal de Viana do Castelo, Pergaminhos, pasta 2, nº 12.

Ao Cabido da see de Santiago de Galiza priuilegio per que he mandado as  
justiças que nas cousas que por sua parte sse requerem lhe façam justiça em  
breue e aos tabeliaaes que lhe dem scripturas de seus requerimentos

Dom Afonso[...] A todollos Infantes, duques, marqueses, condes, juizes, justiças e  
outras quaesquer pessoas de nosso regnos a que esta nossa carta for mostrada saúde.  
Sabede que a nos foy requerido por parte do dayam, de denidades e cabijdoo da See do  
Apostollo Santiago de Gualiza como elles mandam em cada huu ano visitar e proueer e  
requerer per seus beneficiados e procuradores as rendas posisoos e votos que em nossos  
regnos tem messa capitolar pertencentes. E assy pêra receberam as rendas, foros,  
posisoos que deles ham dauar e como quer que lhes seja necesario de mandar e os  
foreiros e tedores de duas posisoos e votos presente cada huu de nos per lhe nom  
pagarem suas rendas e foros, como por lhe nom conpirem as condições em seus  
contrautos contheudas.

E asy por lhe os scripuaes e tabeliães nom querem dar as escripturas das protestaçoos a  
taaes casos neçesarias e por serem estrangeiros seu djreito pertence perdeem mujtas  
vezes e perdem as posisoos e votos que os antijgos e fies chrisptaãos per deuaçom aa  
dieta igreja forrom leixados pello quall teem perdidod alguus votos e propriedades em  
os dictos nossos regnos o que avemos por mall. E porque nossa teençom he em todo ser  
menistrado djreito e justiça naquellas pessoas o que he necesario principalmente ao  
dicto cabijdoo por acatamento deste santo apostollico que he padroeiro em estas  
ESpanhas.

Nos uos encomendamos e mandamos a todos em jeerall e cada em espiçiall que quando  
fordes requeridos per os dictos seus procuradores os ouçaes com quaesquer pessoas  
que lhes sejam obrigados e o majs em breue que bem posaes lhe fazee comprimento de  
djreito e justiça em tal maneira que eles nom tenham razom se majs vijrem a nos  
agrauar. E jssso meesmo mandamos a quaesquer tabaliaes que per o dicto seu  
procurador ou procuradores for requerido que lhe dem scripturas dos requerimentos que  
lhe sejam neçesarios pêra guarda e conseruaçom de seu djreito. E aqueles que esto nom  
quiserem comprir asi como nos aqui mandamos vos dietas ustiças os emprazae sob  
certa pena que a quinze dias primeiros segujntes perante nos a dar razom per que esto  
asi nom cumpram.

E nos isso meesmo per esta meesma carta tomamos sob nossa guarda e defensam quasquer procuradores que o dicto cabijdoo daqui en diante a nossos regnos enijar. E vos encomendamos e mandamos que as honrres e trautees como pessoas nossas e de que grande carreguo teemos. Porquanto a nosa mercee he lhe ser asi outorgado por respeito do dicto apostollo Santiago e per outras alguuas rrezoees que nos a ello moueram. Dada em Lixbos xxix dias de Junho, Pêro d' Alcaçona a fez ano de nosso Senhor Jhesu Chrispto de mjl e iiijc lxiiij.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Chancelaria de D. Afonso V, livro 9, fl. 95.

Pub.: MORENO, Humberto Baquero (1986) Vias de peregrinação a Santiago de Compostela na Idade Média. Porto: Revista da Faculdade de Letras.

